



**INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA – PROFEPT**

CLEBIANNE VIEIRA DE ARAÚJO

**A LEITURA LITERÁRIA COMO PRÁTICA INTEGRADORA NA
FORMAÇÃO TÉCNICA DE ENSINO MÉDIO: O LEITOR EM SUAS
MÚLTIPLAS DIMENSÕES**

**JOÃO PESSOA – PB
2022**

CLEBIANNE VIEIRA DE ARAÚJO

**A LEITURA LITERÁRIA COMO PRÁTICA INTEGRADORA NA
FORMAÇÃO TÉCNICA DE ENSINO MÉDIO: O LEITOR EM SUAS
MÚLTIPLAS DIMENSÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Girlene Marques Formiga

JOÃO PESSOA
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha do IFPB, *campus* João Pessoa

A663l	<p>Araújo, Clebianne Vieira de.</p> <p>A leitura literária como prática integradora na formação técnica de ensino médio : o leitor em suas múltiplas dimensões / Clebianne Vieira de Araújo. – 2022. 131 f. : il.</p> <p>Dissertação (Mestrado – Educação Profissional e Tecnológica) -Instituto Federal de Educação da Paraíba / Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2022.</p> <p>Orientação : Prof^a D.ra Gírlene Marques Formiga.</p> <p>1.Ensino de literatura. 2. Prática de leitura literária. 3.</p>
-------	---

Ensi-

Lucrecia Camilo de Lima
Bibliotecária – CRB 15/132

CLEBIANNE VIEIRA DE ARAÚJO

**A LEITURA LITERÁRIA COMO PRÁTICA INTEGRADORA NA
FORMAÇÃO TÉCNICA DE ENSINO MÉDIO: O LEITOR EM SUAS
MÚLTIPLAS DIMENSÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 29 de agosto de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dra. Girlene Marques Formiga (Orientadora)
Instituto Federal da Paraíba – IFPB



Prof. Dra. Izandra Alves
Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS



Prof. Dra. Francilda de Araújo Inácio
Instituto Federal da Paraíba – IFPB



Prof. Dr. Emmanoel de Almeida Rufino
Instituto Federal da Paraíba – IFPB

CLEBIANNE VIEIRA DE ARAÚJO

**CLUBE DE LEITURA: OXENTE! LITERATURA TAMBÉM É PRA GENTE –
ESTRATÉGIA PARA FORMAÇÃO DE LEITORES**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 29 de agosto de 2022.

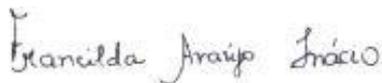
COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Girlene Marques Formiga (Orientadora)
Instituto Federal da Paraíba – IFPB



Profa. Dra. Izandra Alves
Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS



Profa. Dra. Francilda de Araújo Inácio
Instituto Federal da Paraíba – IFPB



Prof. Dr. Emmanoel de Almeida Rufino
Instituto Federal da Paraíba – IFPB

Dedico a Jesus Cristo; a Ele toda honra e toda glória.
Ao meu esposo, razão do meu esforço.
A minha mãe, ao meu pai (*in memoriam*) e irmãos, por
contribuírem para a realização deste grande sonho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, razão da minha existência. Obrigada, Senhor, por plantar em meu coração a vontade de lutar pelo ideal de justiça cristã, fornecendo força e perseverança nos momentos difíceis, não permitindo que meus momentos de tristeza e desânimo influenciassem nas minhas escolhas.

Ao meu amado esposo, Thaylan Martins de Sousa, aquele a quem amo muito, por todo o incentivo, paciência e extrema dedicação nos momentos em que mais precisei.

A meus queridos e amados pais, Inácia Vieira Lins e Sebastião Lins de Araújo (*in memoriam*), por todo o amor e confiança depositados em mim e, principalmente, pela total entrega e renúncia à concretização dos seus sonhos em prol da concretização dos meus.

Aos meus amados avós maternos e padrinhos, Raimundo Nonato e Maria Vieira (*in memoriam*), por seus exemplos de simplicidade, garra, sabedoria, humildade e amor; hoje, cheia de saudade, gostaria de registrar quanto contribuíram fundamentalmente para o meu crescimento humano.

A Cleberson Vieira de Araújo e Cássio Vieira de Araújo, mais que irmãos, meus amigos, por se alegrarem com todas as minhas conquistas e incentivarem meus projetos e sonhos.

E, especialmente, à Professora Dra. Girlene Marques Formiga, orientadora atenciosa que, com carinho, conhecimento e competência indiscutíveis, dedicou-se e guiou-me na elaboração deste trabalho. Aproveito para expressar minha admiração e respeito pela sua competência profissional e pela forma como conduziu minha orientação.

Por fim, às amigas e companheiras de mestrado, Lilian Araújo e Ana Carolina Santiago, por todos os momentos em que dividimos angústias e compartilhamos conhecimento, e todos aqueles que colaboraram direta ou indiretamente para a realização desta etapa da minha vida.

É preciso que a leitura seja um ato de amor.

(Paulo Freire, 1983)

RESUMO

A presente pesquisa propôs-se a refletir sobre o papel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) no processo de formação integral e sobre como a instituição de ensino está preparando os alunos para a sociedade letrada contemporânea, quais práticas de leitura, notadamente a literária, estão sendo aplicadas e se estas são adequadas a contextos múltiplos e diferenciados nos quais os estudantes estão inseridos. Apresentamos como objetivo geral desenvolver uma proposta de intervenção para mediação de leitura literária na escola, que contribua para tornar a leitura do texto literário uma prática integradora, no curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFPB-Campus João Pessoa. Os objetivos específicos compreendem identificar, a partir dos documentos institucionais norteadores do ensino médio integrado, como se apresenta a formação integral subjacente ao referido curso; averiguar práticas integradoras relativas ao ensino de literatura que contemplem o perfil do egresso do curso Técnico em Informática do IFPB-Campus João Pessoa; e analisar o processo de identificação com a formação integral do sujeito-estudante desse curso, tendo como instrumento o texto literário. A pesquisa foi de campo/aplicada e do tipo exploratória, com uma abordagem mista. Para tanto, buscamos fundamentar as concepções de leitura e de literatura que dialoguem com a formação humana integral, a exemplo de Ramos (2005; 2008; 2014), Ciavatta (2003; 2005; 2014), Freire (1996; 2003), Candido (1989; 2004), Jouve (2002), Petit (2008) e Dalvi (2013; 2018; 2019). Além das contribuições advindas da elaboração e aplicação de um Produto Educacional, por meio de uma proposta pedagógica de abordagem do texto literário, esperamos, com esta pesquisa, poder contribuir com a prática da leitura, disponibilizando tal Produto, a fim de tornar a leitura literária uma prática curricular integradora, compreendida como parte da formação de um leitor de literatura autônomo e crítico, capaz de colaborar para a humanização e participação dos processos da vida em sociedade.

Palavras-Chave: Ensino Médio Integrado. Ensino de Literatura. Práticas de leitura literária. Formação integral.

ABSTRACT

The present research aimed at reflecting on the role of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB) both as to its integral formation process as well as on how the educational institution is preparing students for the contemporary literate society, concerning the reading practices which are being Applied, notably the literary one. Besides, it reflects whether such practices are adequate to the multiple and particular contexts in which the students are inserted. For doing so we presented, as a general objective, to develop an intervention proposal for the mediation of literary reading at school, which contributes for making the reading of the literary text an integrative practice, in the Technical Course of Computer Science, Integrated to the High School level, at IFPB-Campus João Pessoa. The specific objectives included identifying, by means of institutional documents, what guides integrated secondary education, how the integral training underlying the mentioned course is presented; to investigate integrative practices related to the teaching of literature that contemplate the profile of the graduates of the Computer Technician course at the IFPB-Campus João Pessoa; and to analyze the identification process with the integral formation of the subject-student of this course, using the literary text as an instrument. The research was applied and exploratory, with a mixed approach. For doing so, we focused on the conceptions of reading and literature that dialogue with integral human formation, such as Ramos (2005; 2008; 2014), Ciavatta (2003; 2005; 2014), Freire (1996; 2003), Candido (1989; 2004), Jouve (2002), Petit (2008) and Dalvi (2013; 2018; 2019). In addition to the contributions arising from the elaboration and application of an Educational Product, through a pedagogical proposal so as to approach the literary text, we hope, with this research, to contribute to the practice of reading, by providing such Product, in order to make literary reading an integrative curricular practice, understood as part of the formation of an autonomous and critical literature reader, capable of collaborating for the humanization and participation of the processes of life in society.

Keywords: Integrated High School. Literature teaching. Literary reading practices. Comprehensive training.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – O Brasil no Pisa.....	33
Gráfico 2 – Comparação do perfil dos leitores.....	35
Gráfico 3 – Frequência de leitura por tipo de material.....	35
Gráfico 4 – Interesse por literatura.....	36
Gráfico 5 – Tipo de escola em que cursou o Ensino Fundamental.....	60
Gráfico 6 – Importância pessoal da leitura.....	61
Gráfico 7 – Influência na prática de leitura.....	62
Gráfico 8 – A leitura no ambiente familiar.....	62
Gráfico 9 – Sobre o interesse por leitura.....	63
Gráfico 10 – Gêneros que costumam ler.....	64
Gráfico 11 – Formas de acesso a livros de literatura.....	64
Gráfico 12 – Leitura de livro de literatura em formato digital.....	65
Gráfico 13 – Conhecimento de sites de domínio público que disponibilizam livros.....	66
Gráfico 14 – Avaliação do desempenho na prática da leitura.....	66
Gráfico 15 – Dificuldades na compreensão textual.....	67
Gráfico 16 – Experiência em participação de clubes de leitura e outros.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BNCC – Base Nacional Comum Curricular
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica
- CEP – Comitê de Ética e Pesquisa
- CONAE – Conferências Nacionais de Educação
- CTI-EM – Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
- EAAAs – Escolas de Aprendizes e Artífices
- EMI – Ensino Médio Integrado
- ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio
- EPT – Educação Profissional e Tecnológica
- ETFs – Escolas Técnicas Federais
- FIC – Formação Inicial e Continuada
- IFs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
- IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases
- MEC – Ministério da Educação
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
- PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
- PNE – Plano Nacional da Educação
- PROFEPT – Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
- PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
- PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia
- SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
- SCIELO – *Scientific Electronic Library Online*
- TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	155
1.1 PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	22
2 A FORMAÇÃO INTEGRAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)	29
2.1 REFLEXÕES SOBRE MOMENTOS DA HISTÓRIA RECENTE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL	29
2.2 O ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: AVALIAÇÕES E PESQUISAS.....	322
2.3 O DISCURSO NAS POLÍTICAS CURRICULARES DESTINADAS AO ENSINO MÉDIO	377
2.4 O ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO IFPB: O CONTEXTO DA PESQUISA.....	400
3 A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E O ENSINO DA LEITURA LITERÁRIA	433
3.1 O ENSINO DA LITERATURA, A LEITURA LITERÁRIA E A FORMAÇÃO DE LEITORES	477
4 PRÁTICAS DE LEITURA LITERÁRIA DISCURSOS E DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS.....	52
4.1 O DISCURSO DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS SOBRE FORMAÇÃO INTEGRAL E LEITURA LITERÁRIA.....	533
4.2 OS TRÂMITES ÉTICO-METODOLÓGICOS PARA APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	577
4.3 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO DISCURSO DO SUJEITO-ESTUDANTE DA FORMAÇÃO INTEGRAL A PARTIR DA LEITURA DO TEXTO LITERÁRIO: DISCUSSÕES E RESULTADOS.....	690
4.4 O DISCURSO DA DOCENTE DE LÍNGUA PORTUGUESA EM RELAÇÃO À FORMAÇÃO INTEGRAL A PARTIR DA LEITURA DO TEXTO LITERÁRIO.....	69

4.4.1 Relato de aplicação da entrevista.....	700
4.4.2 Educação integral e EPT.....	71
4.4.3 Práticas de leitura literária	73
4.4.4 Práticas de leitura literária no ensino remoto	77
5 PRODUTO EDUCACIONAL: PERCURSOS DE CONCEPÇÃO	800
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	844
REFERÊNCIAS.....	866
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL.....	933
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (PAIS DOS ALUNOS).....	11616
APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPANTE MENOR (6 ANOS ACIMA)	11818
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (PROFESSORES)	12020
APÊNDICE E – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: QUESTIONÁRIO.....	12222
APÊNDICE F – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ENTREVISTA	12626
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	12727

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, observou-se, em todo o contexto global, uma crescente demanda pela leitura e pelo domínio da linguagem escrita em todas as áreas da vida social ou profissional. O domínio das múltiplas capacidades de linguagem, especialmente as atinentes à leitura, tornou-se condição primordial para o acesso ao conhecimento, à autonomia intelectual dos indivíduos, à participação da vida social e ao exercício da cidadania. Não se trata apenas de saber decodificar a escrita, pois tais capacidades de produção e decodificação de leitura e escrita estão relacionadas a tipos e níveis de letramento necessários para as diversas práticas sociais (GOMES, 2017). A escola, nesse aspecto, é uma instituição com atribuição e potencial para ampliar saberes que desenvolvam as dimensões políticas e socioculturais do sujeito em toda a sua complexidade, imprescindíveis a uma formação humana omnilateral e emancipatória (SAVIANI, 2003).

No Brasil, podemos observar profundas contradições ao convivermos com a exclusão de grande parte da população do letramento e do pensamento crítico, humanista e científico (FARIAS, 2018). As raízes dessa problemática são históricas, conforme esclarece Jéferson Assunção (2008), no texto *Leitura cultural, crítica ou utilitária*, ao apresentar um breve panorama da história da leitura no Brasil. O relato declara que Portugal deixou marcas na educação do Brasil-Colônia – na última década do século 19, apenas 20 a 30% dos habitantes dominavam a capacidade leitora no território, e o índice de analfabetismos alcançava 84%. O autor ainda destaca que a impressão de livros no País se deu tardiamente – apenas em 1808, com a imprensa real e destinada, inicialmente, à produção de documentos e livros oficiais. Já na ditadura militar, houve um agravamento das políticas educacionais brasileiras, com substituição do currículo escolar, das disciplinas humanistas pelas tecnicistas, o que comprometeu a dimensão crítica e cultural da escola. Neste período, deu-se à educação uma função utilitarista e instrumental, como meio de preparação de jovens e adultos como mão de obra para o mercado de trabalho, atendendo a demandas do sistema capitalista emergente.

Desde então, observou-se que houve, no decorrer dos anos, avanços e retrocessos nas políticas públicas direcionadas à educação, visto que tivemos momentos nos quais a oferta apontava para uma formação tecnicista direcionada ao mercado de trabalho e, em outros momentos, houve a retomada da oferta de uma educação mais ampla do cidadão. Em meio a

essa contextualização, o Brasil continua sem grandes progressos e com resultados abaixo da média, o que requer intervenções, como é o caso da presente pesquisa, relacionadas à problematização do ensino de leitura, especialmente o da leitura literária.

Esses paradigmas ideológicos concebidos em diferentes momentos sócio-históricos também conflitam na forma como a linguagem e suas múltiplas competências são administradas na educação. A concepção tradicional de leitura na sala de aula é direcionada à extração de sentidos do texto e à sua expressão pela oralidade, procedimento que contribui para um papel passivo leitor/ouvinte a quem não cabe questionar as informações contidas no texto (FUZA; GREACO; MENEGASSI, 2011).

Seguindo esse mesmo *modus operandi*, em se tratando de leitura literária, há paradigmas de ensino em que os textos são usados para reconhecer normas e regras de uso da língua como instrumento para garantir o domínio da língua culta e da escrita ou para uma análise textual descritivo-técnica, além de informar sobre a história da literatura (COSSON, 2020). Em uma acepção mais larga, Dalvi (2018, p. 19) defende que é necessário, sim, “garantir a experiência de leitura, de escrita e de discussão literária na escola, mas é preciso mais”, haja vista ser a literatura, “historicamente, uma dimensão privilegiada da criatividade, questionamento, resistência, problematização”.

Atenta para a convergência das pesquisas atuais em didática da literatura em torno da necessidade de se repensar o tratamento dos textos em sala de aula, em discussão sobre o advento dos leitores reais, Rouxel (2013, p. 192) afirma que a questão se complica no Ensino Médio, quando a “leitura literária em sua forma escolar, é, com efeito, lugar de múltiplas aprendizagens que acabam por fazer do texto apenas um pretexto”.

Essa forma de trabalhar a leitura literária bem como os demais gêneros discursivos, ou seja, fazendo do texto um pretexto, ainda pode ser percebida em livros didáticos, que apresentam, como apontam Fuza, Greaco e Menegassi (2011, p. 491), “[...] em um mesmo capítulo, diversos gêneros (carta, receita, propaganda, notícia, tiras etc.), porém, sem realizar um trabalho a partir do qual o aluno se aproprie dos gêneros e desenvolva as capacidades de leitura e de escrita que lhe são próprias”.

Direcionando a uma concepção dialógica de linguagem defendida por Bakhtin e Volóchinov (1992), a forma como esse processo se realiza tem implicações advindas do meio social no qual o indivíduo está inserido, “como uma ação orientada para uma finalidade específica [...] que se realiza nas práticas sociais existentes, nos diferentes grupos sociais, nos

distintos momentos da história” (BRASIL, 1998, p. 20). Nessa perspectiva, segundo Koch (2002, p. 17), “o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os interlocutores, como sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e são construídos [...]”.

Relacionando essa dimensão de leitura aos documentos oficiais que definem as políticas educacionais do país, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1988), diretrizes que orientam aspectos fundamentais do currículo, apontam que o leitor é

[...] alguém que compreende o que lê; que possa aprender também o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto; que consiga justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos. (BRASIL, 1998, p. 54)

Ampliando essa compreensão, a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCC-EM), novo documento normativo responsável por orientar a elaboração dos currículos do último nível da Educação Básica, considera a diversidade de gêneros nas práticas de leitura (BRASIL, 2017, p. 507), objetivando a formação integral, tendo o jovem como protagonista de sua aprendizagem.

O leitor é, portanto, compreendido como um indivíduo ativo na construção de conhecimento com uma relação com o texto lido, via apropriação e reflexão, e não apenas de extração de significados. Além disso, tanto os PCNs quanto a BNCC-EM preveem que o ensino da língua deve incentivar as práticas de leitura a partir de gêneros discursivos, adotando o texto como unidade de ensino e os gêneros como objeto de ensino. Partindo da ideia de que o texto literário se insere como um dos tipos dos gêneros discursivos, Rojo (2008, p. 95) afirma que

[...] o deslocamento sucessivo dos *gêneros literários* para os gêneros linguísticos (BAKHTIN;VOLOSHINOV, 1929:43) e, finalmente, para os *gêneros do discurso* (BAKHTIN, 1952-53), opera a extensão do conceito para todas as formas de discurso da vida e da atividade humana e recoloca-o, de forma sociossituada, no fluxo das mais variadas formas de relação social (*esferas ou campos de atividade humana*). [...] Assim, pensar o funcionamento do conceito em outras esferas de atividade humana que não a da estética verbal implica repensá-lo por inteiro (grifos da autora).

Apesar dos estudiosos e documentos norteadores do ensino no Brasil dialogarem sobre a prática de leitura interacionista, com o leitor participando ativamente na construção de significados e na produção de sentidos, os resultados da prática em sala de aula parecem não

refletir a aplicação dessa concepção. Como se constata nas pesquisas (PISA, Retratos da Leitura no Brasil) e nos programas nacionais de avaliação (SAEB e ENEM), os resultados têm sido insatisfatórios, e a causa de desempenho negativo está associada ao nível de leitura desse público avaliado (GOMES, 2017).

Guardadas as devidas ressalvas a essas avaliações, não podemos negar a necessidade de intervenção nos múltiplos processos que envolvem a prática de leitura com vistas a favorecer o indivíduo a refletir sobre situações e ideias, criar e recriar seu pensamento crítico assim como todas as múltiplas e complexas dimensões permitidas pela atividade. Neste sentido, além de investimento na Educação, com continuidade e ampliação de Políticas Públicas para o livro e a leitura no Brasil, temos a primordialidade da formação docente e um posicionamento amplo de educação literária que extrapole o desafio de formar leitores para além de ensinar a ler textos literários, como propõe Dalvi (2018, p. 13), sob a alegação de que “é necessário defrontar o sujeito com a complexidade (cultural, social, histórica, econômica...) das práticas atinentes ao literário, para que o próprio sujeito possa entender que literatura não se reduz à escrita e à leitura de obras [...]”.

A contextualização apresentada nos direciona a contribuir para resultados mais significantes no que tange à educação literária, concebida por Dalvi (2019) como uma educação que vai além dos aspectos didático-metodológicos e da seleção de repertório por se relacionar a um contexto sócio, histórico, econômico, político e cultural, ou seja, sempre situada a partir de uma noção de “contexto” com a qual

não podemos abstrair (de) nossas reflexões de um chão, um lastro, um enraizamento numa realidade. Mesmo se nos lançarmos ao puro exercício imaginativo e especulativo, algumas condições concretas cooperaram para que esse exercício fosse ou não possível, fosse ou não desejável, e se enveredasse por tal ou qual caminho... (DALVI, 2019, p. 12)

Além do aspecto que se relaciona a um contexto de sujeitos humanos sócio-histórico-culturalmente situados, a estudiosa acrescenta que, por se localizar no campo literário e educacional, a educação literária se constitui de tensões formadas entre diferentes instâncias, que incluem as institucionais e individuais. Desse modo, tanto o contexto quanto os tensionamentos “atravessam as práticas constituídas sócio-histórico-culturalmente pelos sujeitos – e essas práticas são elas mesmas, também, atravessadas por esses contextos e tensões” (DALVI, 2019, p. 13).

Partindo desse cenário interrelacionado e diante da proposta formadora dos Institutos Federais, pertencente à Rede Federal que atua na Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil, esta pesquisa tem como foco a relação da leitura literária na perspectiva da prática curricular integradora no Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Campus João Pessoa, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), condição permitida a partir de experiências e vivências diversas, fundamentais para o crescimento humano.

A partir da contextualização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em que se insere o Ensino Médio Integrado, dos resultados e avaliação da Educação Básica e das pesquisas realizadas sobre a dimensão leitura, que requisitam estudos nessa área, bem como de observações empíricas (como graduanda em Letras) de que muitos alunos têm dificuldades com a leitura literária – restrita não raro ao componente de Língua Portuguesa – e da experiência pessoal com a leitura literária no Ensino Médio vivenciada pela própria pesquisadora, eis o seguinte problema de pesquisa: *Tendo a concepção de formação humana integral e do pleno exercício da cidadania ativa, como o curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, do IFPB – Campus João Pessoa, prevê a leitura literária como prática integradora para capacitar os alunos a uma formação humana ampla?*

O problema delimitado suscita questionamentos sobre o ensino de literatura no âmbito institucional já delimitado, proposta que integra as concepções do programa Mestrado Profissional em Educação Profissional. Assim, para fins do escopo desta investigação, definimos como objetivo geral desenvolver uma proposta de intervenção que contribua para tornar a leitura do texto literário uma prática integradora no Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – Campus João Pessoa.

Como objetivos específicos assim estabelecemos: identificar, a partir dos documentos institucionais norteadores do Ensino Médio Integrado, como se apresenta a formação integral subjacente ao referido curso; averiguar práticas integradoras relativas ao ensino de Literatura que contemplem o perfil do egresso do curso Técnico em Informática do IFPB - Campus João Pessoa; e, por fim, analisar o processo de identificação como a formação integral do sujeito-estudante desse curso, tendo como instrumento o texto literário.

Atendo-nos ao âmbito do campo e da área para a justificativa de uma pesquisa, como recomenda Durão (2020), este estudo se justifica pela busca por procedimentos metodológicos

na educação literária que possibilitem uma formação humana integral com práticas de leitura literária capazes de construir espaços de interação entre os sujeitos, no processo de ensino e aprendizagem, e experiências significativas com leitores reais, concebido por Rouxel (2013) como sujeitos a serem postos no centro da leitura para imprimir sua forma singular à leitura literária e ao texto.

Para tanto, o Curso Técnico Integrado em Informática do Campus de João Pessoa/IFPB foi escolhido justamente pela proposta de trabalhar com sistemas operacionais, desenvolver e documentar aplicações, podendo ficar, por vezes, vinculado exacerbadamente a este lado tecnicista a que também aparenta se propor. Esta escolha também se deu porque, diferentemente de outros cursos que são oferecidos em dois turnos, o Campus de João Pessoa oferta apenas esse Curso Técnico Integrado em Informática, o que poderia ser utilizado como ponto de partida para a aplicação da proposta de intervenção (Produto Educacional) e replicada em outros cursos da modalidade. Além disso, os sujeitos a serem pesquisados ingressaram na instituição em 2019 (edital 71/2018) e estão matriculados no 2º ano, ou seja, não são nem ingressos e nem concluintes, o que atende da melhor forma à proposta da pesquisa a ser aplicada.

Como o foco é o componente Língua Portuguesa, fará parte da pesquisa o professor da Formação Geral, que está atuando nesse componente curricular, no 2º ano do curso Técnico em Informática Integrado Ensino Médio, do IFPB – Campus João Pessoa, ano letivo 2020.

A ideia da pesquisa surgiu a partir da experiência pessoal, com a leitura literária no Ensino médio, vivenciada pela própria mestrandia. Nos três últimos anos do Ensino Básico, com pouco incentivo à leitura literária na escola e com deficiência em interpretação e compreensão textual, esta pesquisadora se reuniu com colegas de turma e demais amigos e formaram uma espécie de “clube de leitura” – o intuito era compartilhar livros, economizando na compra de títulos novos, e discutir os assuntos abordados nos textos sempre que possível. Alguns anos depois, outro fator que influenciou para a realização desta pesquisa foram os estudos da própria mestrandia, enquanto estudante concluinte do curso de Letras com habilitação em Língua Portuguesa do IFPB, e as observações realizadas enquanto fazia o estágio curricular obrigatório na Educação Básica de escolas públicas, quando e onde observamos dificuldades, por parte dos alunos daquelas escolas, de praticar a interpretação de textos e a leitura crítica. Essas observações foram corroboradas pelos resultados das pesquisas do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) e Retratos da Leitura no Brasil (Instituto Pró-Livro), as quais serão detalhadas mais adiante.

A pesquisa em tela é oriunda, também, do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). O programa é ofertado pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e objetiva qualificar profissionais de diversas áreas, direcionando-os à pesquisa, a fim de ampliar seus conhecimentos em função da necessidade de aperfeiçoar as práticas educativas e a gestão escolar, vinculadas à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), para que atuem na busca de uma formação omnilateral do ser humano, ou seja, que estudantes tenham acesso a uma formação integral que os tornem sujeitos capazes de compreender a realidade e transformá-la. Assim, o ProfEPT tem como um de seus objetivos o desenvolvimento de um Produto Educacional a ser implementado não só em salas de aula, mas também em espaços não formais de ensino (BRASIL, 2018).

Nessa perspectiva, busca-se construir práticas integradoras no Ensino Médio Integrado, com o propósito de proporcionar significativa contribuição ao exercício cotidiano do docente desse nível de ensino, do IFPB, e, por conseguinte, à formação autônoma do estudante na construção do seu próprio conhecimento. Esta pesquisa pretende, dessa forma, contribuir para a linha de pesquisa “Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)” do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), que trata dos fundamentos das práticas educativas e do desenvolvimento curricular da EPT, tendo como foco a discussão de estratégias que, alicerçadas na transversalidade e na interdisciplinaridade, possibilitem a formação integral e significativa do educando, sustentada no trabalho como princípio educativo (BRASIL, 2019).

A importância deste estudo também se dá a partir do entendimento de que a leitura é a condição central do processo educativo formal (FARIAS, 2018) e “alcança sua finalidade quando cada indivíduo singular se apropria da humanidade produzida histórica e coletivamente, quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários à sua formação como ser humano, necessária à sua humanização” (DUARTE, 2002, p. 50). A leitura, como reforça Farias (2018), é bem de valor e considerada, juntamente com a escrita, como prática de poder necessária para se ter acesso autônomo ao conhecimento construído pelo homem ao longo da história e registrado pela cultura escrita.

Em suma, a relevância deste estudo é reforçada pela análise documental e de pesquisas e programas de avaliação que destacam o baixo índice de desempenho de estudantes brasileiros no que diz respeito à leitura, prejudicando diversas outras áreas do conhecimento, colocando o Brasil entre baixos níveis de aprendizado. Faz-se, assim, necessário investigar os motivos pelos

quais há um considerável número de jovens que não exercem, de forma satisfatória, as competências leitoras, o que corrobora as dificuldades no desenvolvimento de práticas de leitura no universo escolar.

Além disso, compreender como o currículo prevê a construção da formação integral a partir das capacidades leitoras, tendo em vista a função social da escola de formar os jovens integralmente para a vida, pode nos apontar caminhos que favoreçam o desenvolvimento das práticas em sala de aula, um ambiente adequado à aplicação de pesquisas e compreensão de como se dá o comportamento do aluno leitor.

1.1 PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para a construção do presente estudo, realizamos um levantamento bibliográfico de estudos indexados nas plataformas de bases de dados. No Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC), utilizamos os seguintes descritores de forma associada e combinada: “ensino médio” “ensino médio integrado”, “práticas de leitura”, “leitura de gêneros textuais”, “leitura literária”, “abordagem do texto literário” e “metodologia do texto literário” juntamente com o operador “AND”. Em seguida, pesquisamos também trabalhos sobre leitura literária no ensino médio e no ensino médio integrado no Portal de Objetos Educacionais (EduCAPES), no portal *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Google Acadêmico.

A análise dos dados consistiu no procedimento interpretativo das referências bibliográficas produzidas entre os anos de 2008 e 2020, por meio de leitura crítica e seletiva, de acordo com a relevância dos estudos relacionados ao ensino da leitura e da leitura literária como prática integradora, embora esta pesquisa procure se delimitar ao contexto de jovens estudantes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Campus João Pessoa do Instituto Federal da Paraíba.

Diante dos achados nas buscas realizadas, foram selecionados trabalhos e estudos com abordagem semelhante a esta pesquisa. Destacamos o trabalho de Fuza, Greaco e Menegassi (2011), o qual apresentou uma reflexão sobre as concepções de leitura, atreladas às concepções de linguagem, juntamente com o estudo das atividades de livros didáticos que envolvem o ensino da língua materna. Temos ainda Gomes (2017), cujo resultado do estudo trouxe o

entendimento sobre a necessidade emergencial do ensino da leitura literária em todas as disciplinas do currículo.

Destacamos, ainda, a Dissertação de Mestrado de Melo Neto (2019), intitulada “A produção textual em linhas de argumentação como prática integradora no ensino médio integrado”, pesquisa realizada no Campus de Esperança do IFPB, que apontou para a necessidade de as práticas curriculares estarem associadas às práticas sociais.

Selecionamos também a Dissertação de Matos (2018), intitulada “A compreensão leitora dos estudantes do ensino médio integrado: uma proposta interventiva para o campus Petrolina Zona Rural – IF-Sertão-PE”, que investigou a compreensão leitora dos estudantes dessa Instituição de ensino e as estratégias didáticas dos professores. A respeito do tema, o pesquisador concluiu:

A compreensão leitora é uma habilidade que o sujeito, ao desenvolvê-la em determinada área, a transpõe para os demais campos do conhecimento, isto porque quando desenvolvemos esta habilidade em determinado componente curricular (por exemplo, em Língua Portuguesa ou Língua Estrangeira), desenvolvemos uma capacidade para atuar na compreensão de conhecimentos de forma abrangente; o que explica por que professores de Matemática, Física, Geografia etc., solicitam aos professores de linguagem que trabalhem o desenvolvimento desta habilidade. Esta solicitação se dá em decorrência da necessidade dos[sic] estudantes compreenderem o conhecimento que está sendo trabalhado (...). (MATOS, 2018, p. 13-14)

Outro trabalho relevante é a Tese de Doutorado de Farias (2018), denominada “O leitor e a leitura revelados pela Retratos da leitura no Brasil: uma análise à luz da teoria da semicultura”, que estudou as concepções de leitor e literatura presentes nas quatro edições da pesquisa Retratos da leitura no Brasil.

É importante destacar ainda a pesquisa recentemente desenvolvida sobre a temática deste estudo, por Formiga, Cavalcanti e Araújo (2020), nomeada “A formação do leitor em suas múltiplas dimensões: a leitura literária sedimentando a prática integradora no ensino médio técnico do IFPB – Campus João Pessoa”, que refletiu sobre os direcionamentos dos processos de formação institucionais como capazes de conduzir o leitor literário ao papel de sujeitos nas dimensões histórica, política e cultural. Esses resultados, ainda preliminares, serão ampliados a partir de dados mais substanciais apresentados por este estudo.

Além das pesquisas supracitadas, o estudo foi fundamentado em Ramos (2005; 2008; 2014), Ciavatta (2003; 2005; 2014), Freire (1996; 2003), Candido (1989; 2004), Jouve (2002),

Petit (2008) e Dalvi (2013; 2018; 2019), autores que discutem os processos da Educação na formação integral, a educação literária, o desenvolvimento da compreensão leitora e sua funcionalidade, para instrumentalizar o exercício da cidadania.

Diante dessas abordagens, observamos a necessidade de investigar como se dá a leitura do texto literário como prática integradora na Educação Profissional Técnica de Ensino Médio, no Curso Técnico em Informática – Campus João Pessoa do Instituto Federal da Paraíba, para encontrarmos caminhos que mobilizem o leitor para uma compreensão de literatura como parte de sua formação humana, individual e social.

A presente pesquisa se classifica como aplicada e objetiva, realizada por meio da coleta de dados, a fim de obter informações para embasar soluções de problemas específicos (PRODANOV; FREITAS, 2013), logo apresenta-se como “característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas do conhecimento” (GIL, 2008, p. 27).

A dinamicidade da pesquisa aplicada possibilitou-nos uma melhor interação com a realidade objeto de estudo. Com isso, almejamos refletir sobre o papel do Instituto Federal da Paraíba no processo de formação integral e sobre a forma como essa Instituição de ensino está preparando os alunos para a sociedade letrada contemporânea, quais práticas de leitura, notadamente a literária, estão sendo aplicadas e se estas são adequadas a contextos múltiplos e diferenciados nos quais os estudantes estão inseridos.

A abordagem adotada no estudo foi a mista, qualitativa e quantitativa, contendo técnicas matemático-estatísticas de análise interpretativa, porém esta não foi a base principal de análise, já que é um método de interpretação mais dinâmico e que leva em consideração a complexidade da realidade social. Segundo Minayo (2010, p.21),

pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. [...] ela trabalha com um universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

No que concerne à pesquisa qualitativa, trata-se de um estudo que analisa e interpreta dados referentes à natureza dos fenômenos; neste caso a coleta de dados quantitativos não é objetivo primordial. Tal abordagem

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.70)

Em resumo, a pesquisa realizada por meio de abordagem mista nos deu maior liberdade para analisar os dados coletados, justamente por essa relação dinâmica que não se restringe a dados numéricos e estatísticos, posto que o foco está no objeto de estudo.

Quanto aos meios de pesquisa, adotamos a pesquisa exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o objeto de estudo, sendo a primeira etapa de um estudo mais amplo, utilizada em pesquisas iniciais cujo tema não foi muito explorado, a fim de obter uma visão abrangente sobre aquela realidade (GIL, 2008), buscando identificar as concepções em cujo contexto escolar os sujeitos estão imersos, as experiências docentes e o trabalho da instituição de ensino.

Sendo assim, a proposta inicial de realizar uma pesquisa exploratória se justifica pelo fato de nos permitir visão mais ampla sobre o tema aqui exposto, o que nos possibilitará desenvolvermos análises mais precisas sobre o objeto de estudo e, assim, “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27).

Por meio da pesquisa exploratória, buscamos uma melhor compreensão do processo de formação integral no IFPB e de quais práticas de leitura, especialmente a literária, estão sendo aplicadas, a partir dos documentos institucionais norteadores do Ensino Médio Integrado e do discurso do estudante do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Campus João Pessoa do IFPB. “A pesquisa exploratória possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 53).

No quesito amostragem, a pesquisa foi do tipo “não probabilística” e “intencional”, ou seja, os indivíduos não foram selecionados aleatoriamente. Desse modo, o subgrupo dos docentes e discentes do Curso Técnico Integrado em Informática foi escolhido intencionalmente, em decorrência das ações desempenhadas por esses professores e estudantes no Ensino Médio. São atividades desenvolvidas no referido curso: instalação de sistemas operacionais para desktop e servidores; desenvolvimento e documentação de aplicações para

desktop com acesso à web e a banco de dados; realização de manutenção de computadores de uso geral; instalação e configuração de redes de computadores locais de pequeno porte.

Os sujeitos da presente pesquisa foram os alunos efetivamente matriculados no 2º ano do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFPB – Campus João Pessoa, ano letivo 2020, cujas aulas, conforme o calendário acadêmico, disponível no portal da Instituição, tiveram início em 10 de fevereiro daquele ano.

Segundo o Edital do IFPB nº 71/2018, de 13 de setembro de 2018, que trata do Processo Seletivo para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (PSCT-2019), o Campus João Pessoa ofereceu 40 (quarenta) vagas para o curso Técnico Integrado em Informática. A referência para a escolha do quantitativo de alunos participantes do presente estudo é o Edital supracitado, sendo assim, a composição da população desta pesquisa é de 40 (quarenta) alunos, dos sexos masculino e feminino, matriculados no 2º ano (ano letivo 2020).

Embora o foco seja o componente Língua Portuguesa, há outros professores da Formação Geral que estão atuando no 2º ano do Ensino Médio do referido curso e que também poderiam fazer parte de pesquisa com objeto semelhante a esse estudo. Segundo as informações constantes do Horário Acadêmico da Instituição (HIFPB), são, ao todo, 11 (onze) docentes, os quais, conforme sua formação e competência, são ministrantes das seguintes disciplinas: Português, História, Física, Química, Matemática, Sociologia, Geografia, Biologia, Filosofia, Inglês e Educação Física. A proposta de incluir os componentes seria para verificar como a leitura integra tais disciplinas, tendo em vista a compreensão de que essa atividade perpassa todo o conjunto de conteúdos da formação, fato que contribui para não a circunscrever a ações limitadoras ao componente de Língua Portuguesa.

Para a realização desta investigação, optamos pelo uso do questionário como instrumento de coleta de dados, que é uma série de perguntas simples, diretas e ordenadas a serem respondidas pelo público pesquisado (PRODANOV; FREITAS, 2013), com isenção e clareza. Quanto à forma de disposição das questões (que podem ser abertas, fechadas ou mistas), o questionário a ser utilizado, neste estudo, será do tipo “misto”.

Optamos ainda pela entrevista semiestruturada, com planejamento prévio e roteiro pré-estabelecido, que foi realizada com a docente que ministrava a disciplina de Língua Portuguesa na série e curso selecionados para esta investigação. Por meio desse instrumento, averiguamos práticas integradoras relativas ao ensino de leitura e de literatura. As características e o perfil do docente participante também foram detalhados.

O projeto desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por meio da Plataforma Brasil, em maio de 2020 (CAAE: 31810820.6.0000.5185). Após sanadas as pendências, o projeto foi aprovado em 30 de julho de 2020, por meio do Parecer de número 4.184.125. Devido ao prolongamento da situação pandêmica advinda da Covid-19, esta pesquisa precisou de ajuste para se adequar à nova realidade posta pelo distanciamento social que determinou a proposta de ensino remoto. Sendo assim, conforme consta do cronograma, foi submetido emenda ao CEP, solicitando que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), para participante menor de idade, e os instrumentos de coleta de dados fossem apresentados por meios virtuais com a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Isto posto, o presente estudo foi organizado da forma que detalharemos a seguir. A Introdução trata do objeto de pesquisa, da problematização e da justificativa do trabalho, explicita o caminho teórico-metodológico percorrido, traz a caracterização do campo e dos sujeitos da pesquisa, situa brevemente a leitura em seu contexto histórico, em documentos legais e nas pesquisas e avaliações sobre o estado da leitura no país, aspectos que contribuirão para definirmos a proposta de intervenção estabelecida no Objetivo Geral.

O Capítulo 2 discute a formação integral no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), segundo os fundamentos teórico-metodológicos que sustentam a pesquisa.

Já o Capítulo 3 relaciona a formação humana integral que favorece o pleno desenvolvimento do homem – proposta educacional a que se propõem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – a partir do ensino da leitura literária, dos documentos norteadores da educação, tais como PCNs, Orientações Curriculares para o Ensino Médio, BNCC, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Planos de cursos.

O Capítulo 4 foi dedicado a compreender o discurso pedagógico que estrutura o currículo na formação integral do sujeito-estudante do CTII-EM-IFPB-João Pessoa e a apresentar o perfil leitor dos alunos participantes da pesquisa verificado a partir dos instrumentos de coleta de dados.

O Capítulo 5 compreende a proposta do Produto Educacional (PE), voltada à leitura do texto literário como prática integradora, que foi desenvolvido a partir das análises dos dados, resultados e discussões, assim como a sua aplicação no âmbito educacional.

As Considerações Finais, por sua vez, sintetizam a reconstrução e a ressignificação da prática do ensino da leitura literária no Ensino Médio Integrado (EMI), conduzindo-a para a

formação integral, além de reiterar a validade e a viabilidade do Produto Educacional gerado por esta pesquisa.

2 A FORMAÇÃO INTEGRAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)

2.1 REFLEXÕES SOBRE MOMENTOS DA HISTÓRIA RECENTE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

Neste tópico, apresentaremos uma breve discussão sobre o histórico da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, a partir de uma análise documental e bibliográfica, na qual se verificam as políticas públicas educacionais ofertadas e as concepções assumidas pela EPT no Brasil, para se refletir sobre as questões que se apresentam nesse modelo de ensino e buscar uma maior compreensão sobre tal modelo.

A Educação Profissional Tecnológica, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, visa garantir que os aprendizes tenham o direito de adquirir conhecimentos que os tornem aptos ao uso de tecnologias e à inserção profissional de forma competente. Para além disso, possam compreender e avaliar os impactos sociais, ambientais e econômicos resultantes de suas atividades e do uso de novas tecnologias.

A educação profissional brasileira é um segmento complexo que oferta desde a educação básica – com cursos de formação inicial, cursos de formação continuada ou cursos de qualificação profissional –, passando pela educação de nível médio (com cursos de educação profissional técnica), até a oferta do nível superior (com a educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação).

Como Política Pública Nacional, a Educação Profissional começou a ser ofertada, no Brasil, em 1909 (Decreto 7.566/1909), a partir da criação das Escolas de Aprendizes e Artífices (EAAs). Essas escolas ofertavam, para as classes menos abastadas da sociedade, um ensino profissional primário, gratuito e de formação de operários e contramestres. Esse foi “um grande passo ao redirecionamento da educação profissional no país, pois ampliou o seu horizonte de atuação para atender [sic] necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria” (RAMOS, 2014, p. 25). Ainda assim, segundo destaca Ramos (2014, p. 9), “a formação dos trabalhadores tornaram-se [sic] uma necessidade econômica e não mais uma medida exclusivamente social como em sua gênese”, no entanto, sendo alvo de críticas por ser um ensino manual e prático, em detrimento de uma educação propedêutica e intelectual para os mais ricos. Claramente, havia a instalação de uma dualidade educacional na qual se ofertava

um ensino tecnicista para a classe trabalhadora e um ensino mais completo para a classe dirigente. Seria um desafio, portanto, superar essa dualidade.

Em 1942, as Escolas de Aprendizes e Artífices, ou EAAs, foram transformadas em Escolas Industriais e Técnicas, com a oferta de formação profissional equivalente ao atual Ensino Médio. No ano de 1959, foram transformadas em Escolas Técnicas Federais (ETFs), instituições com autonomia didática e de gestão. Em 1978, ocorreu a conversão de três ETFs em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), possibilitando a oferta de cursos superiores de curta duração, na Rede Federal de Educação Profissional. Em 1990, houve a transformação de mais ETFs em Cefets (Lei 8.948/1994), instituindo o Sistema Nacional de Educação Tecnológica (RAMOS, 2014, p. 79), permitindo a oferta de cursos de nível superior, embora as medidas só tenham se efetivado a partir de 1997, com as reformas impostas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Essas reformas trouxeram mudanças para EPT que voltou a ofertar graduação tecnológica de curta duração, cursos técnicos de formação concomitante ou subsequente, tendo sido proibida, durante algum tempo, a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio (AFONSO; GONSALEZ, 2016, p. 722). A finalidade era atender, sob a perspectiva neoliberal, ao desenvolvimento econômico e às demandas do mercado por mão de obra. Nessa conjuntura, segundo Moura (2013, p. 707), “o EMI (Ensino Médio Integrado) pode ser considerado o germe da formação humana integral, omnilateral ou politécnica”.

No governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, houve a ampliação da rede federal de escolas destinadas à educação profissional por meio da instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Com isso, ETFs e Cefets foram transformados em IFs, ganhando, as novas instituições, mais autonomia e investimento, compreendendo, em 2019, uma Rede Federal composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II.

O então presidente revogou o Decreto nº 2.208/97 (BRASIL, 1997) – que tratava da imposição de uma formação tecnicista –, por meio do Decreto nº 5.154/04 (BRASIL, 2004), restabelecendo a possibilidade de ensino médio integrado, conforme dispõe a LDB. No espaço entre esses dois decretos – o de 1997 e o de 2004 – houve o decreto 5.254, de 2002. Segundo Ramos (2014, p. 82), “[o] decreto nº 5.254/2002 deu continuidade à política curricular do

governo anterior, marcada pela ênfase no individualismo e na formação por competências voltadas para a empregabilidade”.

A Lei nº 11.741 de 16/07/2008 (BRASIL, 2008) revogou o Decreto nº 5.154/2004. A partir dessa Lei, “a Educação Profissional Técnica de Nível Médio passou a ser considerada direito de todos os cidadãos brasileiros, já que passou a ser considerada como parte da Educação Básica, definida na Constituição Federal e na própria LDB como garantida pelo Estado com educação pública” (AFONSO; GONSALEZ, 2016, p. 724).

O Plano Nacional de Educação (PNE), sancionada na Lei nº 13.005 de 25/06/2014 (BRASIL, 2014) para o decênio 2014-2024, organizado com o estabelecimento de 20 metas, trouxe 2 delas direcionadas à EPT: a meta 10 e a 11, ambas com foco na ampliação e qualidade da oferta da Educação Profissional para a população. Além de outros tratamentos direcionados à EPT e tratado de forma indireta, sob uma perspectiva multidimensional, o PNE, mesmo antes de ser aprovado, já vinha influenciando algumas políticas de governo, a exemplo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) (AFONSO; GONSALEZ, 2016, p. 727).

Por fim, no Documento Referência e Final das Conferências Nacionais de Educação de 2010 e 2014 (CONAE, 2010), que também influenciou o PNE 2014-2024, temos o “seu papel articulador e balizador na construção das políticas educacionais” (AFONSO; GONSALEZ, 2016, p. 738). Esse Documento Referência e Final emitido pela CONAE, órgão que delibera e participa da elaboração de políticas públicas de Estado na Educação, contemplou a relação trabalho-educação entre seus eixos temáticos (eixo VI). Essa integração pode ser vista sob a perspectiva de uma proposta que tem o trabalho como princípio educativo, preocupando-se com a formação humana do trabalhador. Vale ressaltar que foram lançadas críticas a alguns trechos do Documento Final da CONAE 2010, por divergências quanto à defesa de uma educação tecnicista para o atendimento do setor produtivo.

No Documento Referência CONAE 2014, a EPT é abordada nos eixos III e IV, além de outros que também fazem referência à modalidade da educação. Esse documento traz diretamente a defesa do EMI e do PROEJA entre suas metas/estratégias, defendendo a formação humanística e unitária. Por outro lado, não estabelece a EMI como única modalidade, pois permanece a possibilidade da modalidade concomitante e subsequente, conforme previsão na LDB.

A partir da pesquisa bibliográfica e documental já realizada, as análises empreendidas nesse tópico visaram, de forma breve, descrever as transformações históricas ocorridas na EPT no Brasil, desde 1909. Observamos que houve, no decorrer dos anos, avanços e retrocessos, um discurso híbrido, segundo Guimarães (2014), nas políticas públicas e de governo, tendo em vista os momentos em que a oferta da EPT apontava para uma formação tecnicista direcionada ao mercado de trabalho, e, em outros momentos, havendo a retomada da oferta do Ensino Médio Integrado, visando a uma educação mais ampla do cidadão.

Tal concepção, em um sentido filosófico, parte da compreensão “do ser humano como histórico-social, o qual busca se formar omnilateralmente, à medida que apreende o real pela mediação dos conhecimentos já elaborados e se torna produtor de novos conhecimentos, aprimorando suas múltiplas capacidades” (RAMOS, 2020, p. 7)¹. Essa perspectiva da formação integrada, como destaca a autora, exige a busca de uma unidade das dimensões trabalho-ciência-cultura, ainda mais pertinente no momento atual de crise sanitária, econômica, ético-política e social por que estamos passando.

Compreendendo o Ensino Médio Integrado no contexto da política educacional no país, é possível direcionarmos, pois, problematizações que colaboram para experiências em sala de aula voltadas à formação integral de jovens, como é o caso da formação leitora, objeto desta pesquisa.

2.2 O ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: AVALIAÇÕES E PESQUISAS

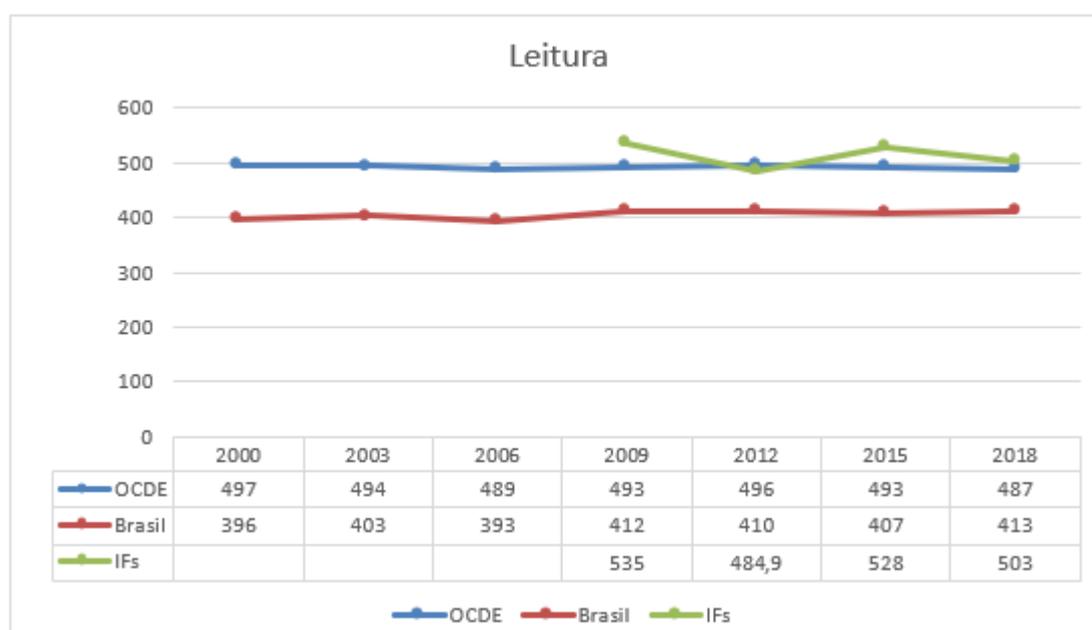
Baseado em políticas públicas educacionais, o Brasil implementou, nos últimos anos, programas nacionais de avaliação – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) –, a fim de verificar o rendimento dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, respectivamente. Os resultados têm apontado baixo rendimento, e o que se tem constatado é que a causa desse desempenho negativo está associada ao nível de leitura desse público avaliado (GOMES, 2017).

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), que acontece a cada três anos e oferece um perfil básico de conhecimentos e habilidades dos estudantes, realiza uma

¹ Consta do Prefácio do livro CRUZ SOBRINHO, Sidinei; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro (Org.). *Educação profissional integrada ao ensino médio*. João Pessoa: IFPB, 2020.

avaliação de três áreas de conhecimento: Leitura, Matemática e Ciências. O levantamento, a seguir apresentado no Gráfico 1, da última edição realizada em 2018, cujo foco foi a leitura, mostra os resultados do desempenho nessa dimensão, dos estudantes brasileiros na faixa etária dos 15 anos, na prova da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), desde o ano 2000 até a última edição que ocorreu em 2018, conforme disponibilizado no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP).

Gráfico 1: O Brasil no Pisa



Fonte: Autoria própria (2022).

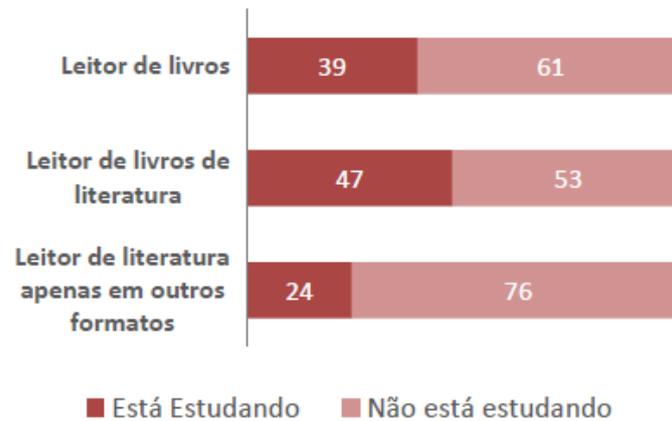
Os resultados indicam que o desempenho dos estudantes brasileiros não avançou ao longo dos anos, colocando o Brasil entre os piores níveis de aprendizado avaliados pelo Pisa. A avaliação realizada em 2018 e divulgada no início de dezembro de 2019 revela que as habilidades de leitura e compreensão de texto não tiveram um progresso significativo na última década. Nessa medida, o Brasil continua abaixo da média da OCDE, em leitura: a média nacional é de 413 pontos (57º do mundo) e a da OCDE é de 487. Já, entre as regiões do Brasil, o desempenho médio do Nordeste (389) é o pior do território nacional (INEP, 2019). Após analisar os resultados das sete edições do Pisa, a OCDE concluiu que o Brasil se mantém estagnado em Leitura – além de Ciências e Matemática – e, portanto, não houve mudanças significativas para uma evolução de patamar.

Em contrapartida ao resultado geral do Brasil nesse exame, a pontuação obtida pelas instituições federais de ensino supera a média nacional e coloca o país mais próximo do desempenho alcançado por países desenvolvidos. Isso pode ser confirmado ao analisar os percentuais obtidos pela Rede Federal nos últimos anos, especialmente em leitura, estando acima da média da OCDE nas últimas avaliações (2015 e 2018).

Retomando as avaliações em nível nacional, resultados semelhantes são apresentados por outras pesquisas. Segundo dados da 4ª edição da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” (FAILLA, 2016), realizada em 2016 pelo Instituto Pró-Livro – que consiste no mais amplo estudo sobre o perfil de leitura no Brasil –, apesar de ter aumentado o número de leitores, o percentual ainda indica que os brasileiros estão com baixo nível de leitura. Essa entidade realiza essa pesquisa a cada quatro anos, sendo a última divulgada em setembro de 2020, com levantamento realizado em outubro de 2019. Para a pesquisa, “leitor é aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos 1 livro nos últimos 3 meses” (PRÓ-LIVRO, 2020, p. 19), tomando como referência os três meses anteriores à sua efetiva realização. A partir desse entendimento, a 5ª edição não trouxe novidade quanto ao percentual de leitores, que continua estável, oscilando em 55% (2007), 50% (2011), 56% (2015) e, por fim, uma pequena queda para 52% nesta nova edição de 2019 (PRÓ-LIVRO, 2020).

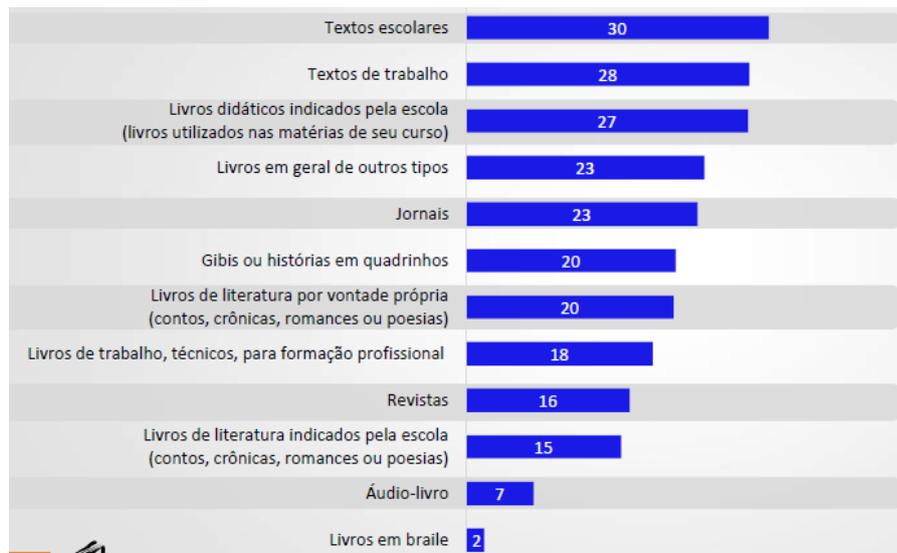
A 5ª edição dessa pesquisa teve uma amostra de 8.076 pessoas e trouxe uma novidade: investigou o perfil do leitor de literatura (livros e outras plataformas). Um dos focos da pesquisa foi identificar os hábitos dos brasileiros, especificamente quanto à aproximação com a literatura, tendo um módulo dedicado à análise desses dados. Para tanto, foram levantadas as proposições: “como se interessou por literatura, fatores que influenciam na escolha do que ler; indicação do último livro de literatura; autores de que mais gostam; leitura de sagas e séries; formato do último livro lido e conteúdos literários lidos em outros formatos além do livro” (PRÓ-LIVRO, 2020, p. 8).

Quanto ao perfil dos leitores, temos, na comparação entre estudante e não estudante, um percentual menor de estudantes leitores de literatura quando comparados a pessoas que não estão estudando, como podemos observar no Gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2: Comparação do perfil dos leitores

Fonte: Retratos da leitura no Brasil – 5ª edição (PRÓ-LIVRO, 2020, p. 30).

Quanto à frequência de leitura por tipo de suporte, constatou-se tendência de decréscimo na frequência de leitura de quase todos os formatos, especialmente “livros de literatura por vontade própria” e “livros didáticos indicados pela escola”, conforme demonstrado no Gráfico 3:

Gráfico 3: Frequência de leitura por tipo de material

Fonte: Retratos da leitura no Brasil – 5ª edição (PRÓ-LIVRO, 2020, p. 48).

Por fim, trouxemos mais um dado que indica os motivos pelos quais o pesquisado começou a se interessar por literatura. No Gráfico 4, abaixo, constatam-se a importância e influência do professor nas escolhas literárias dos seus estudantes.

Gráfico 4: Interesse por literatura



Fonte: Retratos da leitura no Brasil – 5ª edição (PRÓ-LIVRO, 2020, p. 112).

No geral, os resultados das pesquisas, avaliações e testes mostram que os alunos apresentam domínio insatisfatório das capacidades necessárias para enfrentar com sucesso as atividades diversas no âmbito social. Superar essa realidade deve ser prioridade de todo o processo de ensino-aprendizagem, desde as séries iniciais e progredindo por toda a etapa de escolarização básica. Desse modo, deve-se refletir acerca do papel da escola nesse processo e sobre como as instituições de ensino estão preparando os alunos para a sociedade letrada contemporânea, quais práticas de leitura são adequadas a contextos múltiplos e diferenciados, ambientes dos quais nossa comunidade estudantil faz parte.

De fato, as razões para tais resultados são inúmeras e complexas. A insegurança e a falta de estímulo para as práticas pedagógicas cotidianas de leitura podem estar relacionadas, de forma geral, a um discurso pautado na fragmentação de saberes e no distanciamento das vivências amplas dos estudantes, sustentado pela exigência e necessidade de aprofundamento de conteúdos a que cada disciplina se propõe isoladamente. O fato pode se relacionar também a um entendimento que prioriza a aprendizagem dos conteúdos entendidos como mais importantes para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com o objetivo de acesso ao

ensino superior, ou ainda para atender às demandas do mercado de trabalho. Provavelmente, os IFs não saíram ilesos deste discurso marcado pelo conteudismo e pela fragmentação dos conhecimentos dispostos e isolados por disciplina.

2.3 O DISCURSO NAS POLÍTICAS CURRICULARES DESTINADAS AO ENSINO MÉDIO

No final do século passado, de acordo com Frigotto e Ciavatta (2003), com vistas a se inserirem no processo de globalização em curso e para atender a demandas mercadológicas, as metas educacionais elaboradas pelo Estado estiveram pautadas pela necessidade de formar profissionais com perfil flexível, produtivo e empregável, de acordo com as carências do mercado de trabalho.

Esse discurso de formação para o mercado de trabalho chegou aos documentos oficiais e, a partir dos anos de 1990, o Ensino Médio foi o alvo principal. Esse conjunto de políticas curriculares está presente em documentos como o que formaliza o Enem – Documento Básico (BRASIL, 1999a), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 1998; 2012), os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 1999b; 2000) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006).

Quanto à Base Nacional Curricular Comum (BNCC), Dalvi (2018, p. 15) assevera que tal documento foi produzido “para atender a uma agenda internacional para a educação (da Unesco, do Banco Mundial, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)” e, ainda, que é “uma demanda de planificação curricular que interessa à lógica do controle e responsabilização da ‘ponta’ do processo (leia-se: das escolas, professores e alunos)”.

De acordo com as observações feitas por Guimarães (2014), as políticas curriculares destinadas ao Ensino Médio no Brasil, em especial nos anos de 1990 e 2000, foram impactadas pelo discurso das competências, influenciado pelos efeitos da globalização e pela lógica do mercado, segundo esse estudioso no assunto.

O discurso das competências, presente na política de ensino médio e na educação profissional, sustentou o projeto educativo dos anos 1990, o qual tinha como base a construção de competências polivalentes exclusivamente relacionadas à dimensão profissional, definindo para o ensino médio o desenvolvimento de competências gerais e para o ensino técnico de nível médio o desenvolvimento de competências específicas para o exercício de profissões, restringindo a formação profissional ao preparo técnico

instrumental. [...] a noção de competência era considerada como nuclear na orientação dos currículos e dos processos de profissionalização do trabalhador. (GUIMARÃES, 2014, p. 37)

Para Guimarães (2014), as novas políticas enfatizavam conteúdo e métodos destinados a habilidades e competências profissionais, sem que houvesse, para tanto, a ampliação de um currículo que atendesse a uma formação ampla do indivíduo. O intuito era a formação profissional no Ensino Médio.

Melo Neto (2019), em estudo na linha de EPT, tratando sobre “A produção textual em linhas de argumentação como prática”, pesquisa realizada no Campus de Esperança do IFPB, entende que esse discurso híbrido tem se direcionado à organização de novos currículos nas mais variadas formas de ensino, o que, por sua vez, influencia a prática profissional de ensino e aprendizagem da área de Educação. Para o pesquisador,

apesar de o discurso conteudista apresentar-se como dominante do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), o discurso subjacente ao processo de produção textual da disciplina de Língua Portuguesa está estruturado com base na construção de competências, estruturado inclusive pelas competências e habilidades exigidas pela produção textual do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). [...] Entendemos que esse fato se deve à influência dos testes estandardizados utilizados para a avaliação da educação básica, como o Enem e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). (MELO NETO, 2019, p. 20)

Em contrapartida, a integração curricular possibilita a formação de uma cidadania ativa no contexto escolar e na vida social, com estudantes preparados para perceber, questionar e transformar a realidade da sociedade. A Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCC-EM), homologada em 2018 pelo Ministro da Educação, Rossieli Soares da Silva, é um documento normativo que define as aprendizagens fundamentais, baseadas em conhecimentos, competências e habilidades. Segundo o Ministério da Educação (MEC), a previsão de início de aplicação era para o ano letivo de 2020. Esse documento irá orientar a elaboração dos currículos. O objetivo é a formação integral, com foco na juventude, no protagonismo do estudante e na formação para o mundo do trabalho.

Seguindo essa perspectiva ministerial, quanto às práticas de Língua Portuguesa para o Ensino Médio, um dos campos de atuação social, trazidos pela BNCC-EM, tem como propósito “levar os estudantes a ampliar seu repertório de leituras e selecionar obras significativas para si, conseguindo apreender os níveis de leitura presentes nos textos e os discursos subjacentes

de seus autores [...]. Estabelecer seleções em perspectivas comparativas e dialógicas, que considerem diferentes gêneros literários, culturas e temas” (BRASIL, 2018, 523 -524).

Com base em tal raciocínio, os Institutos Federais (IFs) dizem, conforme estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional da época, possuir caminhos para essa integração entre os diversos saberes e vivências significativos para a formação humana integral, pela indissociabilidade entre educação, ciência e tecnologia, além de outras perspectivas de integração previstas em documentos institucionais que regem os referidos Institutos (PDI, 2015-2019).

Mesmo assumindo seu papel nessa integração, é importante que, especificamente em relação às práticas de leitura literária, a instituição defina de forma clara os aspectos prioritários para abordagem dessa leitura. Para que ocorra o desenvolvimento dessas práticas, a concepção de leitura adotada deve estar expressa “no escopo dos planos dos componentes curriculares que compõem os PPCs dos cursos como destaque relevante na construção de subjetividades individuais e sociais” (FORMIGA; CAVALCANTI; ARAÚJO, 2020, p.11).

Em uma análise preliminar, no âmbito do IFPB – Campus João Pessoa, os documentos norteadores das políticas educacionais – PDI (2014-2019), Projeto Pedagógico (PPC) do Curso Técnico em Informática e Planos de Ensino – já nos apontam para alguns entendimentos. Feita a leitura do PPC do referido curso, vemos que há previsão de um ensino que una teoria e prática com vistas à formação plena do indivíduo, buscando seu protagonismo enquanto cidadão (BRASIL, 2018). Há também uma preocupação em fornecer condições materiais para o desenvolvimento de práticas de leitura, disponibilizando, para os educandos, uma estrutura interna que possibilite sua implementação, a saber: biblioteca física e virtual, com assistência aos usuários e salão de leitura (BRASIL 2018). Especificamente sobre a leitura literária nesses documentos institucionais do IFPB, temos que,

[...] embora não sejam apresentadas menções explícitas de práticas integradoras relativas especificamente à leitura literária que contemplem o perfil do egresso, há obrigatoriedade de utilização de atividades interdisciplinares e transdisciplinares como prática docente, quer de modo verticalizado, quer horizontalizado harmonicamente à constituição de todos os documentos institucionais analisados – PPCs, PDI e diretrizes curriculares nacionais vigentes. (FORMIGA; CAVALCANTI; ARAÚJO, 2020, p.11)

Quanto ao Plano de Ensino de Língua Portuguesa e de Literatura do referido curso, o documento viabiliza o uso da Língua em suas múltiplas funções, para que o educando se

desenvolva e tenha acesso ao mundo do trabalho, através da leitura de “diversos gêneros, incluindo os literários, em diferentes situações de interação social, visando à capacidade de análise crítica” (BRASIL, 2018). Entendemos que se trata de um aspecto bastante positivo, embora essas análises necessitem de um maior aprofundamento, o que será feito posteriormente.

Nesse mesmo contexto, pretendemos analisar, a partir dos instrumentos desta pesquisa, como se dá o processo de leitura do texto literário, de modo a compreender o discurso pedagógico que estrutura o currículo do Ensino Médio na Educação Profissional no IFPB, quais os direcionamentos marcados para a construção de saberes, objetivando uma formação para a construção do sujeito preparado para desenvolver as suas potencialidades intelectuais, para o acesso ao mercado de trabalho e ao ensino superior.

Importa saber também “que já se encontra em curso, na esfera do IFPB, *Campus João Pessoa*, a proposição de alteração nos projetos pedagógicos decorrente de outros temas” (FORMIGA; CAVALCANTI; ARAÚJO, 2020, p.11-12), o que torna esta pesquisa potencialmente contributiva para a discussão.

2.4 O ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO IFPB: O CONTEXTO DA PESQUISA

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), integram o Sistema Federal de Ensino vinculado ao Ministério da Educação. Tal Sistema está formado por 38 Institutos Federais, representantes de um importante marco na ampliação e interiorização da educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil, em 2020, todos com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. A Rede Federal é responsável pela diversificação de cursos nessa modalidade e reconhecida por ofertar um ensino de qualidade e relevante para o país, com estímulo à pesquisa aplicada e à formação de profissionais para as diversas áreas do conhecimento (BRASIL, s/d). Nesse contexto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) é uma instituição pluricurricular, responsável por ofertar educação profissional e tecnológica, contemplando a dimensão humanística em suas distintas modalidades de ensino, agregando saberes técnicos e tecnológicos à prática pedagógica (DE LIMA; CUNHA; MAIOR FILHO, 2017).

O IFPB foi criado quando da integração entre duas instituições pré-existentes: o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) e a Escola Agrotécnica Federal de Sousa (EAF Sousa). Esta integração fez parte do processo exposto como meta no Plano de Desenvolvimento de Educação Pública (PDE) e por meio do Decreto nº 6.095, tendo sido efetivada pela Lei nº 11.892 de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, permitindo a implantação do IFPB.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) funciona por meio dos seus Campi. Segundo o Portal da Instituição, o IFPB está presente em 20 cidades na Paraíba (João Pessoa, Sousa, Cajazeiras, Campina Grande, Cabedelo, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel, entre outras), com o total de 21 unidades, distribuídas em 15 Campi, 3 Campi Avançados, 2 Campi Avançados em implantação e 1 Centro de Referência, sendo responsáveis pela oferta de Educação Profissional e Tecnológica.

O Campus João Pessoa – situado na Avenida Primeiro de Maio, nº 720, no Bairro Jaguaribe – é o mais antigo do IFPB, dispondo de ampla estrutura para atender os estudantes, docentes e técnicos administrativos. Seu corpo de servidores é atualmente formado por 420 docentes e mais de 300 técnicos administrativos em Educação.

Conforme dados do Portal IFPB, o referido Campus oferta Cursos Superiores (17), Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (12), Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio (7), cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC (2), Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especializações) (2), Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrados Profissionais (2) e Mestrado Acadêmico (1).

O Instituto Federal de Tecnologia, Ciência e Educação da Paraíba (IFPB), Campus João Pessoa, possui estudantes matriculados em diversas modalidades de cursos técnicos, quais sejam: Integrados ou Subsequentes ao Ensino Médio, cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Desse universo, cerca de metade dos discentes está matriculada em cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. Parte dos professores da Instituição atua nessa modalidade, outros atuam nos cursos Superiores; alguns ainda convergem suas aulas para os cursos a distância.

Os cursos técnicos objetivam capacitar o estudante, por meio de conhecimentos práticos, para atuar de forma efetiva no setor produtivo. Segundo o Portal do Estudante (IFPB), os 12 (doze) Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio ofertados pelo Campus João Pessoa são: Contabilidade (M), Controle Ambiental (V), Edificações (V), Eletrônica (M), Eletrotécnica (V)

– M), Eventos – PROEJA (N), Informática (M), Curso Instrumento Musical (D), Mecânica (V – M)².

A seleção para esses cursos técnicos – Integrados ou Subsequentes – acontece por meio do Processo Seletivo (PSCT). A seleção para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio acontece por meio da avaliação curricular, ou seja, pelas médias das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia do 6º, 7º e 8º ano no Ensino Fundamental. A seleção de candidatos para os Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio usa como critério a análise do desempenho escolar em Língua Portuguesa ou Português e Matemática ou disciplinas equivalentes cursadas no 1º e 2º ano do Ensino Médio, ou equivalente; ou por meio de análise do desempenho de Língua Portuguesa e Matemática, conforme descritas no documento do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ou equivalentes.

Como vamos tratar tão somente do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, vamos nos ater exclusivamente a suas informações. Pelo Edital nº 71/2018, de 13 de setembro de 2018, que trata do Processo Seletivo para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – PSCT, o Campus João Pessoa ofereceu 40 (quarenta) vagas para o curso objeto de nossa investigação. Nesse contexto, os alunos efetivamente matriculados no 2º ano desse curso do IFPB, Campus João Pessoa, neste ano letivo, que teve início em 10 de fevereiro de 2020, foram aprovados nos termos desse Edital.

² As abreviações significam: M (Matutino), V (Vespertino) e N (Noturno).

3 A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E O ENSINO DA LEITURA LITERÁRIA

Os termos Ensino Médio Integrado, Politecnia e Educação Omnilateral não são sinônimos, mas expressam ações educativas para o Ensino Médio e a Educação Profissional. Tais termos têm, contudo, algo em comum: fazem referência a ações que defendem que o sujeito deve ter as amplas capacidades desenvolvidas e formadas na sua totalidade e não de forma fragmentada (CIAVATTA. 2014).

Segundo Ramos (2008), existem dois pilares conceituais que definem a Educação Integrada, são eles: a escola unitária, que seja igual para todos, independente de classe social, garantindo por igual o direito ao conhecimento; e a educação politécnica, que cria meios para o acesso à cultura, a ciência e ao trabalho, a partir de uma educação básica e profissional. A autora propõe a discussão e análise do conceito de integração em três sentidos, que se complementam, quando se trata da relação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional. São eles: “como concepção de formação humana; como forma de relacionar ensino médio e educação profissional, e como relação entre parte e totalidade na proposta curricular” (RAMOS, 2008, p. 3). Quanto ao primeiro sentido, especificamente, ou seja, à formação omnilateral, temos:

O primeiro sentido que atribuímos à integração é filosófico. Ele expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo. O primeiro sentido da integração ainda não considera a forma ou se a formação é geral ou profissionalizante. O primeiro sentido da integração pode orientar tanto a educação básica quanto a educação superior. A integração, no primeiro sentido, possibilita formação omnilateral dos sujeitos, pois implica a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao respectivo modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço produtivo; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade. (RAMOS, 2008, p. 3)

Sendo assim, a formação omnilateral consiste na integração indissociável entre trabalho, ciência e cultura, tendo o trabalho como princípio educativo. Isso significa que o indivíduo produz a sua realidade, se apropria dela e pode transformá-la, como sujeito de sua própria história (RAMOS, 2008). Desse modo, “o direito à educação em todos os níveis e

modalidades é uma das condições fundamentais para a satisfação das necessidades materiais e espirituais do ser humano” (RAMOS, 2005, p.108).

Esse é o objetivo que se almeja para uma sociedade justa: “formação omnilateral, integral ou politécnica de todos, de forma pública e igualitária e sob a responsabilidade do estado” (DANTE, 2013, p. 707), desenvolvendo no estudante a sua autonomia e emancipação humana. E nesta pesquisa temos o entendimento de que o Ensino Médio Integrado “pode ser considerado o germe da formação humana integral, omnilateral ou politécnica” (DANTE, 2013, p. 707).

A partir dessa concepção, consideramos que a leitura é a condição central do processo educativo formal (FARIAS, 2018) e por “seu caráter transformador e direcionador, ela torna-se[sic] necessariamente formadora” (COELHO, 2000, p. 46). No Brasil, o ensino da língua a partir de gêneros discursivos teve início com documentos educacionais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Os PCNs orientam o ensino de língua no Brasil e o uso dos gêneros discursivos para essa finalidade.

Os PCNs de Língua Portuguesa para o Ensino Médio, orientando as práticas e estratégias de ensino de língua no país, assim dispõe: “todo texto se organiza dentro de determinado gênero em função das intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, as quais geram usos sociais que os determinam” (BRASIL, 1999, p. 21). Isso se justifica pelo fato de que

[a] perspectiva de que as práticas curriculares devem ter como ponto de partida e de chegada a prática social e de que deve contar com instrumentos teóricos e práticos para sua compreensão é defendida por Saviani (2008a). Partindo do pressuposto de que as práticas curriculares se constituem como o “ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. (MELO NETO, 2019, p. 28)

Nos PCNs, encontramos, entretanto, escolhas feitas pela Linguística, Sociolinguística e Linguística Aplicada que pouco se relacionam com as discussões em torno de Literatura, Teoria Literária e História da Literatura, tratando os gêneros textuais em um mesmo nível de regularização. Outro ponto frágil na discussão, como sinaliza Balthasar (2020), é a noção de fruição literária, aqui compreendida, a partir de Barthes (1987, p. 21), como texto de fruição “aquele que põe em estado de perda, aquele que desconforta (talvez até um certo enfado), faz vacilar as bases históricas, culturais, psicológicas, do leitor, a consistência de seus gostos, de

seus valores e de suas lembranças, faz entrar em crise sua relação com a linguagem”. Nos PCNs, encontramos a ideia de que é necessário alimentar o gosto pela leitura literária que os estudantes já trazem, deixando a leitura livre, solta, simplificando o alcance da literatura. A partir daí, sabe-se que a escola deve construir propostas de elaboração estética que os alunos não tenham ainda em seus repertórios, de modo que possam ter contato com outras produções e, assim, descobrir outros gostos, ampliando seu universo conceitual e literário. Nesse caso, o estranhamento é fundamental.

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006), na área de Linguagens, Códigos e suas tecnologias, corrigiu alguns aspectos dos PCNs. Trata-se de um diagnóstico das práticas. Esse documento privilegiou as atividades de metaleitura, sendo esta entendida como o conhecimento isolado da experiência da leitura literária. Considerando que as práticas escolares da literatura na etapa do Ensino Médio estão mais comprometidas com a metaleitura do que com a leitura, o texto literário foi deixado em segundo plano e, muitas vezes, substituído por simulacros (resumos).

Vimos que esses documentos – os PCNs e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio – não incentivaram suficientemente as práticas de comportamento leitor para que os alunos tivessem condições de escolhas mais críticas, de saber porque estão visitando determinado repertório. Cabe à escola a função de fazer esse movimento de qualificar escolhas, ampliar repertórios e abrir horizontes.

Com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC-EM), os currículos dos estados e municípios serão ressignificados, mas, sobretudo, deverá haver ressignificação das práticas docentes com vistas a transformar a relação dos docentes com a leitura literária.

A BNCC-EM, quanto aos parâmetros para organização/progressão curricular, busca “considerar a diversidade de gêneros escritos, orais e multissemióticos ao longo dos três anos nas práticas de leitura, escuta e produção propostas” (BRASIL, 2017, p. 507).

O conjunto de habilidades³ proposto por esse documento considera:

- a) o leitor como aquele que atribui sentidos ao texto (EM13LP46);
- b) as práticas de letramento crítico (EM13LP47);
- c) como o aluno reconhece como a leitura nacional dialoga com a literatura canônica (EM13LP48);

³ Os códigos adiante referem-se, dentro das linguagens e suas tecnologias – língua portuguesa, ensino médio –, às habilidades do campo artístico-literário, nas práticas de leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica.

- d) que o aluno deve experimentar os diferentes ângulos de apreensão do indivíduo e do mundo pela literatura, sempre em função da experiência de leitura (EM13LP49);
- e) o campo artístico-literário (EM13LP50);
- f) que o estudante faz escolhas qualificadas como prática do comportamento leitor (EM13LP51);
- g) apreensão e réplica, literatura identitária e diálogo entre literaturas (EM13LP52);
- h) apreensão e réplica e estudante com autonomia sobre o que lê e assiste (EM13LP53);
- i) pensar o campo artístico literário, não só fazendo uma leitura crítica mas também tendo condições de experimentar a autoria (EM13LP54).

Trata-se, portanto, de um conjunto de expectativas/direitos de aprendizagem que as escolas de todo o país, na medida em que forem avançando a implementação da BNCC, precisam garantir. É um Ensino Médio que está por ser construído. Para além das práticas de linguagem e formação de leitor, na BNCC-EM há o protagonismo do jovem leitor.

Outro fator essencial para as práticas de leitura é reconhecer que o professor de Língua Portuguesa, apesar de ter o estudo de nossa língua materna como sua especificidade, não é o único mediador na formação dos leitores. A BNCC-EM reconhece esse entendimento quando concebe o currículo por áreas de conhecimento. O trabalho de língua é parte de um trabalho de todas as áreas de conhecimento; uma dessas áreas que integram o currículo deve ampliar as possibilidades de fruição e de competência para todas as demais. É necessário articular as situações de leitura que acontecem nas escolas – em quaisquer dos componentes curriculares – às práticas sociais, também de leitura, presentes na sociedade; com isso há uma grande chance de se contribuir para que os alunos do Ensino Médio entendam o motivo de estarem lendo.

Sendo assim, a escola deve estar direcionada ao letramento, com suas múltiplas possibilidades de mediadores (professores, bibliotecários, alunos), embora o trabalho de metalinguagem, de consciência crítica, de empoderamento do leitor continue sob o ministério do professor de Língua Portuguesa, pois este já acumulou experiências, aprendizagens significativas as quais pode utilizar nessa empreitada, selecionando os comportamentos leitores, as práticas de leitura literária mais próximas das experiências que os alunos trazem, para, na própria sala de aula e até fora dela, compartilhar, problematizar, discutir e ampliar.

Na atualidade, entende-se por práticas de leitura em sala de aula a criação de situações reais de leitura, a autonomia de sua significação e o uso de diferentes gêneros textuais. A

interação de leitura dos alunos, neste sentido, ultrapassa a finalidade de aprender a ler e ressignifica a leitura sob uma dimensão ampliada dela mesma e do uso social da língua.

Minha aposta é a de que, uma vez que o sujeito se identifique com uma ou mais das diferentes práticas que constituem a complexidade do literário (práticas que passam pela leitura, mas vão além dela), ele irá entender a importância da literatura na vida social e, por isso mesmo, irá compreender alguns dos sentidos possíveis para ser um leitor de literatura autônomo, crítico, contumaz. Entre esses sentidos, decerto, cabe aquele que me parece extremamente relevante: pensar seu tempo, sua sociedade, seu lugar no mundo como indivíduo e como partícipe de uma teia de relações. (DALVI, 2018, p. 13-14)

A prática que buscamos desenvolver, apresentando como base principal a leitura de texto literário, propõe-se como uma ampla estratégia pedagógica de integração, podendo-se relacionar as várias disciplinas que fazem parte do currículo de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, buscando minimizar as dificuldades de aprendizagem, e de leitura mesmo, que por ventura possam existir.

Entendemos ser também importante avaliar os saberes dos educandos que chegam à escola já os tendo socialmente construídos, e isso, conforme assevera Freire, deve ser respeitado. Esses saberes podem e devem ser usados como forma de contextualização, para melhor compreensão do que se apresenta como novo conhecimento em sala de aula. De fato, é necessário aproximar-se da realidade do educando para que ele também possa aproximar sua vivência ao que está sendo ensinado (FREIRE, 1996).

Acreditamos que as práticas integradoras no Ensino Técnico Integrado ao Médio, além de contribuírem para a prática do docente do IFPB, contribuirão para discussão de estratégias que, alicerçadas na transversalidade e na interdisciplinaridade, possibilitam a formação integral e significativa do educando, apresentando-se nesta pesquisa como intervenções pedagógicas para compreensão da formação humana no contexto escolar e social.

3.1 O ENSINO DA LITERATURA, A LEITURA LITERÁRIA E A FORMAÇÃO DE LEITORES

Antes de adentrarmos nas discussões em torno das questões envolvendo o ensino da literatura, da leitura literária e da formação de leitores, relatamos os estudos de Jouve (2002),

que apresenta a leitura como um processo composto por cinco dimensões, os quais resumidamente, são:

- a) processo neurofisiológico, uma vez que é mediado por atividades cerebrais e visuais;
- b) processo cognitivo, que exige processamento mental de percepção, memória, juízo e ou raciocínio para entender o texto e o contexto;
- c) processo afetivo, pois que provoca afeição, emoção, já que “[...] o engajamento afetivo é de fato um componente essencial da leitura no geral” (JOUVE, 2002, p. 21);
- d) processo argumentativo, uma vez que “qualquer que seja o tipo de texto, o leitor, de forma mais ou menos nítida, é sempre interpelado. Trata-se para ele de assumir ou não para si próprio a argumentação desenvolvida” (JOUVE, 2002, p. 22);
- e) e, por fim, processo simbólico: ao interagir com o texto, o leitor tem contato com experiências, culturas e sociedades distintas de seu tempo.

Entender essas concepções, quando da perspectiva de um ensino técnico (relacionado à profissionalização) integrado a conhecimentos propedêuticos (relacionados aos conteúdos do Ensino Médio), é algo fundamental, pois desperta, no professor, a necessidade de ver o aluno como um sujeito ativo, logo construtor de sua própria formação acadêmica e profissional; ao mesmo tempo, um ser formado de diversas dimensões as quais devem ser consideradas quando se pensa no material de aula a ser trabalhado, na forma como esse material será aplicado, na expectativa de recepção pelos alunos em suas mais diferenciadas situações sociais, econômicas, culturais etc.

Isso nos leva a pensar nas concepções de linguagem que norteiam a expressão “educação integral”. Como conciliar as diversas formas de atividades de leitura, levando em consideração as dimensões acima citadas, com as concepções de linguagem que fazem parte dessa educação que se pretende ampla, conectando o aluno-cidadão com as práticas curriculares, o mundo do trabalho e sua própria noção de vida social? Necessário se faz, em primeiro lugar, discutir um pouco sobre as concepções a que nos referimos há pouco.

Ao longo do tempo, a linguagem foi vista e entendida de diversas formas. A leitura, por sua vez, tinha também abordagens e tratamento diferenciados, conforme a concepção de linguagem adotada, a qual, por sua, influenciava na forma como se via a atividade de leitura:

- 1) Na **linguagem como expressão do pensamento**, a leitura em sala de aula carrega uma opção política que se relaciona com a realidade (FUZA, 2011). Aqui temos o

leitor como sujeito passivo diante do texto lido. Na leitura literária, havia, então, um ensino voltado ao entendimento de regras gramaticais para o uso da “norma culta” e para extração de sentidos do texto. Na contramão dessa concepção, Petit aponta que um leitor que entende sua leitura

[...] não é passivo, ele opera um trabalho produtivo, ele reescreve. Altera o sentido, faz o que bem entende, distorce, reemprega, introduz variantes, deixa de lado os usos corretos. Mas ele também é transformado: encontra algo que não esperava e não sabe nunca aonde isso poderá levá-lo. (PETIT, 2008, p. 28-29)

- 2) Na concepção de **linguagem como instrumento de comunicação**, a leitura é concebida como um processo de decodificação e “significa passar do código escrito para o código oral. Dessa maneira, acredita-se que, caminhando letra por letra, palavra por palavra, o leitor chega, sem problemas, ao conteúdo do texto lido” (FUZA, 2011, p. 487). Esse método não permite que o leitor faça reflexões, o que reitera a ideia de não ser possível reduzir a leitura literária a um conjunto de regras para mera assimilação do conteúdo textual.

Seria ingênuo e simplista estabelecer normas de leitura que contassem com a possibilidade do resgate total dos significados “originais” de um texto, ou das intenções de seu autor. O leitor de um texto não pode proteger os significados originais de um autor porque, a rigor, nem o próprio autor poderia estar plenamente consciente de todas as intenções e de todas as variáveis que permitiriam a produção e a divulgação de seu texto. (ARROJO, 1986, p. 18-19)

Esse posicionamento encontra respaldo em Freire que assim compreende:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 2003, p. 11)

- 3) Por fim, temos a **linguagem como interação**, desenvolvida no Círculo de Bakhtin, e consiste num processo que se dá por meio da interação verbal, social, entre seus interlocutores. Nessa terceira concepção, a leitura deve ser trabalhada na perspectiva de fazer o aluno refletir, não apenas decorar regras gramaticais, mas entender a

língua como um processo, um instrumento de interação social (FUZA, 2011). Para Koch (2002, p. 17), “[...] o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os interlocutores, como sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e são construídos [...]”. É por meio do texto que professor e aluno constroem essa interação, produzindo sentidos por meio do diálogo.

Sabendo que a concepção de linguagem interfere na concepção de leitura e na formação de leitores literários, transcrevemos a defesa de Dalvi (2018) em relação à educação literária, presente em seu texto *Formação de leitores e educação literária: uma base que desaba*, publicado na revista eletrônica Voz da Literatura:

[...] ela contempla a educação escolar (no que inclui a educação superior), mas não se restringe a ela. Minha concepção de educação literária contempla a disciplina escolar de Língua Portuguesa ou o campo universitário dos Estudos Literários, mas também, igualmente, não se restringe a eles. Por isso, minha defesa da educação literária confirma a escola, a disciplina escolar e o professor de Literatura (seja na educação básica, seja no ensino superior) como partícipes privilegiados do processo de educação literária, mas não alija do processo outros partícipes sem os quais o literário e o processo educativo não acontecem, na amplitude da concepção de educação com que trabalho: formação omnilateral do ser humano pelo desenvolvimento crítico de sua inteligência, emoção e sensibilidade em diferentes campos artísticos, científicos e filosóficos, visando à participação ativa e consciente na transformação das condições de vida humanas, em um contexto histórico e social complexo. (DALVI, 2018, p. 14)

Nessa concepção, e comungamos com esse entendimento, temos que a educação literária é função da escola, está no Currículo de Língua Portuguesa e deve ser trabalhada pelo professor de literatura, mas que não pode estar restrita a esses espaços e currículo, haja vista ser um processo educativo amplo e que engloba todos os currículos, múltiplas estratégias e experiências de leitura, dialogando com as práticas sociais e as vivências individuais de cada estudante leitor, com vistas a uma formação omnilateral.

Convém destacar que tomamos como referência o conceito de literatura concebido por Eagleton (2003, p. 12), para quem “alguns textos nascem literários, outros atingem a condição de literários, [sic] e a outros tal condição é imposta. O que importa pode não ser a origem do texto, mas o modo pelo qual as pessoas o consideram”.

Nesse entendimento, Candido (1989, p. 144-145) acredita que “[...] há grandes massas ainda fora do alcance da literatura erudita, mergulhando numa etapa folclórica de comunicação

oral”. O estudioso lamenta a falta de acesso à literatura, já que a compreende como um “bem humanizador” e um direito de todos, assim como são os bens que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, a exemplo da saúde, da moradia e da educação (CANDIDO, 2004). Para este especialista, a literatura é

[...] da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. Vista deste modo a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado. [...]. (CANDIDO, 2004, p. 16)

Colomer (2007, p. 27), que também desenvolve estudos relacionados à educação literária, reconhece que “o texto literário ostenta a capacidade de reconfigurar a atividade humana e oferece instrumentos para compreendê-la, posto que, ao verbalizá-la, cria um espaço específico no qual se constroem e negociam os valores e o sistema estético de uma cultura”. Essa visão, segundo a autora, colabora para a ideia da literatura como elemento importante dentro do processo educativo.

Relacionando a literatura à prática escolar, Rezende (2013, p. 111) amplia a discussão apontando outras razões para os conflitos da leitura literária na escola. Segue sua reflexão:

Talvez um dos maiores problemas da leitura literária na escola – que vejo, insisto, como possibilidade – não se encontre na resistência dos alunos à leitura, mas na falta de espaço-tempo na escola para esse conteúdo que insere fruição, reflexão e elaboração, ou seja, uma perspectiva de formação não prevista no currículo, não cabível no ritmo da cultura escolar, contemporaneamente aparentada ao ritmo veloz da cultura de massa.

Os estudos recentes de Cosson (2020) sobre os paradigmas no ensino de literatura nos apontam possibilidades de abordagem teórico-metodológicas capazes de favorecer caminhos para uma proposição de práticas de leituras para os alunos do curso Técnico em Informática do IFPB - Campus João Pessoa. A concepção de paradigma é apresentada como um conjunto de “saberes e práticas, conceitos e técnicas, questionamentos e exemplos, objetos e termos usados para descrevê-los dentro de uma determinada área de conhecimento” (COSSON, 2020, p. 7).

4 PRÁTICAS DE LEITURA LITERÁRIA: DISCURSOS E DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Nesta seção, analisaremos as propostas de leitura do texto literário, buscando identificar, nos documentos pedagógicos do curso em apreciação, a aplicação de práticas integradoras, com apoio nas respostas dos alunos ao questionário que lhes foi disponibilizado eletronicamente. Na ocasião, faremos as discussões e, na sequência, a representação gráfica desses resultados.

Para proceder à análise de como se dá o processo de leitura do texto literário como prática integradora, buscamos compreender o discurso pedagógico que estrutura o currículo na formação integral do sujeito-estudante do CTII-EM-IFPB-João Pessoa. Neste sentido, realizamos a análise documental do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) (BRASIL, 2015a) do IFPB; além do Plano Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Campus João Pessoa do IFPB e o Plano de Ensino de Língua Portuguesa do retromencionado curso.

Para tanto, utilizaremos o procedimento de análise de dados, que exige o uso de uma metodologia de interpretação. Cada técnica usada para esse serviço tem características peculiares. É preciso que o pesquisador faça sua escolha a depender do “material a ser analisado, dos objetivos da pesquisa e da posição ideológica e social do analisador” (CHIZZOTTI, 2006, p. 98).

As análises dos dados coletados nesta pesquisa foram feitas a partir do método análise de conteúdo, utilizado para pesquisas qualitativas. Para definir a análise de conteúdo, remetemo-nos ao conceito de Bardin, (2007, p. 33): “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

Para procedermos com a análise do conteúdo das respostas explicitadas pelos alunos, nos questionários, e pela professora, na entrevista, utilizamos os três procedimentos de Bardin (2007):

1ª Etapa – Pré-análise: neste trabalho, consistiu na análise prévia de documentos institucionais, quais sejam: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) (BRASIL, 2015a) do IFPB; além do Plano Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Campus João Pessoa do IFPB

(CTIEM-JP) e o Plano de Ensino de Língua Portuguesa. Na sequência, foi construído o questionário e o roteiro de entrevista;

2ª Etapa – Exploração do material: nesta fase, prosseguimos com a verificação das respostas, dos alunos e da professora, a partir das unidades de análise temáticas, que são recortes do material coletado. Tais unidades temáticas foram escolhidas a partir dos objetivos e das teorias que adotamos nesse estudo.

3ª Etapa – Tratamento dos resultados obtidos e interpretação

Essas etapas, apesar de didáticas e sequenciais, são trabalhadas em conexão. Campos (2014) diz que a análise de dados “é um processo[...]” e este deve ser visto como algo “que possa ser feito conjuntamente com os outros passos da análise, ou seja, à medida que são feitos, os idos e vindos ao material, ao corpo teórico norteador, referencial pessoal do pesquisador e suas inferências” (CAMPOS, 2004).

Buscamos, na análise de conteúdo, a possibilidade de descrever, analisar e interpretar o sentido que cada aluno, nos questionários, e a professora, na entrevista, atribuíram às questões relativas à formação integral a partir da leitura do texto literário e das práticas de leitura, conforme discorreremos a seguir.

4.1 O DISCURSO DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS SOBRE FORMAÇÃO INTEGRAL E LEITURA LITERÁRIA

Neste trabalho já tivemos a oportunidade de trazer os discursos subjacentes aos documentos jurídicos que regulamentam a Educação Brasileira, a partir dos quais apontamos a necessidade de incentivar as práticas curriculares que visem à formação integral do estudante e sua preparação a um comportamento leitor.

Quanto aos documentos institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), identificamos a presença de discursos que versam sobre a formação integral. Antes de comentar sobre isso, devemos, porém, apontar que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) bem como uma de suas partes, o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) (Brasil, 2015a), estão marcados pelo discurso das competências. Analisando esses documentos institucionais do IFPB, Melo Neto (2019, p. 66) assim detalhou em sua dissertação:

[...] Ancorado em um discurso que assume como princípio o desenvolvimento da sociedade e de “sua qualidade de vida” (BRASIL, 2015a, p. 05); como missão, a contribuição para a “formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática” (*Ibid.*, p.17); como ideário, “a formação integral de cidadãos-trabalhadores emancipados” (*Ibid.*, p. 21); e como objetivo principal, o apoio a “ processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (*Ibid.*, p. 34). **O PDI apresenta uma matriz curricular que não traz qualquer vínculo formal entre o currículo da formação propedêutica e da formação técnica, explicitando que os currículos estão “definidos por competências e habilidades” (*Ibid.*, p. 37).**

Esse é mais um forte indício de que o currículo que se propõe a uma formação integral está dominado pelo discurso da construção das competências. (Grifo nosso)

Neste sentido, quanto à prática do Ensino Médio Integrado e quanto à Pedagogia das Competências, temos o mesmo entendimento crítico de Araújo (2014, p. 17). Assim se expressa o estudioso:

Se por um lado o ensino integrado tem se revelado de difícil operacionalização, em função dos vários problemas colocados acima, por outro lado consideramos insuficientes as pedagogias liberais, em geral, e a Pedagogia das Competências, em particular, para oferecerem possibilidades reais de desenvolverem capacidades amplas e ilimitadas dos trabalhadores, que lhes permitam compreender a totalidade social.

A Pedagogia das Competências é uma abordagem com a finalidade de reorganizar o vínculo entre a Educação Profissional e o setor produtivo flexível e integrado, formando trabalhadores com amplas capacidades para se adequar aos novos processos de trabalho e de produção. Identificamos que a Pedagogia das Competências tem um discurso de subordinação da Educação à lógica capitalista, ao aumento do lucro, logo não consegue atender à formação ampla do indivíduo e às necessidades e demandas do trabalhador. É um projeto que intensifica o individualismo, a competitividade, o utilitarismo e o conformismo (ARAÚJO, 2014).

Concordamos com o entendimento de que um currículo, tal qual o do IFPB que se propõe a uma formação integral e sobre o qual nos debruçamos, não deveria estar dominado pelo discurso da construção das competências. Isso porque a Pedagogia das Competências apresenta função com referência no pragmatismo e no utilitarismo e por sua base construtivista. Tais circunstâncias problematizam na Pedagogia das Competências um conteúdo liberal e insuficiente para a formação de sujeitos autônomos e profissionais amplamente qualificados (ARAÚJO, 2014).

O IFPB tem a modalidade de Educação Técnico-Profissional Integrada ao Ensino Médio, dentro de uma perspectiva integral, e propõe um currículo integrado, sendo assim, todas essas circunstâncias são antitéticas à Pedagogia das Competências, das habilidades, da empregabilidade e do empreendedorismo.

Segundo o Projeto Político-Pedagógico Institucional-PPI (BRASIL, 2015a) do IFPB, um currículo que se propõe à formação integral do indivíduo deve estar vinculado a “ações educacionais: diálogo no processo ensino-aprendizagem; humanização, formando cidadãos capazes de atuar e modificar a sociedade; valorização da tecnologia que acrescenta qualidade à vida humana; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2015a, p. 68).

Segundo o documento em estudo, tais ações devem seguir uma abordagem “dirigida para a formação do educando no sentido do pensar, saber, saber fazer e saber ser nas várias dimensões, frente ao desenvolvimento tecnológico e suas repercussões sociais” (BRASIL, 2015a, p.69). Essa perspectiva vai de encontro, explicitamente, a um discurso que se vincula ao desenvolvimento de competências quando fala em “formação de saberes”, gerando, portanto, uma incoerência pedagógico-didática e também metodológica. Trata-se, então, de um discurso híbrido, ora voltado para a Formação Integral ora pautado na Pedagogia das Competências. Sobre tal aspecto, Melo Neto (2019, p. 67) assim discorre:

Há um discurso que se anuncia como “transformador e democrático” (BRASIL, 2015, p. 71), que promete a “formação do ser humano em todas as suas dimensões” (*Ibid.*, p. 72), mas que se propõe à adaptação ao contexto socioeconômico, por meio de um discurso marcado pelo desenvolvimento de competências pré-definidas, que se propõem a “atender às exigências regionais” (*Ibid.*, p.74). Vale salientar que o discurso é marcado pelas exigências regionais, não pela percepção das necessidades de transformação da sociedade.

Especificamente sobre formação do leitor, leitura e leitura literária, encontramos, nos documentos PDI e PPI, apoio institucional de ordem material, com aquisição de acervo bibliográfico, incluindo o literário, e espaço físico para acesso aos livros, a exemplo de biblioteca e sala de leitura. Sobre ações político-pedagógicas de incentivo à leitura literária na instituição, há, no entanto, apenas uma menção, está presente no “Plano de Desenvolvimento da Extensão”, como “Linha Temática”, para “formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político pedagógicos das escolas” (BRASIL, 2015, p. 133). Por mais que a Instituição tenha atividades de incentivo à formação do leitor, à leitura e à leitura literária,

é necessário que essa pauta esteja presente no Plano de Desenvolvimento Institucional e nos demais documentos pedagógicos da Instituição.

Analisando o discurso do Plano Pedagógico do CTIEM-JP, encontramos direcionamentos que indicam caminhos para a formação integral – a partir da integração entre educação, ciência e tecnologia; entre ensino, pesquisa e extensão; entre educação geral e formação profissional; entre currículo formativo e setores produtivos; entre escola e comunidade etc.

No item 3.3 do supracitado PPC, onde se trata da “Concepção do Curso”, se lê:

O currículo, **na forma integrada**, preconiza a articulação entre educação geral e formação profissional, com planejamento e desenvolvimento de Plano Pedagógico construído coletivamente, que remete a elaboração de uma matriz curricular integrada, consolidando uma perspectiva educacional que **assegure o diálogo permanente entre saber geral e profissional** e que o discente tenha acesso ao conhecimento das inter-relações existentes entre o trabalho, cultura, a ciência e a tecnologia, que são os eixos norteadores para o alcance de uma formação humana integral. (BRASIL, 2018, p. 16, grifos nossos)

Nesse mesmo documento, no capítulo 4, “Perfil profissional de conclusão”, em que se trata do perfil do egresso, identificamos um discurso voltado para a construção de uma educação integral que viabilize a formação omnilateral do educando. Vejamos esse recorte:

Na perspectiva de uma educação integral articulada que contemple a dimensão omnilateral do educando há de se considerar as competências específicas para a formação geral expressas na Matriz de Referência para o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, a saber: I. Dominar linguagens: dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa. II. Compreender fenômenos: construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos históricogeográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas. III. Enfrentar situações-problema: selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema. IV. Construir argumentação: relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente. V. Elaborar propostas: recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural. (BRASIL, 2018, p. 20)

Veja-se que o PPC traz os eixos cognitivos da Matriz de Referência para o Enem 2009 como basilares para o perfil profissional do egresso. Podemos observar também, nesse

documento institucional, o discurso híbrido. Ao discorrer sobre esses eixos, que também estão presentes no PPC de Informática do Campus Esperança do IFPB, objeto de estudo de sua dissertação, Melo Neto (2019) contribui para esse entendimento. Segundo o pesquisador:

Por um lado, propõe-se a uma formação integral, inclusive de base gramsciana, marcada pela omnilateralidade. Por outro, a condução dessa formação omnilateral está ancorada em um discurso que tem como foco o desenvolvimento de competências cognitivistas, não indicando de forma satisfatória as outras dimensões do processo formativo que materialize a perspectiva de omnilateralidade galgada. (MELO NETO, 2019, p. 68)

Os planos de ensino das disciplinas do referido PPC também possuem natureza híbrida. Chegamos a essa conclusão após observar, em alguns planos de ensino, um discurso conteudista e de construção de competências, a exemplo da disciplina de Língua Portuguesa, quanto ao eixo “leitura de textos” e, mais especificamente, o texto literário. O discurso “integrador” da organização do mundo e da própria identidade, a partir de compreensão da Língua Portuguesa com base na leitura de textos, “resume-se à articulação de saberes para desenvolver um conjunto de habilidades e comportamentos” (MELO NETO, 2019, p. 69).

Segundo Araújo e Frigotto (2015), esses equívocos quanto à “integração”, encontrados no PPC em estudo, mostram que o EMI ainda não é compreendido como projeto político-pedagógico para a formação ampla de indivíduos e que essa aparente “integração” é apenas um modo estratégico de organizar conteúdos escolares, “sem relevar ao conteúdo ético-político transformador da proposta ou da materialidade de sua operacionalização” (ARAÚJO e FRIGOTTO, 2015, p. 65).

O fato é que as orientações educacionais vigentes nos documentos institucionais do IFPB não fazem menções explícitas de práticas integradoras que contemplem a leitura literária, muito embora vislumbremos práticas interdisciplinares e transdisciplinares (FORMIGA; CAVALCANTI; ARAÚJO, 2020) que contribuem para uma formação leitora que contemple a dimensão humana.

4.2 OS TRÂMITES ÉTICO-METODOLÓGICOS PARA APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Antes de discutirmos e melhor analisar o discurso do sujeito-estudante e o seu processo de identificação com a formação integral, a partir da leitura do texto literário, entendemos ser necessário relatarmos as etapas de realização da pesquisa e da aplicação do questionário.

Em decorrência da pandemia da Covid-19, o ensino presencial se tornou inviável em razão do elevado risco de contágio, logo as aulas presenciais foram suspensas, por questões sanitárias, ainda em março de 2020. Apesar de tal inconveniente e diante da necessidade de dar seguimento ao ano letivo, o IFPB adotou, de forma gradual e organizada, o modelo de ensino remoto para toda a comunidade da Instituição, incluindo o CTIEM-IFPB-João Pessoa, iniciando as aulas nesse modelo a partir de 8 de setembro de 2020.

Esse novo cenário trouxe mudanças necessárias quanto à apresentação da nossa proposta e à aplicação do instrumento de pesquisa. Todas as etapas deste estudo inicialmente previstas para se realizarem de forma presencial ocorreram, então, na forma remota, por meio de mídias digitais. Entre novembro de 2020 e março de 2021, mantivemos contato por e-mail com a Coordenação do CTIEM-IFPB-João Pessoa e com as professoras de Língua Portuguesa e Língua inglesa do 2º Ano do referido curso.

Em contato por e-mail, apresentamos a proposta desta pesquisa, qual seja, o de desenvolver uma proposta de intervenção que contribuísse para tornar a leitura do texto literário uma prática integradora no CTIEM-IFPB-João Pessoa e, com isso, contribuir com o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, assim como com o desenvolvimento profissional e social dos alunos e alunas, tendo em vista que a leitura é uma habilidade necessária para o exercício da cidadania.

Em resposta ao nosso contato, a Coordenação retromencionada se prontificou a colaborar no que fosse necessário. Também se dispuseram a colaborar: a professora de Língua Portuguesa – que também participou da aplicação do instrumento Entrevista, ação que relataremos mais adiante, e a professora de Língua Inglesa.

Esse contato e retorno não foram, entretanto, automáticos e rápidos. Encontramos no caminho alguns empecilhos; foram necessários alguns e-mails, envio de mensagens via aplicativo de WhatsApp, até obtermos um retorno; quando tivemos esse retorno, nos deparamos com as férias docentes, que só findaram em janeiro. Assim, tivemos que nos alinhar a toda a carga de trabalho dos docentes e às dificuldades impostas pela modalidade de ensino remoto.

Por causa dessas dificuldades e do curto espaço de tempo para concluir este estudo, realizamos mudanças na aplicação dos instrumentos de pesquisa. Os instrumentos de coleta de

dados – Questionário e Roteiro de entrevista – e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) – todos previamente aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFPB – foram aplicados e enviados através de recursos digitais, o *Google Forms* e o *Google Meet*.

Os questionários foram enviados aos alunos por meio de link do *Google Forms*, durante aula síncrona no *Google Meet* – após sua assinatura no TALE e a de seus pais ou responsáveis no TCLE – estes últimos documentos também enviados por meio de link do *Google Forms*. A Entrevista foi aplicada apenas com a professora do componente curricular Língua Portuguesa, tendo sido gravada por meio do *Google Meet* – após autorização com assinatura do TCLE que lhe foi enviado via link do *Google Forms*.

De início, relataremos os momentos de convite à participação na pesquisa e de aplicação dos questionários. Esse processo foi realizado em 3 momentos: no dia 24 de fevereiro, em horário de aula de Língua Inglesa, on line, apresentamos a pesquisa a um dos grupos da turma do CTIEM-JP; no dia 04 de março, fizemos o mesmo com o outro grupo da mesma turma. Em ambas, compartilhamos contatos telefônicos e, por meio do aplicativo whatsapp, enviamos os documentos TCLE (Apêndice B), para assinatura dos pais e ou responsáveis pelos alunos menores de idade, e TALE (Apêndice C) para esses alunos que, se autorizados pelos pais, aceitassem participar do estudo.

A partir das leituras, e com os objetivos do estudo definidos, chegou o momento de aplicação dos instrumentos de coleta de dados, cujo resultado, posteriormente, serviria de subsídio para construção do Produto Educacional. No dia 10 de março de 2021, durante a aula síncrona da professora de Língua Portuguesa, procedemos com a aplicação dos questionários com os alunos do 2^a Ano do CTIEM-IFPB-João Pessoa que assentiram participar da pesquisa e foram autorizados por seus tutores.

Sobre o questionário, cabe lermos a descrição de Gerhardt *et al.* (2009):

É um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante. Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder compreenda com clareza o que está sendo perguntado. (GERHARDT *et al.* 2009, p. 69)

Desse modo, como esta pesquisadora não conhecia o perfil dos estudantes público-alvo deste estudo, os questionários foram elaborados com o intuito de observar quais práticas,

hábitos e motivações para a leitura do texto literário influenciam no comportamento leitor desses discentes.

As perguntas utilizadas foram elaboradas no *Google Forms* em dois formatos: abertas e fechadas.

A turma do 2º Ano do CTIEM-IFPB-João Pessoa é formada por cerca de 40 alunos, na faixa etária de 15 a 17 anos. Desses, apenas 15 (quinze) optaram por participar desta pesquisa e responder ao questionário. Desse modo, o público alvo ficou formado por 53,3% homens e 46,7% mulheres, todos residentes na mesma cidade em que estudam, João Pessoa-PB, e morando em companhia dos pais.

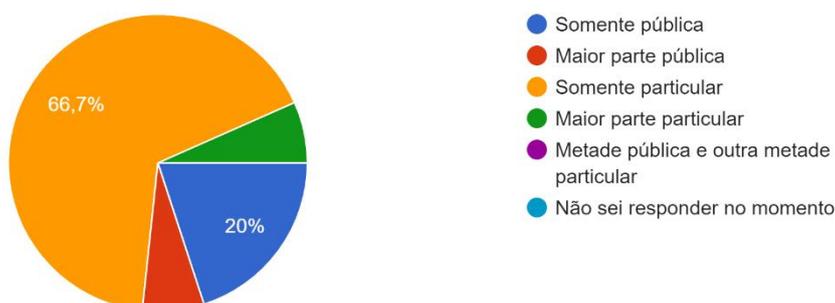
4.3. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO DISCURSO DO SUJEITO-ESTUDANTE DA FORMAÇÃO INTEGRAL, A PARTIR DA LEITURA DO TEXTO LITERÁRIO: DISCUSSÕES E RESULTADOS

Nesta seção, esboçamos os dados obtidos a partir dos questionamentos feitos aos alunos, os quais indicaremos por tópicos e demonstraremos os resultados nos Gráficos que os acompanham.

Tópico 1: Tipo de escola onde cursou o Ensino /fundamental

Gráfico 5: Tipo de escola em que cursou o Ensino Fundamental

Você estudou o Ensino Fundamental em que tipo de escola?
15 respostas



Fonte: Autoria própria (2021).

Observamos no Gráfico 5 acima, quanto à escolaridade, que a maioria dos participantes estudou Ensino Fundamental em escola particular (66,7%), 13,4% estudou parte em escolas públicas e outra parte em escola particular e 20% não soube responder.

Tópico 2: Influência e formação leitora

Este tópico apresenta, nos Gráficos 6, 7, 8 e 9, as respostas dos alunos participantes.

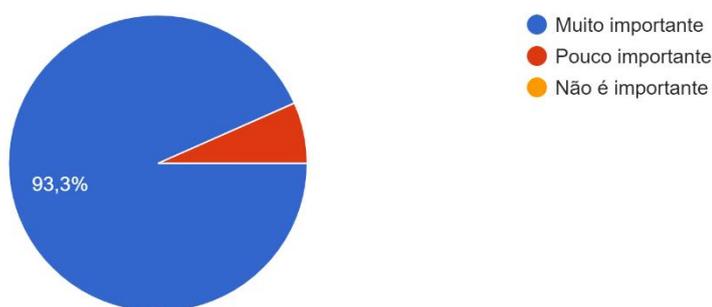
Em relação ao interesse por leitura, todos os estudantes (100%) afirmaram que gostam de ler. Quando perguntados sobre a “importância da leitura para suas vidas” esse percentual diminuiu, porém, para 93,3% da amostra. Esse resultado significa que ao menos um dos estudantes entrevistados considera a leitura como “pouco importante” em sua vida.

Apesar de a diferença percentual ser ínfima, cabe aqui relembrarmos a defesa de Dalvi (2018) quanto à inserção de práticas de leitura: é necessário que o sujeito encontre a prática de leitura literária com que mais se identifica; conseqüentemente, ele irá compreender os sentidos e entender a importância da literatura na sua vida social.

Gráfico 6: Importância pessoal da leitura

Você acha que a leitura é importante para sua vida?

15 respostas



Fonte: Autoria própria (2021)

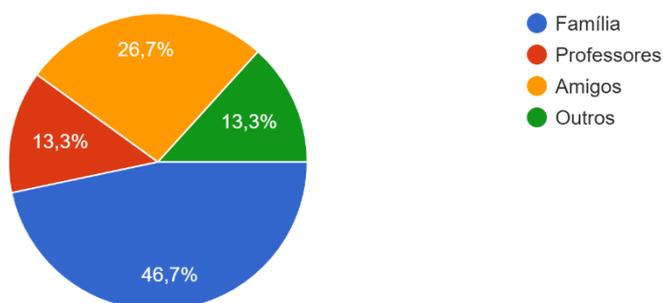
Na sequência, perguntados sobre quem mais os influencia a ler livros, obtivemos os seguintes resultados: em primeiro lugar vem a família (46,7%), seguido dos amigos (26,7%) e, por último, os professores (13,3%). Surpreendemo-nos com esses dados, uma vez que, quando comentamos sobre os resultados da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil – 5ª edição*, os

indicadores apontavam que os professores eram os maiores influenciadores das escolhas literárias dos leitores. Nessa pesquisa, no entanto, os professores ocupam a última posição.

Gráfico 7: Influência na prática de leitura

Quem mais lhe influenciou a lê livros?

15 respostas



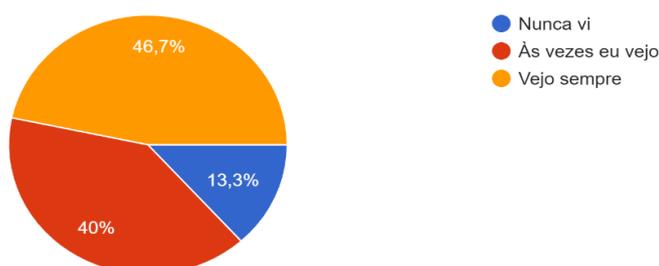
Fonte: Autoria própria (2021).

Acerca da prática da leitura no seio familiar, a maioria costuma ver um familiar/morador lendo livros. Esse percentual corrobora o resultado obtido no questionamento anterior e, assim, enfatiza a importância dos hábitos de leitura na família, conferindo à criança e ao adolescente uma experiência positiva para desenvolvimento das habilidades cognitivas e sociais. Além de criar memórias afetivas, a leitura no ambiente familiar estimula que essa seja uma experiência divertida, lúdica e prazerosa e não uma “obrigação da escola”.

Gráfico 8: A leitura no ambiente familiar

Com qual frequência você costuma ver alguém da sua família, ou que mora com você, lendo livros?

15 respostas

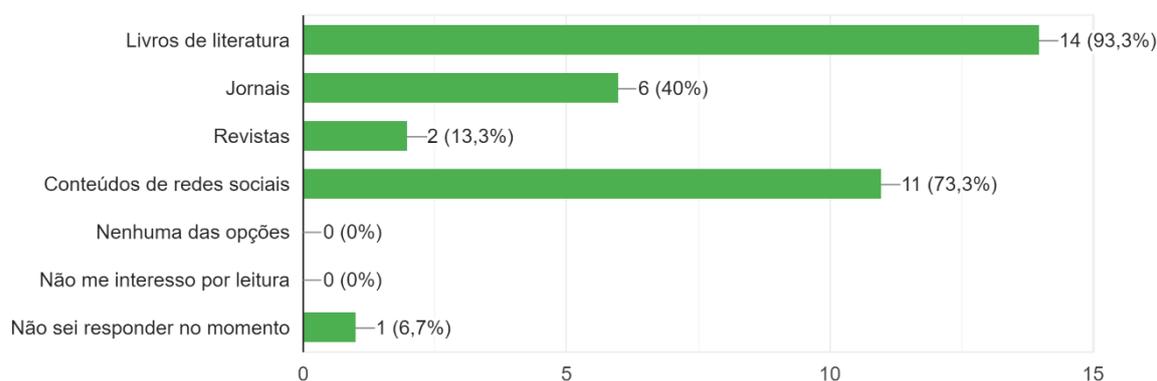


Fonte: Autoria própria (2021).

Levando-se em consideração o tipo de leitura que interessa aos pesquisados, obtivemos um percentual bastante expressivo: 93,3% dos estudantes têm interesse por livros de literatura. Isso corresponde a 14 dos 15 respondentes com preferência por leitura literária. Em contrapartida, no *Retratos da leitura no Brasil – 5ª edição*, relembramos os indicadores, já apresentados nesta pesquisa, que apontam uma tendência de decréscimo no interesse de leitura, em especial *livros de literatura por vontade própria e livros didáticos indicados pela escola*.

Gráfico 9: Sobre o interesse por leitura

Qual o tipo de leitura que você mais tem interesse (você pode marcar até três alternativas):
15 respostas



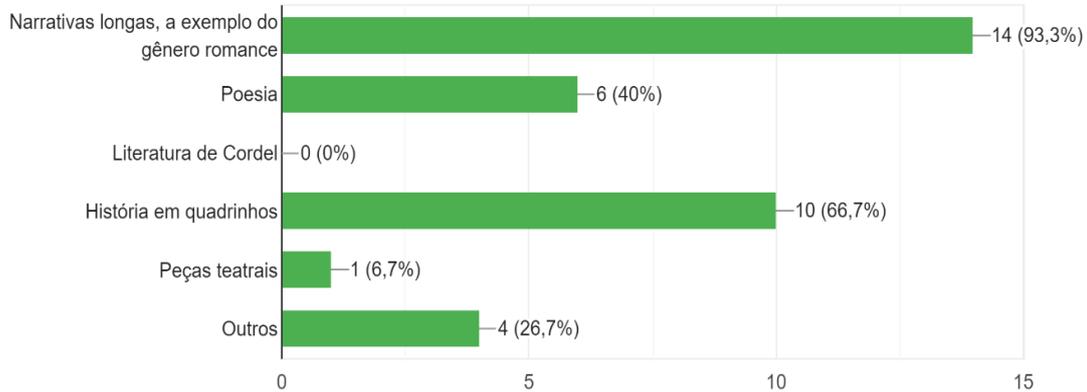
Fonte: Autoria própria (2021).

Tópico 3: Hábitos e preferências do leitor de literatura

Nessa última parte do questionário, a finalidade foi conhecermos os hábitos leitores dos estudantes pesquisados, especialmente os gostos relativos à leitura literária. Para tanto, iniciamos questionando sobre qual gênero literário é preferência na hora de escolher um texto para ler. Neste quesito, o estudante poderia marcar até três alternativas. Como resultado, os três gêneros favoritos foram: narrativas longas (93,3%), esta opção seguida de história em quadrinhos (66,7%) e poesia (40%). Destaque para a literatura em cordel (0%), gênero literário típico do Nordeste, mas que não foi escolhido como leitura preferida por nenhum dos pesquisados.

Gráfico 10: Gêneros que costuma ler

Quanto a literatura, qual ou quais leituras você prefere (você pode marcar até três alternativas)?
15 respostas

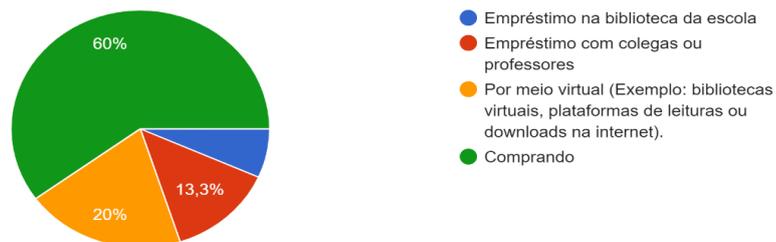


Fonte: Autoria própria (2021).

Em relação às formas de acesso a livros literários, 60% dos estudantes compram os livros literários, 20% acessam os livros por meio digital, 13,3% tomam livros emprestado de colegas e professores, e apenas 6,7% toma emprestado livros da biblioteca escolar. Quanto a esse último índice, é válido fazer um adendo: com o início da pandemia, as bibliotecas físicas do IFPB foram fechadas temporariamente, devido ao alto índice de contágio do novo coronavírus (Covid-19) em circulação, o que impossibilitou o acesso dos alunos aos livros da biblioteca escolar, sendo essa uma situação que pode ter influenciado no resultado obtido.

Gráfico 11: Formas de acesso a livros de literatura

Qual a forma mais frequente que você tem acesso aos livros de literatura?
15 respostas



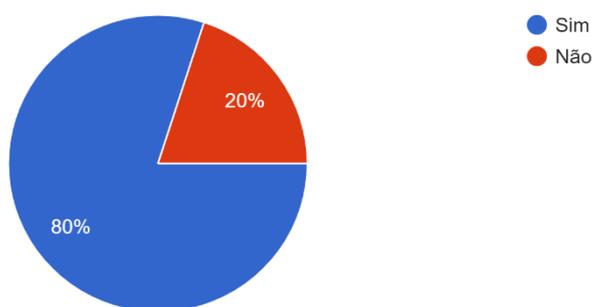
Fonte: Autoria própria (2021).

Quanto aos livros digitais, 80% dos entrevistados disseram que já leram livros em formato digital, enquanto 20% disseram que nunca leram livros nesse formato. Há aspectos positivos e negativos nesse formato de livro, mas, de modo geral, o livro de literatura em formato digital pode ser um aliado na formação de leitores, pois permite um acesso democrático a acervos, desde que os estudantes tenham acesso às tecnologias digitais.

Gráfico 12: Leitura de livro de literatura em formato digital

Você já leu um livro de literatura no formato digital?

15 respostas



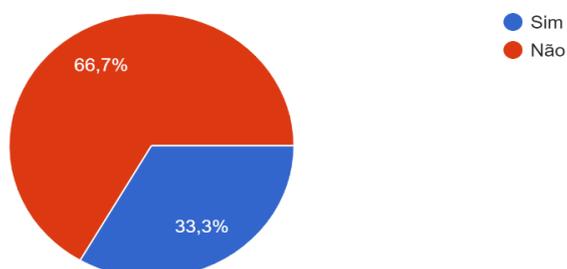
Fonte: Autoria própria (2021).

Ainda a respeito dos livros digitais, 66,7% dos entrevistados disseram que conhecem sites que disponibilizam livros de literatura de domínio público (gratuitos e de livre acesso) enquanto 33,3% disseram que não conhecem sites com essa proposta. Obras de Domínio Público são as disponibilizadas gratuitamente, nos termos da Lei 9.610/1998. Muitas são as obras brasileiras nessa condição. Obras de grandes nomes da literatura nacional, a exemplo de Machado de Assis e José de Alencar, são facilmente encontradas na internet. É preciso que essa informação seja amplamente divulgada para que os estudantes tenham mais esse acervo gratuito à disposição.

Gráfico 13: Conhecimento de sites de Domínio Público que disponibilizam livros

Você conhece sites que disponibilizam livros de literatura de domínio público (gratuitos e de livre acesso)?

15 respostas



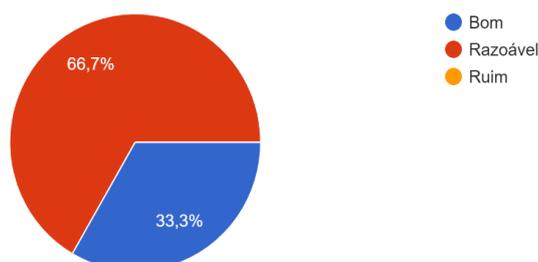
Fonte: Autoria própria (2021).

Na sequência, perguntamos como o pesquisado avaliava seu desempenho em relação à leitura. Quanto à compreensão/interpretação de texto, 66,7% avaliaram como razoável e 33,3% avaliaram como bom. Já foi amplamente discutido, neste trabalho, acerca de programas de avaliação que destacam o baixo índice de desempenho de estudantes brasileiros, no que diz respeito à leitura, e que esses indicadores não têm avançado muito no decorrer dos anos. Também foi dito que, no histórico de participação dos IFs nas avaliações do PISA, os estudantes da Rede Federal se destacam com um desempenho que supera a média nacional e se aproxima dos resultados obtidos por alunos dos países desenvolvidos. Isso é um reflexo dos investimentos na qualidade de ensino ofertada por essas instituições.

Gráfico 14: Avaliação do desempenho na prática da leitura

Como você analisa seu desempenho em relação a leitura quanto a compreensão/ interpretação de texto?

15 respostas



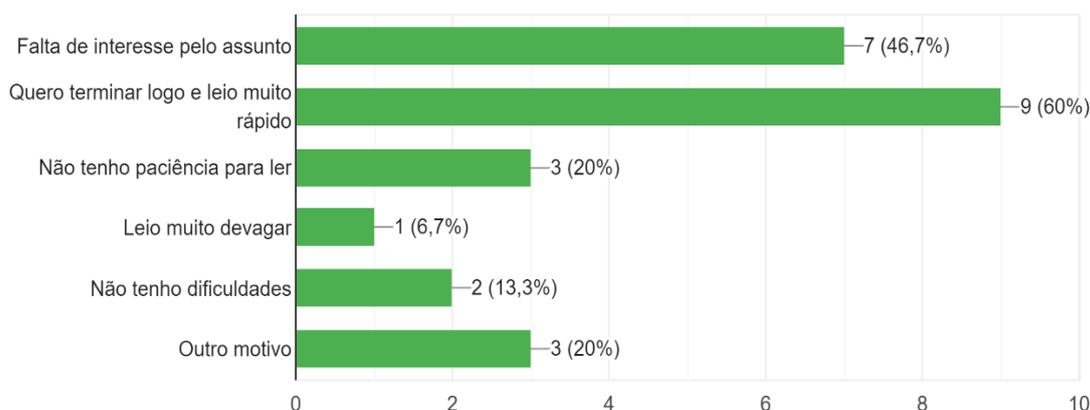
Fonte: Autoria própria (2021)

Dando seguimento, questionamos quais são as possíveis causas das dificuldades do pesquisado ao não compreender algum texto ou enunciado de questão. Nessa questão, era possível marcar até três alternativas. 60% disseram que a dificuldade é porque “quer terminar logo e [por] ler muito rápido” e 46,7% alegaram “falta de interesse pelo assunto”. Apenas 13,3% dos entrevistados responderam “não ter dificuldades” de compreensão textual. Retomando Gomes (2017), podemos associar essas “dificuldades” ao nível de leitura do estudante, sendo, portanto, necessário investigar o que está dando causa a esse desestímulo. Neste sentido, acreditamos que o caminho inicial é saber quais práticas de leitura estão sendo aplicadas e o que está faltando para que o aluno se interesse mais pelas leituras.

Gráfico 15: Dificuldades na compreensão textual

Quais são as dificuldades quando você não compreende algum texto ou enunciado de questão (você pode marcar até três alternativas)?

15 respostas



Fonte: Autoria própria (2021)

Por fim, tendo em vista a importância de articular as situações de leitura que acontecem no ambiente escolar, perguntamos se o pesquisado já havia participado de clubes de leitura ou algum evento semelhante no IFPB. A essa pergunta 60% disseram que sim e 40% disseram que não participaram de eventos literários na Instituição.

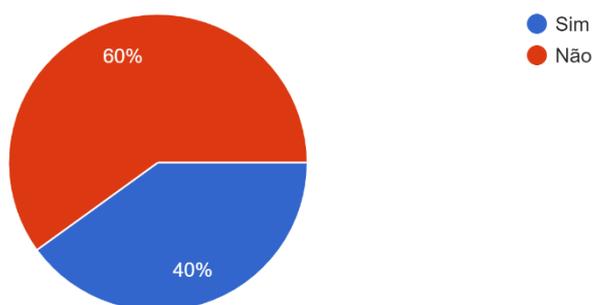
Nesse ponto, teríamos supostamente um resultado preocupante, no entanto devemos novamente ressaltar as consequências da pandemia, nesse caso, incidindo sobre os diversos eventos escolares e acadêmicos em geral. O processo de adequação dos eventos ao ambiente

virtual demandou tempo e suporte adequado para que fosse viável de ser realizado. Com isso, muitos alunos ficaram um período sem acesso a essas atividades dentro do IFPB, o que pode ter provavelmente influenciado no resultado que ora apresentamos.

Gráfico 16: Experiência em participação de clubes de leitura e outros

Você já participou de clubes de leitura, café literário, sarau literário ou evento semelhante na sua escola?

15 respostas



Fonte: Autoria própria (2021)

Tópico 4: Questões abertas – o incentivo à leitura

Os pesquisados ainda tiveram oportunidade de opinar, por meio de uma questão aberta, “sobre o que a escola deveria fazer para incentivar a leitura literária”. A maioria dos estudantes (11) respondeu a esse questionamento. A seguir apresentamos os comentários que foram registrados.

Um respondente destacou já ter tido experiência com projetos de leitura na escola onde estudava anteriormente e finalizou dizendo: “senti muita falta quando cheguei no IF”. Por outro lado, também tivemos uma resposta demonstrando satisfação na forma como a Instituição trabalha a leitura: “a escola já faz muito e ajuda bastante”.

Alguns alunos (03) responderam, trazendo “propostas” de como melhorar o incentivo à leitura dentro do IFPB, com enfoque voltado para o acervo, vejamos: “começar por incentivar leituras de vocabulário sucinto e objetivo, literatura do século XX ou XXI, distopias, romances de cunho político etc.”, “escolher um livro por mês para que os alunos leiam”; “trazer mais nomes de livros sobre literatura”.

Destaco a opinião de outros pesquisados (04) que disseram ter interesse, caso tenham a oportunidade, de participar de clubes de leitura dentro do IFPB. Vejamos as respostas neste sentido: “gostaria de indicar a criação de ‘projetos de leitura’, acho super viável (...)”; “estimular a criação de grupos de literatura”; “eu amaria poder participar de algum clube de leitura no meu colégio. Isso incentivaria muito!”; “acho que fazer uma espécie de ‘clube do livro’ para discutir sobre um livro que todos estejam lendo, fazendo assim os alunos se interessarem mais na leitura”.

Percebemos, então, alunos dispostos a participarem de clubes de leitura dentro do IFPB e assim compartilhar suas experiências de leitura em grupo.

Dessa forma, é importante que fique registrado que a escola deve estimular a leitura literária dentro e fora da sala de aula, utilizando-se de múltiplas possibilidades, ampliando situações de leitura e o repertório do estudante. Neste sentido, clubes de leitura, sarau literário, café literário e eventos do gênero devem ser incentivados como estratégia pedagógica para promoção da leitura literária.

4.4 O DISCURSO DA DOCENTE DE LÍNGUA PORTUGUESA COM A FORMAÇÃO INTEGRAL A PARTIR DA LEITURA DO TEXTO LITERÁRIO

Inicialmente, a amostra abrangia professores da Formação Geral do 2º Ano do CTIEM-IFPB-João Pessoa. Diante da situação sanitária que motivou a instalação do ensino remoto, no entanto, conforme já pontuado neste estudo, a enorme carga de trabalho e as dificuldades de contatar os docentes bem como a necessidade de concluir esta pesquisa no tempo apazado, foi preciso reduzir a amostra. Neste sentido, convidamos a professora do componente curricular de língua Portuguesa para participar da entrevista.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, 195), a entrevista é o encontro entre pessoas para obtenção de informação sobre determinado assunto. De acordo com Manzini (1990), a entrevista semiestruturada deve ter roteiro predefinido com questões básicas e que permita haver acréscimos desvinculado das alternativas propostas.

Como anteriormente mencionado, o roteiro da entrevista aplicado foi previamente submetido à avaliação e validação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal da Paraíba-IFPB, nos termos da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

Neste sentido, as perguntas da entrevista objetivaram conhecer as percepções e opiniões do participante da pesquisa em relação à formação integral, a partir da leitura do texto literário e das práticas de leitura, bem como sobre o que a entrevistada conhece acerca da EPT e dos documentos normativos e legais que regem essa Educação no IFPB-João Pessoa.

A docente, até então responsável pelo componente curricular de Língua Portuguesa, lecionava na turma já mencionada e aceitou o nosso convite para participar deste estudo. No dia 1º de março enviamos por e-mail o TCLE, no formato de link do *Google Forms*. Após preenchimento do Termo, que também autorizava que o momento fosse gravado, recebendo uma via por e-mail, marcamos o nosso encontro que se realizou no mesmo dia. Para esse procedimento, usamos o *Google Meet*.

O perfil da entrevistada poderá ser melhor compreendido com a descrição de sua função, tempo na instituição e titulação. A docente era professora substituta de Língua Portuguesa do IFPB, graduada em Letras; na ocasião da entrevista, já lecionava na Instituição havia quase 2 anos e é doutora na área em que atua.

4.4.1 Relato de aplicação da Entrevista

Antes de começarmos a coleta de dados na sala virtual do *Google Meet*, fizemos esclarecimentos iniciais à participante quanto à pesquisa e características da entrevista. Informamos ainda que os riscos seriam mínimos. Estes consistiriam apenas na possibilidade de haver algum desconforto em relação às perguntas, mas quanto a isso ela teria a liberdade de não as responder.

O roteiro da entrevista foi construído com o intuito de obter da entrevistada um relato de suas experiências, opiniões, críticas e perspectivas a respeito da EPT e das práticas de leitura literária. Neste sentido, iniciamos perguntando sobre a aplicação prática dos princípios da EPT na Educação Integral. Esse questionamento tinha por objetivo conhecer as percepções da entrevistada sobre a EPT como modalidade de ensino e sua aplicação prática no IFPB – João Pessoa.

Na sequência, perguntamos a respeito do discurso dos documentos institucionais do IFPB sobre a leitura e a leitura literária. O intuito desse questionamento foi sabermos as impressões da entrevistada em relação à forma como a instituição de ensino aborda a temática em estudo.

Por fim, seguimos com a maior parte dos questionamentos direcionados às práticas de leitura literária, a fim de compreendermos como se dá o processo de formação do leitor literário nas aulas de Língua Portuguesa do 2º Ano do CTIEM-IFPB-João Pessoa e, ainda, sobre como esse processo está sendo feito nesse novo formato – o de ensino remoto.

4.4.2 Educação integral e EPT

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) possui alguns princípios norteadores, como já comentamos neste estudo, a saber: formação humana e formação para o trabalho (trabalho como princípio educativo), numa concepção integradora, unitária, politécnica e *omnilateral*. Sobre Educação integral e o trabalho como princípio educativo, Ciavatta (2005) os compreende como meios de superar dicotomias e formar pessoas capazes de pensar, planejar e agir.

Integrar é tornar íntegro, inteiro, a ideia de formação completa, a formação integrada/ensino médio integrado é de tornar a educação geral inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a separação para o trabalho. O conceito de trabalho como princípio educativo visa superar a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. De incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (CIAVATTA, 2005, p. 84)

Entendendo o poder da Educação de ressignificar a realidade, a entrevista se iniciou abordando como a respondente, em seu exercício profissional na Educação, visualiza a aplicação prática da Educação Integral dentro dos princípios que norteiam a EPT. Neste sentido, solicitamos que a entrevistada comentasse sobre o que foi solicitado, permitindo que as falas surgissem na perspectiva de sua experiência enquanto docente do IFPB.

Os princípios da EPT são apontados de maneira implícita pela participante, contudo podemos observar que, apesar de não os nomear o que também não era o objetivo central do questionamento –, a Professora carrega características próprias da Educação Profissional e Tecnológica, como podemos observar em sua fala⁴ seguir:

⁴ As transcrições de fala são feitas *ipsis litteris*, ou seja, sem quaisquer alterações, a fim de manter a fidedignidade do enunciado.

Observo que a prática profissional em sala de aula, vou considerar minha vivência e a disciplina de língua portuguesa como um todo, está pronta quando consideramos os princípios que dizem respeito a educação. Observamos que a prática se adequa aos objetivos [...], nós estamos formando os alunos para objetivos específicos, dentre eles o profissionalizante. Então, a primeira coisa que temos que pensar é no perfil do nosso aluno [...], trabalhar teoria em um tempo bom, seja remoto ou presencial. Na minha concepção, hoje quando pensamos nessa prática educacional, considerando esse perfil tecnológico e profissional, temos que profissionalizar o aluno, preparar para a vida [...]. Então, acho que nossa prática profissional contribui sim para formação do aluno nessa perspectiva [...] para formação do aluno enquanto cidadão, considerando respeito, ética, temas interdisciplinares, propostas, projetos, atividades que extrapolam muito essa perspectiva de só sala de aula, entre outras coisas.

A Professora traz a ideia de formação para o trabalho quando usa o termo “profissional” e “profissionalizante”. Apesar do uso desta última expressão não ter sido a mais adequada, pois traz a velha noção de tecnicismo, treinamento e trabalho simples, percebe-se, em todo o contexto de sua fala, que claramente a Entrevistada apresenta o trabalho como princípio educativo na atividade escolar, pois, de acordo com Ciavatta (2005), a formação integrada exige, além das práticas da educação profissional, a produção para a vida, com o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas.

A Entrevistada ainda complementou sua fala citando algumas práticas que usa em suas aulas de Língua Portuguesa que fomentam a formação do aluno, preparando-o para o trabalho e para a vida.

[...] preparar o aluno para várias competências linguísticas e aí eu vou focar um pouco em leitura e interpretação de texto. Nós trabalhamos a leitura e a interpretação de texto em vários níveis: o implícito, o explícito o metaplícito. Através da leitura literária, dos gêneros diversos.

A pesquisa revela que a Professora traz as competências que deve ofertar ao aluno em sua formação técnica; assim sendo, a capacidade de ensinar, visando à formação para o trabalho, se constitui, na sua prática docente, na construção de competências.

Neste sentido, questionou-se a Entrevistada seu conhecimento sobre os documentos internos, que regulamentam as práticas e condutas na Instituição, quanto ao que trazem sobre leitura e leitura literária.

Até agora eu não li nada nos documentos que tivesse, por exemplo, como nós percebemos nos PCNs, os aspectos, as competências, as diretrizes. Nunca li, se tivesse para mim seria novidade. A questão do incentivo da leitura está diluída em um único objetivo lá (nos documentos institucionais) de uma forma extremamente geral. É só em relação aos objetivos de língua portuguesa e literatura de maneira bem geral, trabalhar textos e incentivar a leitura.

Como já podemos notar, a Pedagogia das Competências está nos documentos internos e também nas práticas pedagógicas do IFPB, instituição que atende às demandas do discurso híbrido que estrutura o seu currículo do Ensino Médio na Educação Profissional. Ainda observamos que a Entrevistada tem ciência dessa realidade institucional, de ausência de direcionamentos específicos quanto às práticas de leitura e leitura literária no IFPB.

A partir desta análise, de como a Participante da pesquisa pensa e assimila a Educação Integral dentro dos princípios norteadores da EPT, e sobre como entende o discurso dos documentos institucionais sobre o ensino da leitura e da leitura literária, passaremos a discussão para as práticas de leitura literária, atividades por meio das quais os sujeitos desta pesquisa – aluno e professor – vivenciam o processo formativo.

4.4.3 Práticas de leitura literária

Como já é sabido, a leitura de textos literários no espaço escolar serviu, em certo momento, para desempenhar um caráter pedagógico, principalmente como suporte para o ensino de aspectos gramaticais e para a compreensão/interpretação textual. Sobre esse uso, Teixeira e Roters (2008, p. 4141) dizem que

o grande problema que impede a aquisição de uma leitura crítica e emancipadora é a de que o trabalho com a leitura está centrado somente em habilidade mecânica de decodificação da escrita, muitas vezes não levando o aluno a refletir criticamente sobre o texto que leu, servindo de pretexto apenas para atividades de interpretação e gramática.

Atualmente, entende-se que o uso do texto literário centrado como mero canal para aquisição de habilidades da escrita é equivocado e reduz muito sua função, pois o objetivo real da leitura do texto literário é mais amplo e contribui para a formação integral do ser humano. Dessa forma, perguntamos quais as competências profissionais e para a vida do aluno que a

leitura literária pode trazer no processo formativo. A docente entrevistada concorda com a ideia defendida neste estudo, como podemos ver na transcrição de sua fala a seguir:

O que se pensava do texto literário antigamente, no ensino do texto literário, [...] falando da importância, do uso do texto literário que nós tínhamos há, por exemplo, 20 anos atrás, era muito usado em aula como pretexto. Pretexto para se discutir as críticas das obras literárias, das escolas literárias e as características dos autores [...]. Dialogava com a perspectiva de metodologia de ensino que era empregada antigamente que era o estruturalismo. O professor era o detentor do conhecimento e passaria para o aluno que iria absorver, não seria (este) visto como sujeito ativo [...].

Com a inserção dos PCNs, com os estudos na linguística, na linguística textual, na análise do discurso, variação linguística e aí vai a linguística do texto, dentre outras coisas, mudou-se também o perfil desse leitor, desse aluno, dessa forma como se costumava ser trabalhada. O aluno passa a ser visto no processo como um sujeito ativo, um sujeito que vai construir o conhecimento com o professor. E nós saímos dessa perspectiva do estrutural para o sócioconstrutivismo [...]. O texto passa agora a ser visto como unidade e construção de sentidos onde o aluno vai interagir com o texto, com o autor e com a sua história como sujeito ativo (.

De fato, os PCNs colocam o educando como ser social, a linguagem como fundamental na interação do indivíduo na sociedade e a importância da escola na sua função de ampliar esse processo de interlocução, definindo, nesses termos, que “[...] um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos” (BRASIL. SEF. PCN-LÍNGUA PORTUGUESA, 1997, p. 21).

Entre esses saberes, destaque-se a leitura como “um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto [...]” (BRASIL. SEF. PCN-LÍNGUA PORTUGUESA, 1997, p. 41). Sobre a competência leitora e, mais especificamente, sobre leitura de textos literários, aponta essa professora:

Considerando que o aluno passar a ser visto como sujeito ativo, a leitura literária amplia conhecimento do aluno, amplia habilidades de leitura, amplia vivências de sala de aula, de vida, de conjecturas, extrapola a sala de aula. Então, através de todo esse processo formativo do aluno [...] podemos construir ainda a perspectiva do leitor crítico, do leitor maduro, do leitor que extrapola o estudo como um mero instrumento e passa a dialogar com esse texto. Então eu acho que uma das maiores contribuições do texto literário para formação do aluno é torna-lo um leitor crítico, onde através da

leitura o aluno vai criar cada vez mais o seu repertório cultural, interesses de vida, gosto, estilo [...]. E o principal para mim é que meu aluno se tornou um sujeito ativo.

A fala da professora, sobre o aluno como sujeito ativo na prática de leitura literária, pode ser entendida sob a perspectiva de que o leitor crítico, ao realizar a leitura, busca dar sentidos ao texto, projeta no texto suas experiências de vida, seu conhecimento de mundo, seu imaginário e amplia seu horizonte de expectativas (LANGLADE, 2013, p. 35). Trata-se de uma prática leitora na perspectiva da integração, da formação ampla do sujeito estudante, sob a perspectiva omnilateral e emancipatória defendida por Saviani (2003), concepção esta expressamente adotada neste trabalho de pesquisa.

Alinhando nossa perspectiva de investigação ao processo de formação integral do sujeito-estudante tendo como instrumento o texto literário e com o intuito de conhecer um pouco mais o perfil dos estudantes sob a perspectiva docente, indagamos se os alunos demonstram interesse por leitura literária. A pesquisa apontou alunos assíduos e constantes na leitura literária e que, conforme pontuado pela entrevistada, demonstram interesse por qualquer gênero literário.

[...] muitas vezes eles já conhecem o autor, já leram as críticas, a obra inteira daquele autor ou daquela escola (literária) de vários autores. Então, são alunos que estão muito prontos do ponto de vista de maturidade de leitura no que diz respeito a textos literários, é uma turma diferenciada quando nós pendamos na relação com o texto literário, e eles não leem por obrigação.

Então o perfil do aluno do 2º Ano que temos hoje não ler literatura só para o Enem, eles leem como uma forma de ampliar o seu repertório cultural e muitos leem por prazer, por deleite [...]. E eles são muito assíduos no tocante a leitura de textos literários, sem ser preciso o professor cobrar. Às vezes eles conhecem obras que nós (professores) ainda não tivemos tempo e/ou oportunidade de ter lido na íntegra. É uma turma muito diferenciada.

Vemos nas palavras da docente a referência a uma quase generalização do perfil dos alunos do 2º ano, Esse perfil, no entanto, segundo a Entrevistada, carece de uma ressalva: a maioria dos alunos da turma do 2º Ano DO CTIEM-IFPB-João Pessoa é proativa na leitura de textos literários, mas essa não é uma regra em todas as turmas e cursos nos quais leciona. Segundo a Professora,

[...] não são todas as turmas que temos e em todos os cursos, estou falando de informática (2º Ano), ela é uma turma diferenciada, ela é uma turma que tem

características bem diferentes em relação a outras [...]. Até o nível de escrita da maioria deles é acima da média.

Para colaborar com esse processo de averiguação das práticas integradoras relativas ao ensino de literatura que contemplem o perfil do egresso do curso Técnico em Informática do IFPB - Campus João Pessoa e sabendo que os profissionais que atuam na EPT devem promover a formação humana dos alunos, perguntamos como a professora trabalha a leitura literária na sala de aula junto ao componente curricular de Língua Portuguesa. A docente relata:

Trabalho de uma forma muito gostosa. Quando era presencial, por exemplo, eu fazia o café poético com eles, nós tomávamos café juntos na sala de aula regado a recitar poesia, discutir obras, assistir a filmes, diferenciando o filme da obra. Então assim, eu gosto de trabalhar o texto literário com eles de uma forma bem dinâmica porque eles se envolvem muito. E aqui no ensino remoto trago vídeo de pessoas famosas fazendo recitais. E eu trabalho, interpretamos, analisamos, mas não usamos como mero instrumento de característica de escola (literária) não, é para vida, para vivência comum como um leitor ativo.

Veja-se que a Docente contempla procedimentos didático-metodológicos atinentes às práticas de leitura literária, a exemplo do café poético e uso de mídias digitais e, mais recentemente, com a utilização de diversas ferramentas digitais que foram incorporadas com o ensino remoto. Sabe-se que é importante que as práticas de leitura literária na Instituição estejam em consonância com a Formação Integral (FORMIGA, CAVALCANTI e ARAÚJO, 2020). Seguindo essa perspectiva, a Professora, afirma que o ensino da leitura literária em suas aulas “é para vida, para vivência comum como um leitor ativo”.

Nessa linha de trabalho, há um cuidado para que o repertório do estudante seja amplo e diversificado. Neste sentido, perguntamos se, além das leituras obrigatórias, a Professora incentiva o aluno a realizar leituras complementares e, em caso afirmativo, como o aluno tem acesso a esse material. Vejamos a resposta a esse questionamento:

Sim, incentivo. Na verdade, agora vários compêndios de literatura são disponibilizados na internet e aí eu incentivo inclusive a eles irem a fonte, aos textos primários e depois as leituras. Eu posto muita coisa como material complementar e também texto básico eu tento incentivar a cada encontro.

Vimos que a docente afirma indicar leituras complementares e orienta o aluno nesse sentido. A respondente ainda acrescenta que os alunos costumam trazer suas próprias leituras para a sala de aula e compartilhar com o grupo suas escolhas literárias.

Nós dialogamos muito, é lógico que nós temos um programa para cumprir, temos que ter em mente o Enem também. Agora é lógico que o aluno tem liberdade em sala de aula de dialogar com qualquer outro gênero ou autor que esteja de uma forma direta ou indireta ligada ao que nós estamos discutindo.

Nessa última fala, a professora faz referência à necessidade de cumprir o programa de preparo para o processo seletivo do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Essa preocupação, entretanto, não condiz com a política educacional adotada pela Instituição de formação técnica e tecnológica (LIMA; CUNHA; MAIOR FILHO, 2017).

4.4.4 Práticas de leitura literária no ensino remoto

A distância física, a necessidade de dar continuidade às atividades de ensino e aprendizagem e, ao mesmo tempo, as dificuldades de acesso às ferramentas digitais, pelos alunos das escolas públicas de todo o país, foram questões que precisaram de trato urgente em busca dos melhores caminhos para que crianças e jovens continuassem a ter acesso à Educação.

Notadamente, as práticas de leitura literária também precisaram ser adaptadas ao contexto do ensino remoto. Há que se considerar que existem diversas possibilidades de dar continuidade ao trabalho com a leitura, logo muitas experiências atuais neste sentido são compartilhadas em eventos virtuais e trabalhos publicados em plataformas digitais de livre acesso.

Diante disso, perguntamos à Entrevistada o que mudou ao trabalhar a leitura literária com os alunos no novo formato de ensino, ou seja, na forma remota, e quais recursos tecnológicos ela utilizou e ou utiliza para essa prática.

Mudou muito, o ensino remoto em si ele muda. Nós não podemos confundir com a EaD, pois tem metodologia e estrutura totalmente diferente. O curso (CTIEM-IFPB) é sim presencial, uma coisa é falarmos do ensino híbrido outra coisa é falarmos do ensino remoto que é uma alternativa que nós temos para suprir a necessidade emergencial dos alunos e professores, mas que nós estamos envoltos da tecnologia. O maior entrave é que a maioria dos alunos tem uma renda muito baixa e alguns não tem computador, alguns não tem celular e (quando tem) o celular é muito simples, as vezes nem a câmera funciona, só o áudio quando funciona. E aí a dificuldade as vezes de interação, mas

essa turma eles tentam interagir. Então o ensino remoto tem seus pontos positivos e tem os seus pontos fracos assim como qualquer perspectiva de ensino.

Metodologia, eu tento diversificar um pouco. Então, eu trago textos para nós lermos e interpretarmos, peço que eles pesquisem textos, eu trago vídeo para nós trabalharmos. Eu tento dinamizar. Tem aula que todos participam, essa é uma turma muito proativa, [...] e tem aula que o grau de participação não é tão satisfatório. Mas os recursos que eu utilizo... Eu utilizo Slides, utilizo PDF, utilizo vídeos, utilizo pesquisa, dentro das possibilidades tecnológicas que eles têm hoje, inclusive a qualidade da internet que de muitos é muito baixa.

Observa-se que, antes de responder ao questionamento, a Professora inicia falando o que ela entende ser a EaD e, por outro lado, o ensino remoto; na sequência, acrescenta as dificuldades enfrentadas pelos alunos para terem acesso às aulas, tais como: falta de acesso à internet e de equipamentos tecnológicos, como celular e computador. A seguir, a professora fala sobre a sua metodologia de ensino e os recursos que utiliza em suas aulas para trabalhar a leitura literária. Dessa forma, superados os entraves de acesso às tecnologias, entende-se que os meios de se trabalhar a leitura literária são diversificadas e possíveis também no formato de ensino remoto.

Dando seguimento, diante da impossibilidade temporária de acesso físico às bibliotecas escolares e com o intuito de saber como está ocorrendo o acesso a livros nesse tempo, indagamos se a Entrevistada costuma indicar sites de Domínio Público que disponibilizem livros de literatura no formato digital para seus alunos.

Não costumo indicar sites, eu geralmente baixo as obras e já entrego a eles porque a maioria tem uma internet um pouquinho complicada e as vezes só enviar pelo WhatsApp eles já tem o acesso mais direto. Mas eu posto para eles obras completas.

Fica claro que a docente prefere compartilhar o texto por meio de aplicativo e assim facilitar o acesso direto à obra pelo estudante com dificuldades de conectar-se à internet; acrescenta também que envia obras completas.

Sobre o questionamento seguinte, a respeito da experiência com clubes de leitura ou algo semelhante, a Professora comentou, anteriormente, que já teve experiência, mas acrescentou as atividades que já havia planejado e como tenta dinamizar sua prática em sala de aula remota.

Sim, era muito gostoso e nós íamos fazer, mas com a pandemia não deu certo, no Castelo de Brennand um momento como esse. Nossas aulas (presenciais) eram bem movimentadas, eu confesso que com as aulas remotas essa dinamicidade ficou um tanto prejudicada porque, assim, nós não temos como sair. Como eu não tenho como sair, na parte do barroco, por exemplo, (...) eu passei vídeos (...) foi a forma que eu tive de trazer um pouquinho essa realidade para eles.

A professora ainda comenta, sobre um formato de Clube Virtual de Leitura Literária com os estudantes, que “tem (possibilidade) demais, agora não com tanta desenvoltura como eu vi em sala de aula, mas em outra perspectiva tem”. Essa é de fato uma alternativa plausível para que os alunos se apropriem e participem das diversas situações de leitura.

No último trecho da entrevista, abrimos espaço para que a Professora, caso tivesse interesse, acrescentasse mais alguma coisa sobre o assunto em pauta. Assim, ela se posicionou

Sobre a turma... Eu defino essa turma como guerreira, a maioria são alunos muito simples que vem de uma trajetória bem difícil e que outros sofreram, além desse aspecto da pandemia, perdas significativas, inclusive por causa do Covid, mas eles não se dão por vencidos. Eles dentro das dificuldades tecnológicas, não de manuseio porque eles “dão aula” sobre manuseio de ferramentas (...). Claro que nós temos muita coisa para melhorar, tanto da minha parte como professora como prática pedagógica porque é o primeiro ano no ensino remoto e eu estou aprendendo (...), e eles (os estudantes) também. E eles fazem tanto com tão pouco que tem.

A entrevista, desenvolvida junto à docente de Língua Portuguesa do 2º Ano do CTIEM-IFPB-João Pessoa, trouxe noções convergentes em relação à EPT e à Formação Integral e, em algumas falas, também divergentes. Quanto a estas últimas, identificamos o uso inadequado da expressão “ensino profissionalizante” para se referir à EPT e também sobre seu entendimento de que o Instituto Federal tem a necessidade de cumprir o programa de preparo para o processo seletivo do ENEM.

Quanto à leitura literária, em todas as suas falas e no relato de desenvolvimento das suas atividades de trabalho, a Docente se preocupa em desenvolver estudos integrais de obras, estimula a participação autônoma do aluno, utiliza diversas ferramentas e atividades para compartilhar a leitura, cria diversas situações de leitura etc. Essas circunstâncias colaboram com o entendimento de que há, na prática da Instituição, a aplicação dos princípios norteadores da EPT.

5 PRODUTO EDUCACIONAL: PERCURSOS DE CONCEPÇÃO

Em seus estudos sobre Produtos Educacionais em mestrados profissionais na área de ensino, Leite (2018) aponta que buscou, em alguns autores, compreender o Produto Educacional e constatou que, segundo sustentam Ostermann e Rezende (2009), os mestrados profissionais na área de ensino precisam trabalhar com pesquisa aplicada com o objetivo de construção de melhorias na área estudada, viabilizada por esse Produto.

O Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) oferta o mestrado profissional da área de Ensino da Capes, por meio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), e, assim sendo, objetiva o desenvolvimento de produtos e processos educacionais que possam ter aplicabilidade de acordo com a demanda de ensino do país, podendo ser implementados em salas de aula ou em espaços não formais de ensino (BRASIL, 2019). Nessa perspectiva, buscamos construir um Produto Educacional que, alicerçado em práticas integradoras no Ensino Médio Integrado do IFPB, campus João Pessoa, contribua para a formação autônoma do estudante na construção do seu próprio conhecimento.

Desse modo, desenvolvemos o Produto Educacional – PE (Apêndice A) que está inserido, dentro das tipologias de produto consideradas pelo MEC, na categoria “(i) desenvolvimento de material didático e instrucional” (BRASIL, 2019, p. 11). Tal artefato foi construído a partir das conclusões retiradas dos instrumentos de coleta de dados utilizados nesta pesquisa, quando investigamos o perfil do leitor, da turma do 2º ano do CTIEM-IFPB-João Pessoa. Percebemos, ao analisar os questionários, quais práticas, hábitos e motivações para a leitura do texto literário influenciam no comportamento leitor desses discentes. Também nos baseamos na entrevista desenvolvida junto à docente de Língua Portuguesa da referida turma e nos documentos institucionais. Dessa forma, identificamos a necessidade de ampliar ações de leitura e o repertório dos estudantes participantes. Neste sentido, enfatizamos a importância de clubes de leitura, sarau literário, café literário e eventos do gênero, como estratégias pedagógicas para promoção da leitura literária, auxiliando especialmente os docentes de Língua Portuguesa.

Sendo assim, elaboramos um Produto Educacional (PE), do tipo *Clube de Leitura*, intitulado por “Oxente! Literatura também é pra gente”, direcionado aos docentes de Língua Portuguesa, como possibilidade de instigar a organização de projetos, eventos, ações culturais

e atividades similares de fomento à leitura literária no Campus de João Pessoa (IFPB), tendo ainda em mente, como já exposto nesta pesquisa, ser uma das finalidades deste Instituto o apoio a atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O PE foi desenvolvido na plataforma on-line de designer de materiais gráficos Canva, plataforma gratuita que permite a seus usuários criem conteúdos visuais. A sua elaboração foi pensada de acordo com os pressupostos da BNCC e os documentos institucionais que discorrem sobre a formação integrada, tendo os seguintes objetivos:

- Criar ações educativas de promoção e incentivo à leitura literária das mais variadas formas, presencial ou via plataforma digital, inseridas no contexto do Curso Técnico Integrado em Informática, do Campus de João Pessoa/IFPB;
- Apresentar ferramentas simples e objetivas para organizar essas atividades, auxiliando os professores a adicionarem essas ferramentas a suas práticas, dentro ou fora da sala de aula, funcionando como novos recursos de fomento à leitura literária.

A proposta de Produto Educacional foi dividida em seções. Na primeira seção, há uma apresentação do PE indicando sua inserção, conforme as orientações da CAPES (2019), na categoria “(i) desenvolvimento de material didático e instrucional”, adequando-se à natureza de nossa pesquisa. Na seção seguinte, elaboramos uma introdução que indica como foi a sua construção, qual seu objetivo e como se deu a avaliação por parte dos docentes de Língua Portuguesa do Campus João Pessoa/IFPB.

A terceira seção do PE é composta por uma reflexão sobre a necessidade de garantir experiências de leitura, a partir da concepção de formação de leitores literários defendida pelos estudos de Dalvi (2018), para a qual a leitura do texto literário deve ser trabalhada como uma prática curricular integradora, com vistas à formação integral dos estudantes do Ensino Médio Integrado, confirmando o espaço da escola, da disciplina de Língua Portuguesa e do professor de literatura, mas ampliando as estratégias, incorporando outros espaços e os demais componentes curriculares. Também defendemos que a prática de leitura literária deve envolver múltiplas estratégias e experiências de leitura, dialogando com as práticas sociais e as vivências individuais de cada estudante leitor, com vistas a uma formação omnilateral.

A quarta seção do PE é composta por uma reflexão sobre a ferramenta Clube de Leitura no processo educativo, com bases conceituais ancoradas nos estudos de Scaramussa e Dalvi (2007), os quais preceituam que os clubes de leituras são boas alternativas para apropriação da leitura literária, para além dos currículos escolares, sendo voluntária a participação do aluno nesses clubes e livre de avaliações tradicionais. Na quinta seção, apresentamos, a partir de questionamentos, algumas sugestões para iniciar um Clube de Leitura Literária. Na sétima seção, apresentamos o Clube de Leitura Literária *Oxente! Literatura também é pra gente*.

Na oitava seção, trazemos contribuições para o processo de formação de leitores literários na Educação Integral. Nesse espaço, relembramos pesquisas, avaliações e resultados insatisfatórios da Educação Básica no Brasil, amplamente abordados nesta pesquisa. Em seguida, apresentamos nosso entendimento sobre a necessidade de articular esforços com a finalidade de transformar esse cenário negativo educacional em um espaço democrático de conhecimento e formação de cidadãos humanizados, com compreensão crítica da realidade na qual estão inseridos, das relações de poder existentes e, assim, tendo acesso a todo conhecimento acumulado ao longo da história, para que se tornem pessoas comprometidas em contribuir com a construção de uma sociedade melhor.

Pensando em uma construção colaborativa, o desenvolvimento, a aplicação e o processo de avaliação desse Produto Educacional se deu dentro do projeto "A leitura como prática integradora no ensino médio integrado: a formação do leitor em suas múltiplas dimensões" (2020-2021), financiado pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica para Projetos de Pesquisa, Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Social, voltados para a Educação a Distância (PIDETEC-EAD – 2021), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Esse projeto envolveu professores de Língua Portuguesa e estudantes da graduação e da pós-graduação, do curso de Licenciatura em Letras-EaD e do Mestrado (ProfEPT), respectivamente. Aconteceu no formato remoto, através da plataforma virtual Google Meet. Os encontros e discussões continuaram nos projetos de pesquisa que o sucedeu. São eles: "O ensino de literatura pelas redes do universo digital: alternativas (e soluções?) para os processos educativos na atualidade" (2021-2022) e "O que pode a literatura de re(ex)istência: compartilhamento de leituras possíveis (e necessárias) na atual conjuntura" (em andamento).

Após a validação desse PE, temos a pretensão de propor a sua divulgação a partir do uso das tecnologias digitais, mais especificamente, a partir do site e da rede social Instagram, no perfil intitulado Liga#euleio. Esse suporte digital foi escolhido por se tratar de criação

desenvolvida pelo grupo de pesquisa LLEF – Leitura, Literatura, Ensino e Processos Formativos (IFPB/CNPq), do qual participam os integrantes dos projetos supramencionados. Com isso, almejamos que o Clube de Leitura *Oxente! Literatura também é pra gente* sirva de apoio às práticas pedagógicas, de modo que essa ferramenta cumpra, também, com a sua natureza, qual seja: a sustentabilidade pedagógica dos Produtos Educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo geral desenvolver uma proposta de intervenção para mediação de leitura literária na escola, de modo que contribuísse para tornar a leitura do texto literário uma prática integradora, no curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFPB - Campus João Pessoa.

Entendemos que a construção e a resignificação da prática do ensino da leitura literária no Ensino Médio Integrado (EMI) conduz para a Formação Integral. Acreditamos ser cabível uma intervenção pedagógica que permita incrementar, no Ensino Médio Integrado, para além de suas competências técnicas, a ampliação da leitura institucionalizada de obras literárias na perspectiva da formação integral do sujeito-estudante. Também cremos que essa ação de fomento à leitura literária, *a priori* direcionada aos professores de Língua Portuguesa, também possa ser empreendida com sucesso por outros atores escolares – professores, coordenadores, bibliotecários.

É função da escola encontrar caminhos que mobilizem o leitor para uma compreensão de literatura como parte de sua formação humana omnilateral e emancipatória. Desse modo, a leitura literária, se incluída como uma prática curricular integradora, compreendida como parte da formação de um leitor de literatura autônomo e crítico, é capaz de colaborar para a humanização e participação dos processos da vida em sociedade, construindo sujeitos para uma cidadania ativa, preparados para perceber, questionar e transformar a realidade que o cerca.

Neste sentido, buscamos analisar a formação leitora à luz dos documentos institucionais que orientam a Formação Integral na Educação Profissional de Nível Médio, precisamente, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI, BRASIL, 2015a), o Plano Pedagógico do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Campus João Pessoa do IFPB (PPC do CTII-EM-IFPB-João Pessoa) e o Plano de Ensino de Língua Portuguesa, também da turma investigada nesta pesquisa. Também elaboramos e aplicamos um questionário para investigar o perfil leitor da turma de 2º ano do CTII-EM-IFPB-João Pessoa. Por fim, realizamos entrevista com a docente de Língua Portuguesa, para entendermos suas percepções e opiniões em relação à Formação Integral a partir da leitura do texto literário e das práticas de leitura, seus conhecimentos acerca da EPT e do discurso dos documentos normativos e legais que regem o IFPB-João Pessoa.

Após analisar o discurso dos documentos institucionais sobre formação integral e leitura literária bem como o resultado dos questionários e das respostas da entrevista, chegamos às seguintes conclusões importantes: (i) as orientações educacionais vigentes nos documentos institucionais do IFPB não fazem menções explícitas de práticas integradoras que contemplem a leitura literária, porém há práticas interdisciplinares e transdisciplinares que contribuem para uma formação leitora que contempla a dimensão humana; (ii) o perfil dos discentes trouxe registros de sujeitos interessados pela leitura literária e dispostos a participarem de clubes de leitura e atividades do gênero, dentro do IFPB, e, assim, compartilhar suas experiências de leitura em grupo, e; por fim (iii) o relato da Docente entrevistada colabora para o entendimento de que há, na prática da Instituição, a aplicação dos princípios norteadores da EPT e a possibilidade de desenvolvimento de atividades de fomento à leitura literária.

Embasados nas investigações, propomos uma ferramenta a ser utilizada por docentes de Língua Portuguesa da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) denominada: *“Oxente! Literatura também é pra gente”*, Clube de Leitura, correspondendo ao Produto Educacional exigido no Mestrado Profissional. Essa ferramenta foi idealizada tendo por base os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa e tem como finalidade servir de apoio didático para fins de orientar e incentivar docentes de Língua Portuguesa que atuam na Educação Profissional e Tecnológica a executar ações de promoção e incentivo à leitura literária.

Por tudo o que foi exposto, esperamos que as reflexões e discussões empreendidas nesta pesquisa sirvam de inspiração para tantas outras, colaborando para aprimorar o processo de ensino aprendizagem e, especialmente, criando novas estratégias pedagógicas para auxiliar a formação de bons leitores.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Práticas pedagógicas e ensino integrado** – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.
- ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/viewFile/7956/5723>.
- ARROJO, Rosemary. A que são fiéis tradutores e críticos de tradução? *In: Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro, Imago, 1986.
- ASSUMÇÃO, Jéferson. **Leitura cultural, crítica ou utilitária**. *In: AMORIM, Galeno (Org.). Retratos da leitura no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-Livro, 2008.
- BALTHASAR, Marisa. Jornada pedagógica - BNCC e leitura literária - Ensino médio. **YouTube**, 2020. (22m57s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BFdbzXra7Gw>. Acesso em: 2 ago. 2020.
- BAKHTIN, Mikhail. VOLOCHINOV, Valetin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal. Os gêneros do discurso**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARBOSA, Eduardo Fernandes; DE MOURA, Dácio Guimarães. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. **Boletim Técnico do Senac**, v. 39, n. 2, p. 48-67, 2013. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/349/333>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2007.
- BRASIL. Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 1997.
- BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB n. 15, de 1 de junho de 1998**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Enem - Documento Básico**. Brasília, DF: MEC/INEP, 1999a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484421/ENEM++Exame+Nacional+do+Ensino>. Acesso em: 20 nov. de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o ensino médio - Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf. Acesso em 2 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC/SEMTEC, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC/SEMTEC, 1999b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 29 de dezembro de 2008.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, Diário Oficial da União em 30 de nov. de 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun 2014, Ed. Extra. BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 502, de 09 de maio de 2012. Altera a Portaria nº 1.407, de 14 de dezembro de 2010, para ampliar composição do Fórum Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 maio. 2012. Seção 1, p. 23.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC-EM)**. Brasília: MEC. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)**. Pisa 2018 revela baixo desempenho escolar em leitura, matemática e ciências no Brasil. [online]. Brasília: Inep,

2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 3 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Plano Pedagógico de Curso Técnico em Informática**. Brasília: MEC/IFPB, 2018.

BRASIL. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). **Resolução do Conselho Superior nº 22 2018** – Altera o Regulamento Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica. Espírito Santo. 2018. Disponível em: <https://profepit.ifes.edu.br/doc>. Acesso em: 3 dez. 2019.

BRASIL. MEC. **Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)**. Disponível em: <https://profepit.ifes.edu.br/areadeconcentracao?start=1>. Acesso em: 3 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019**. João Pessoa-PB: MEC/SETEC/IFPB, 2015.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev. bras. enferm.** [online]. 2004, vol.57, n.5, pp.611-614. ISSN 1984-0446. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>. Acesso em: 22 mai. 2021.

CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In*: Antonio Candido. **O direito à literatura e outros ensaios**. (Org.) Abel Barros Baptista. Coimbra: Angelus Novus, 2004.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed.). São Paulo: Cortez, 2006.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos? / The integrated education, the polytechnic and the omnilateral education. Why do we fight? **Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187-205, 18 abr. 2014.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 25 mar. 2021.

COELHO, N. N. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. 7. ed. rev. atua. São Paulo: Moderna, 2000.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. Tradução Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2007.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONAE, 2010, Brasília, DF. **Documento final...** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010.

COSSON, Rildo. **Paradigmas do ensino de literatura**. São Paulo: Contexto, 2020.

CRUZ SOBRINHO, Sidinei, PLÁCIDO Reginaldo Leandro (Org.). **Educação profissional integrada ao ensino médio**. João Pessoa: IFPB, 2020.

DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia de; JOVER-FALEIROS, Rita (Org.). **Leitura literária na escola**. São Paulo: Parábola, 2013.

DALVI, Maria Amélia. Formação de leitores e educação literária: uma base que desaba. In. **Revista Voz da Literatura**. n. 7. nov. de 2018. Disponível em <https://www.vozdaliteratura.com/post/forma%C3%A7%C3%A3o-de-leitores-e-educa%C3%A7%C3%A3o-liter%C3%A1ria-uma-base-que-desaba>. Acesso em: 10 out. 2020.

DALVI, Maria Amélia. Contextos, tensões e práticas em educação literária. In. DALVI, Maria Amélia *et al.* (Org.) **Literatura e educação: contextos, tensões e práticas**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2019.

DURÃO, Fabio Akcelrud. **Metodologia de pesquisa em Literatura**. São Paulo: Parábola, 2020.

DUARTE, Rodrigo. **Adorno/Horkheimer & A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**. Tradução Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FAILLA, Zoara. (Org.). **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

FARIAS, Fabíola Ribeiro. **O leitor e a leitura revelados pela Retratos da leitura no Brasil: uma análise à luz da teoria da semicultura**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

FORMIGA, Girlene Marques; CAVALCANTI, Maria da Conceição Monteiro; ARAÚJO, Clebianne Vieira de. A leitura como prática integradora no ensino médio integrado: a formação do leitor em suas múltiplas dimensões. **Revista Leia escola** (EDUFCG). p. 273-290. V. 20, N. 2 (2020). Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/leia/article/view/1841>. Acesso em: 01 out. 2020.

FUZA, Angela Francine; Márcia Ohuschi Greco; MENEGASSI, Renilson José. Concepções de linguagem e o ensino da leitura em língua materna. **Linguagem & Ensino** (UCPel. Impresso), v. 14, p. 479-501, 2011.

FREIRE. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 44. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, 2003. Disponível em: <http://bit.ly/2cF5PgR>. Acesso em: 25 nov. 2019.

GERHARDT, T. *et al.* Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, T.; SILVEIRA, D. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Suzana dos Santos. Avaliação das capacidades de leitura. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 33, n. 63, p. p. 221-236, fev. 2017. ISSN 1984-0411. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/46325/31746>. Acesso em: 17 de nov. 2019.

GUIMARÃES, E. R. **Política de Ensino Médio e Educação Profissional:** discursos pedagógicos e práticas curriculares. Curitiba: CRV, 2014.

JOUVE, Vicent. **A leitura**. Tradução Brigitte Hervot. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

LANGLADE, G. O sujeito leitor, autor da singularidade da obra. In: ROUXEL, A.; LANGLADE, G.; REZENDE, N. L. de. (Org.) **Leitura subjetiva e ensino de literatura**. São Paulo: Alameda, 2013.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. **Produtos Educacionais em Mestrados profissionais na Área de Ensino:** uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. Instituto Federal do Espírito Santo, Brasil: Atas, CIAIQ, 2018.

LIMA, Jéssika Pereira de; CUNHA, Silvan Freire da.; MAIOR FILHO, Ubaldino Gonçalves Souto. Governo aberto: um estudo de caso sobre o Instituto Federal da Paraíba. **IV Encontro Brasileiro de Administração Pública**. João Pessoa, 2017-. Disponível em: <http://www.ufpb.br/ebap/contents/documentos/anais-do-iv-encontro-brasileiro-de-administracao-publica.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MANZINI, José Eduardo. **A entrevista na pesquisa social**. São Paulo: Didática, 1990.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELO NETO, Antônio Jesus Souza. **A produção textual em linhas de argumentação como prática integradora no ensino médio integrado**. 2019. 162 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – Profept, Instituto Federal de Pernambuco, Olinda, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOURA, Dante Henrique. **Ensino médio integrado**: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educ. Pesqui.** [online]. 2013, vol.39, n.3, pp.705-720. ISSN 1517-9702. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013000300010>. Acesso em: 15 nov. 2019.

OSTERMANN, Fernanda; REZENDE, Flávia. Projetos de desenvolvimento e de pesquisa na área de ensino de ciências e matemática: uma reflexão sobre os mestrados profissionais. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**. Florianópolis, v. 26, n. 1, 2009.

PETIT, Michéle. **Os jovens e a leitura**: uma nova perspectiva. Tradução Celina Olga de Souza. São Paulo, 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PRÓ-LIVRO. Os resultados da 5ª edição da Retratos da Leitura no Brasil. **Instituto Pró-livro, 2020**. Disponível em: <https://prolivro.org.br/2020/09/14/os-resultados-da-5a-edicao-da-retratos-da-leitura-no-brasil>. Acesso em: 12 set. 2020.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paul: Cortez, 2005.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias, v. 8, 2008. Disponível em http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf . Acesso em: 2 out. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional** – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

REZENDE, Neide Luzia de. O ensino de literatura e a leitura literária. *In*: DALVI, REZENDE, JOVER-FALEIROS (Org.) **Leitura literária na escola**. São Paulo: Parábola, 2013.

ROJO, R. H. R. Gêneros de discurso/texto como objeto de ensino de línguas: um retorno ao trivium? *In*. SIGNORINI, Inês (Org). **[Re] discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola, 2008.

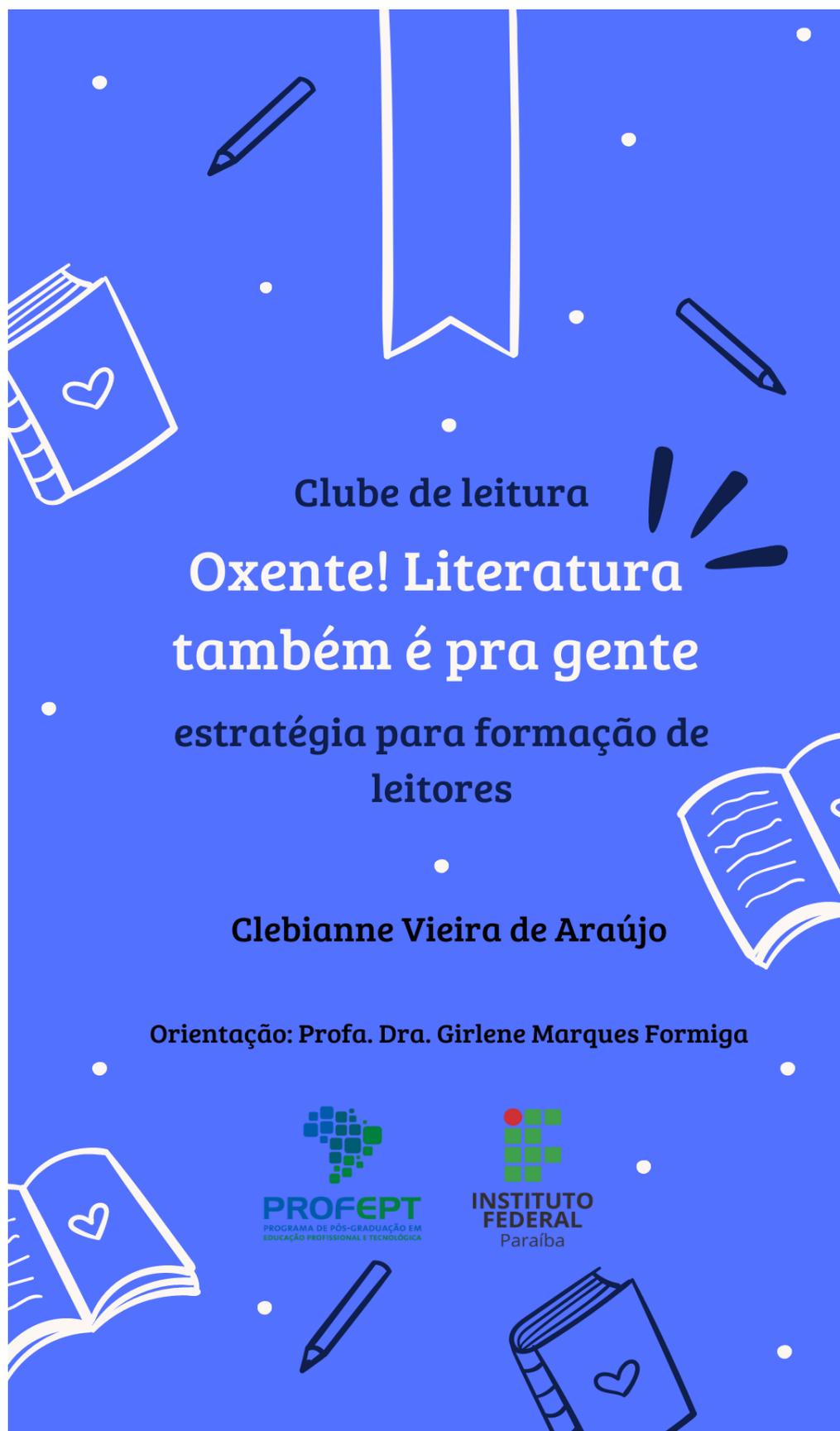
ROUXEL, Rouxel. O advento dos leitores reais. *In*. ROUXEL, Annie; LANGLÁDE, Gerárd; Rezende, Neide Luzia de (Org.). **Leitura Subjetiva e ensino de Literatura**. Coordenação de

edição brasileira Neide Luzia Rezende. Tradução Amaury C. Moraes *et al.* São Paulo, Alameda, 2013.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

SCARAMUSSA, Taiga Bertolani; DALVI, Maria Amélia. O projeto “Leia Mulheres” como espaço de fortalecimento da leitura literária. *In: XV CONGRESSO INTERNACIONAL ABRALIC*, 2017, Rio de Janeiro. **Anais eletrônico** [...] Rio de Janeiro: UERJ. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais-artigos/?id=1829>. Acesso em: 15 jun. 2022.

TEIXEIRA, Rosane de Fátima Batista. ROTERS, Geni Alberini. **Leitura literária e livro didático: uma parceria possível?** São Paulo, 2008. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/772_761.pdf. Acesso em: 05 mai. 2021.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

Ficha Técnica



Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – Campus João Pessoa

Origem do Produto Educacional: A leitura literária como prática integradora na formação técnica de ensino médio: o leitor em suas múltiplas dimensões

Público Alvo: Professores de Língua Portuguesa

Registro do produto/Ano:

Autores:

Mestranda: Clebianne Vieira de Araújo

Profa. Dra. Girlene Marques Formiga

Colaboração Técnica:

Revisão textual: Joselí Maria da Silva

(joseliprofessora@gmail.com)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha do IFPB, *campus* João Pessoa

A663o	<p>Araújo, Clebianne, Vieira de.</p> <p>Oxente! Literatura também é pra gente : estratégia para formação de leitores / Clebianne Vieira de Araújo, Girlene Marques Formiga ; revisão textual Joselí Maria da Silva. – João Pessoa : IFPB, 2022. 23 p. : il.</p> <p>Produto educacional como parte integrante da Dissertação: “A leitura literária como prática integradora na formação técnica de ensino médio : o leitor em suas múltiplas dimensões” – do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2022.</p> <p>1. Leitura literária. 2. Clube de leitura. 3. Leitor literário. 4. Socialização da leitura. 5. Formação de leitor. I. Formiga, Girlene Marques. II. Silva, Joselí Maria da. III. Título. CDU 028.4:82.09</p>
-------	---

Lucrecia Camilo de Lima
Bibliotecária – CRB 15/132

SUMÁRIO



Apresentação	1
Introdução	2
A leitura literária como prática integradora	6
Clube de leitura: uma proposta de formação de leitores literários	9
Caminhos para socialização da leitura literária	12
Clube de leitura: Oxente! Literatura também é pra gente	14
Contribuições para formação de leitores na educação integral	17
Referências	19



Apresentação



Este Produto Educacional, denominado *Oxente! Literatura também é pra gente – estratégia para formação de leitores*, faz parte da dissertação de mestrado "A leitura literária como prática integradora na formação técnica de ensino médio: o leitor em suas múltiplas dimensões", desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Esse programa está inserido na área de Ensino da Capes e objetiva o desenvolvimento de produtos e processos educacionais que possam ter aplicabilidade de acordo com a demanda de ensino do país, podendo ser implementado em salas de aula ou em espaços não formais de ensino. O Produto Educacional descrito a seguir apresenta-se como uma proposta de intervenção pedagógica, um produto educacional categorizado como material didático e instrucional (BRASIL, 2019), servindo de guia orientador para inspirar educadores de Língua Portuguesa, que atuam na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a executar ações de promoção e incentivo à leitura literária.

Para saber mais sobre o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT acesse: <https://profepct.ifes.edu.br/>

Introdução



Oxente! Literatura também é pra gente – estratégia para formação de leitores é um Produto Educacional (PE), elaborado na plataforma on-line de designer de materiais gráficos Canva, criado para utilização por professores de Língua Portuguesa que atuam junto a cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, a fim de contribuir com os processos formativos no que tange à formação leitora dos alunos da EPT.

Durante a realização da pesquisa que embasou o desenvolvimento desse PE, buscamos compreender o discurso pedagógico que estrutura o currículo na formação integral do sujeito-estudante. Para tanto, percorremos três caminhos que foram fundamentais: **(i)** analisamos os documentos institucionais - Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI, BRASIL, 2015a), Plano Pedagógico do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Campus João Pessoa do IFPB (PPC do CTII-EM-IFPB-João Pessoa) e o Plano de Ensino de Língua Portuguesa; **(ii)** elaboramos e aplicamos um questionário para investigar o perfil leitor da turma de 2º ano do CTII-EM-IFPB - João Pessoa; e **(iii)** realizamos entrevista com a docente de Língua Portuguesa para entendermos suas percepções e opiniões em relação à formação integral a partir da leitura do texto literário e das práticas de leitura, seus conhecimentos acerca da EPT e do discurso dos documentos normativos e legais que regem o IFPB-João Pessoa.



Introdução

Após analisar o discurso dos documentos institucionais sobre formação integral e leitura literária bem como o resultado dos questionários e das respostas da entrevista, chegamos às seguintes conclusões importantes: (i) as orientações educacionais vigentes nos **documentos institucionais** do IFPB não fazem menções explícitas de práticas integradoras que contemplem a leitura literária, porém há práticas interdisciplinares e transdisciplinares que contribuem para uma formação leitora que contemple a dimensão humana; (ii) o **perfil dos discentes** trouxe registros de sujeitos interessados pela leitura literária e dispostos a participarem de clubes de leitura e atividades do gênero dentro do IFPB e, assim, compartilharem suas experiências de leitura em grupo; e, por fim (iii) o **relato da docente** colabora com o entendimento de que há, na prática da Instituição, a aplicação dos princípios norteadores da EPT e a possibilidade de desenvolvimento de atividades de fomento à leitura literária.

Diante disso, percebemos que seria cabível uma intervenção pedagógica que permitisse incrementar, no Ensino Médio Integrado, para além de suas competências técnicas, a ampliação da leitura institucionalizada de obras literárias, na perspectiva da formação integral do sujeito-estudante. Além disso, intentamos que essa ação de fomento a leitura literária, a priori direcionada aos professores de Língua Portuguesa, também possa ser empreendida com sucesso por outros atores escolares, professores de outras disciplinas, técnicos administrativos, coordenadores, bibliotecários etc.



Introdução

Almejando alcançar os objetivos acima citados, apresentamos como Produto Educacional um projeto de leitura literária, estruturado através de um clube de leitura, tendo como público-alvo alunos do Ensino Médio Integrado. Tal proposta poderá ser implementada em dois formatos: a) encontros presenciais, em sala de aula ou extraclasse; e/ou b) encontro virtual, por videochamadas, via plataforma Google Meet. A proposta pode ser aplicada a qualquer momento do ano letivo, conforme a necessidade de ampliar práticas leitoras no processo educativo.

Pensando em uma construção colaborativa, o desenvolvimento, a aplicação e o processo de avaliação desse Produto Educacional se deu dentro do projeto "A leitura como prática integradora no ensino médio integrado: a formação do leitor em suas múltiplas dimensões" (2020-2021), financiado pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica para Projetos de Pesquisa, Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Social, voltados para a Educação a Distância (PIDETEC-EAD – 2021), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Esse projeto envolveu professores de Língua Portuguesa e estudantes da graduação e da pós-graduação, do curso de Licenciatura em Letras-EaD e do Mestrado (ProfEPT), respectivamente. Aconteceu no formato remoto, através da plataforma virtual Google Meet. Os encontros e discussões continuaram nos projetos de pesquisa que o sucederam. São eles:



Introdução

“O ensino de literatura pelas redes do universo digital: alternativas (e soluções?) para os processos educativos na atualidade” (2021-2022) e “O que pode a literatura de re(ex)sistência: compartilhamento de leituras possíveis (e necessárias) na atual conjuntura” (em andamento).

Após a validação desse PE, temos a pretensão de propor a sua divulgação a partir do uso das tecnologias digitais, mais especificamente, a partir do site e da rede social Instagram, no perfil intitulado Liga#euleio. Esse suporte digital foi escolhido por se tratar de criação desenvolvida pelo grupo de pesquisa LLEF – Leitura, Literatura, Ensino e Processos Formativos (IFPB/CNPq), do qual participam os integrantes dos projetos supramencionados. Com isso, almejamos que o Clube de Leitura *Oxente! Literatura também é pra gente – estratégia para formação de leitores* sirva de apoio às práticas pedagógicas, de modo que essa ferramenta cumpra, também, com a sua natureza, qual seja: a sustentabilidade pedagógica dos Produtos Educacionais.



A leitura literária como prática integradora



A escola é uma instituição com atribuição e potencial para ampliar saberes que desenvolvam as dimensões políticas e socioculturais do sujeito em toda a sua complexidade, imprescindíveis a uma formação humana omnilateral e emancipatória (SAVIANI, 2003).

As práticas escolares da literatura na etapa do Ensino Médio estão historicamente enraizadas a paradigmas de ensino em que os textos são usados para reconhecer normas e regras de uso da língua como instrumento para garantir o domínio da língua culta e da escrita ou para uma análise textual descritivo-técnica, além de informar sobre a história da literatura (COSSON, 2020).

E essa forma como a linguagem e suas múltiplas competências são administradas na educação contribui, no entanto, para um papel passivo leitor/ouvinte do estudante, a quem não cabe questionar as informações contidas no texto (FUZA; GREACO; MENEGASSI, 2011), formando estudantes que não se dedicam à leitura de obras literárias integrais, recorrendo a resumos e trechos. A escola, desse modo, não consegue despertar nos alunos o hábito e o gosto pela leitura.



A leitura literária como prática integradora ●●

Em uma acepção mais ampla, Dalvi (2018, p. 19) defende que é necessário, sim, “garantir a experiência de leitura, de escrita e de discussão literária na escola, mas é preciso mais”, haja vista ser a literatura, “historicamente, uma dimensão privilegiada da criatividade, questionamento, resistência, problematização”.

Desse modo, a leitura literária, se incluída como uma prática curricular integradora, compreendida como parte da formação de um leitor de literatura autônomo e crítico, é capaz de colaborar para a humanização e participação dos processos da vida em sociedade.

É função da escola encontrar caminhos que mobilizem o leitor para uma compreensão de literatura como parte de sua formação humana, individual e social, formando sujeitos para uma cidadania ativa, preparados para perceber, questionar e transformar a realidade que os cerca.

[...] o objetivo da educação literária é, em primeiro lugar, o de contribuir para a formação da pessoa, uma formação que parece ligada indissolivelmente à construção da sociabilidade e realizada através da confrontação de textos que explicitam a forma em que as gerações anteriores e as contemporâneas abordaram a avaliação da atividade humana através da linguagem. (COLOMER, 2007, p. 31)

A leitura literária como prática integradora ●●

Um caminho possível é articular as situações de leitura que acontecem na escola, em qualquer dos componentes curriculares, não apenas Língua Portuguesa, às práticas sociais também de leitura presentes na sociedade; com isso, há uma grande chance de se contribuir para que os alunos do Ensino Médio entendam o motivo de estarem lendo e despertem para o hábito e gosto pela literatura.

Nesse processo educativo de formação do aluno leitor, o docente tem papel fundamental, ao incluir momentos de contemplação da leitura literária, planejando experiências instigantes, a partir de práticas pedagógicas integradoras.

Para tanto, consideramos que o clube de leitura é uma excelente ferramenta para propor a leitura literária aos estudantes, que terão espaço disponível para a leitura integral de obras literárias e a possibilidade de falar ou calar diante de suas percepções de leitura.

Desse modo, o educando terá a oportunidade de ampliar seu repertório de leituras, por meio do acesso a diferentes acervos.

[...] o esforço deve direcionar-se para o convencimento dos docentes acerca dos benefícios da leitura literária: Os textos literários passam a construir cenários com os quais se pode refletir sobre o que somos, sobre o que são os outros, como podemos melhorar nosso vira-a-ser no mundo, como podemos transformar o mundo a partir de mudanças em nosso entorno (RÖSING, 2009, p. 136).

Clube de leitura: uma proposta de formação de leitores literários



O Clube de Leitura é uma ferramenta que aproxima indivíduos do ato de ler. Em 2020 e 2021, em razão do isolamento social como medida emergencial de combate à pandemia do Coronavírus (COVID-19), esses clubes – via plataforma de videoconferência, diante da impossibilidade de se realizarem reuniões presenciais – foram uma alternativa louvável para aproximar estudantes, assim como outros sujeitos, da comunidade

A proposta de criação de um Clube de Leitura Literária por meio de encontros presenciais ou virtuais, utilizando Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), é uma boa estratégia para formação de leitores e pode influenciar positivamente em todo o processo educativo. Essa ferramenta é capaz de criar um ambiente onde é possível ao leitor se dedicar integralmente ao texto literário, ampliando-lhe o repertório e lhe permitindo dividir experiências literárias, oportunizando sua participação crítica e criativa.

Os clubes de leitura ainda são uma alternativa para uma melhor apropriação da leitura pois, em geral, são constituídos por um número limitado de participantes e vão além da leitura literária realizada em espaços formalmente constituídos, tais como as escolas e universidades [...]. Cabe ainda mencionar que, o clube de leitura pressupõe apenas a leitura prévia do livro, sendo a participação completamente voluntária e livre de obrigações que não aquelas encontradas na escola, tais como as avaliações (SCARAMUSSA; DALVI, 2007, p. 269).

Caminhos para socialização da leitura literária



Independentemente da escolha do formato, presencial ou virtual, elencamos abaixo, a partir de questionamentos, algumas dicas e sugestões para iniciar um clube de leitura literária:

O QUE SERÁ FEITO? Descrever metas, objetivos e ações correlacionadas com o projeto pedagógico do curso. Escolher os temas que serão abordados, os tipos de gêneros literário, os títulos e autores. A obra escolhida pode ser indicação do professor ou decidido coletivamente (através de votação, por exemplo). O importante é que a obra enriqueça o repertório do estudante e apresente pontos que fomentem discussões produtivas e estimulem o debate.

POR QUE SERÁ FEITO? Descrever finalidades, objetivos e compromisso. Considerar os resultados pedagógicos almejados e o perfil do egresso.

QUANDO SERÁ FEITO? Informar período de execução, considerando-se: carga-horária e disponibilidade de recursos pedagógicos. Caso a atividade exija vários encontros para sua realização, é aconselhável que se tenha um calendário com uma rotina de leitura, podendo ser dividido por páginas, capítulos etc.

POR QUEM SERÁ FEITO? Definir os responsáveis pela atividade planejada e se há o envolvimento de outros setores da sociedade/comunidade externa. É importante a escolha de um mediador de leitura – este deve estar preparado para escutar todos os leitores, levar questões a serem discutidas, organizar o tempo de fala dos participantes.

ONDE SERÁ FEITO? Definir e divulgar o local onde a atividade será executada: escola, ambientes virtuais, espaços públicos...



Clube de leitura: Oxente! Literatura também é pra gente – estratégia para formação de leitores



1. Identificação do Projeto:		
1.1 Título do Projeto: <i>“Oxente! Literatura também é pra gente – estratégia para formação de leitores”</i>		
1.2 Docente responsável:		
1.3 E-mail:		
1.4 Local de realização:	1.5 Período de execução:	
	Início:	Término:
	Horário dos encontros:	
<p>2. Apresentação: Este projeto de clube de leitura literária faz parte da dissertação de mestrado "A leitura literária como prática integradora na formação técnica de ensino médio: o leitor em suas múltiplas dimensões", desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFPB, campus João Pessoa. Apresenta-se como uma proposta de intervenção para promoção da leitura literária no Ensino Médio Integrado.</p>		
<p>3. Finalidade: Este clube de leitura tem por finalidade fomentar ações de leitura literária na escola, no formato presencial ou a distância, visando ampliar práticas leitoras no processo educativo como estratégia para a formação humana, individual e social, buscando auxiliar os jovens em seu desenvolvimento com vistas a uma cidadania ativa, como sujeitos preparados para perceber, questionar e transformar a realidade que os cerca.</p>		

Clube de leitura



4. Descrição: O projeto inicialmente foi criado para ser desenvolvido por professores de Língua Portuguesa na turma do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Campus João Pessoa do IFPB. Isso não impede, no entanto, que seja aplicado por outros docentes e em outras turmas.

5. Justificativa: Os resultados insatisfatórios de alguns sistemas de avaliação (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA e Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB) e pesquisas (a exemplo da 5ª edição “Retratos da Leitura no Brasil” de 2020) que, justificam o desempenho negativo associando-o ao nível de leitura do público avaliado, corroboram para o entendimento de que o Brasil precisa de estratégias para atender às exigências relacionadas ao perfil de um profícuo leitor. Sendo assim, é necessário ampliar situações de leitura institucionalizada de obras literárias, na perspectiva da formação integral do sujeito-estudante. O projeto ora proposto se adequa às orientações educacionais vigentes nos documentos institucionais do IFPB que, apesar de não fazerem menções explícitas de práticas integradoras que contemplem a leitura literária, prevê práticas interdisciplinares e transdisciplinares que contribuem para uma formação leitora que contemple a dimensão humana.

6. Objeto: Implantar o clube de leitura literária com encontros semanais ou quinzenais, orientados por um docente mediador para compartilhar leituras previamente propostas. Poderão ocorrer de modo presencial ou a distância. As atividades terão, em média, uma hora de duração, da qual a primeira parte será destinada à leitura de textos literários, e a segunda à discussão em grupo, articulada segundo às interpretações e experiências pessoais dos participantes.

7. Objetivos:

Objetivo geral: oferecer atividades coletivas de leitura literária e discussão, estimulando o desenvolvimento pessoal e social dos estudantes.

Objetivos específicos: fomentar o hábito da leitura literária entre os estudantes; oferecer espaços de convivência e compartilhamento de leitura.

Clube de leitura

8. Público-alvo a ser abrangido: Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, do Campus João Pessoa do IFPB.

9. Metodologia: Após verificar o número de participantes interessados, talvez seja necessário organizá-los em grupos, para facilitar a participação de todos; Os encontros poderão ser realizados on-line, por meio da plataforma digital Google Meet, ou presenciais, em dia e horário previamente definidos; Poderão ser usados livros em formato físico e/ou e-books, a depender da disponibilidade dos exemplares na Biblioteca do Campus JP, e no acervo pessoal do estudante. A atividade está prevista para ser desenvolvida conforme disposto a seguir: 1º Momento: acolhida e entrega do material para leitura; 2º Momento: realização da leitura (individual e silenciosa ou compartilhada); 3º Momento: o mediador deverá fazer os esclarecimentos que achar necessários, sobre a obra; 4º Momento: os estudantes serão estimulados a participar das discussões, para tanto poderão ser usados questionamentos orais sobre a leitura e os temas abordados; 5º Momento: será aberto espaço para os estudantes falarem suas impressões sobre o encontro. 6º Momento: fechamento, pelo professor, das impressões gerais, sobre o texto discutido.

10. Resultados esperados: levantamento a ser realizado pelo docente e registrado em relatório ao final de cada encontro, importante disponibilizar em alguma plataforma para facilitar a visualização de todos os envolvidos

11. Processo de monitoramento e avaliação: é necessário o registro dos encontros para acompanhar seu andamento e verificar a necessidade de mudança de estratégia para o desenvolvimento do projeto. Podem ser usados relatórios para medir o impacto do projeto sobre o comportamento leitor dos estudantes.

Contribuições para formação de leitores na educação integral



É inquestionável a crescente demanda social e profissional pela leitura e pelo domínio da linguagem escrita, embora, ao mesmo tempo, alguns sistemas de avaliação – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) e Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) – assim como pesquisas, a exemplo da 5ª edição “Retratos da Leitura no Brasil” (2020), mostrem que o Brasil pouco avançou nos últimos anos quanto às exigências relacionadas ao perfil de um profícuo leitor.

Com base nas observações desses resultados associadas a outras fontes de reflexão, a partir de trabalhos de estudiosos e pesquisadores da área, este Produto Educacional apresenta encaminhamentos resultantes da pesquisa de Mestrado “A leitura literária como prática integradora na formação técnica de Ensino Médio: o leitor em suas múltiplas dimensões”, que se propôs a investigar o perfil do egresso do curso Técnico em Informática do IFPB – Campus João Pessoa, e compreender o discurso dos documentos institucionais norteadores do Ensino Médio Integrado, no que tange à Formação Integral subjacente ao referido curso e às práticas integradoras relativas ao ensino de literatura.

Para saber mais sobre a 5ª edição da pesquisa Retratos da Leitura acesse:
<https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>

Referências



BRASIL. MEC. **Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)**. Disponível em: <https://profep.t.fes.edu.br/areadeconcentracao?start=1>. Acesso em: 3 dez. 2019.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. 1. ed. São Paulo: Global, 2007.

COSSON, Rildo. **Paradigmas do ensino de literatura**. São Paulo: Contexto, 2020.

COSSON, Rildo. **Círculo de leitura e letramento literário**. São Paulo: Contexto, 2014.

DALVI, Maria Amélia. Formação de leitores e educação literária: uma base que desaba. In: **Revista Voz da Literatura**. n. 7. nov. de 2018. Disponível em <https://www.vozdaliteratura.com/post/forma%C3%A7%C3%A3o-de-leitores-e-educa%C3%A7%C3%A3o-liter%C3%A1ria-uma-base-que-desaba>. Acesso em: 10 out. 2020

FUZA, Angela Francine; GREACO, Márcia Ohuschi; MENEGASSI, Renilson José . Concepções de linguagem e o ensino da leitura em língua materna. **Linguagem & Ensino** (UCPel. Impresso), v. 14, p. 479-501, 2011.

RÖSING, Tania M. K.; Do currículo por disciplina à era da educação-cultura-tecnologia sintonizadas: processo de formação de mediadores de leitura. In SANTOS, Fabiano dos; NETO, José Castilho Marques; RÖSING, Tânia M. K. (orgs.). **Mediação de Leitura: Discussões e alternativas para formação de leitores**. São Paulo: Global, 2009.

SCARAMUSSA, Taiga Bertolani; DALVI, Maria Amélia. O projeto “Leia Mulheres” como espaço de fortalecimento da leitura literária. In: XV CONGRESSO INTERNACIONAL ABRALIC, 2017, Rio de Janeiro. **Anais eletrônico[...]** Rio de Janeiro: UERJ. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais-artigos/?id=1829>. Acesso em: 15 jun. 2022.



Referências

MARTINS, Luziane Graciano. Bibliotecário como mediador de aprendizagem: uma proposta a partir do uso das TICs. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, [S.l.], v. 31, n. 2, p. 73-98, jun./dez. 2017. Disponível em: <https://doaj.org/article/02440c460e794b55a08e9081630cc71a>. Acesso em: 28 jun. 2022.



APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
(PAIS DOS ALUNOS)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
BASEADO NAS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO Nº 510/2016 DO CONSELHO
NACIONAL DE SAÚDE (CNS).

Prezados pais e/ou responsáveis

Seu filho(a) ou aluno(a) pelo (a) qual é responsável está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre “A leitura literária como prática integradora na formação técnica de ensino médio: o leitor em suas múltiplas dimensões”, que está sendo desenvolvida pela pesquisadora Clebianne Vieira de Araújo, aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Campus João Pessoa, sob a orientação da Profa. Dra. Girlene Formiga.

O objetivo geral da pesquisa é desenvolver uma proposta metodológica que contribua para tornar a leitura do texto literário uma prática integradora, no Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Campus João Pessoa, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Pretendemos, com este trabalho, contribuir com o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, assim como com o desenvolvimento profissional e social dos alunos e alunas, tendo em vista que a leitura é uma habilidade necessária para o exercício da cidadania.

Solicitamos colaboração dos estudantes para responder um questionário. Também solicitamos a autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, os nomes dos participantes serão mantidos em sigilo absoluto. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos à saúde física ou mental. O único risco que podemos detectar é o desconforto caso o(a) aluno(a) possa sentir se não souber responder alguma questão da temática de compreensão textual ou de ter sua identidade pessoal vinculada aos resultados da pesquisa. Porém, garantimos total esclarecimento das questões e total sigilo dos nomes dos pesquisados, pois em nenhum momento será divulgado qualquer identificação pessoal.

Esclarecemos aos pais/responsáveis que a participação do(a) aluno(a) é voluntária e, portanto, este não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso o aluno(a) decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEPIFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se o(a) senhor(a) desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB. Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB.

Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB.
Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br
Horário de atendimento: Segunda à sexta, das 12h às 18h

Declaro que fui informado dos objetivos e relevância da pesquisa proposta e estou ciente de como será a participação do meu filho ou pessoa sob a minha responsabilidade, neste estudo. Além disso, estou ciente que receberei, por e-mail, uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e autorizo a utilização dos dados referentes a esse participante em publicações e /ou eventos científicos, desde que seja preservada a sua identificação.

_____, ____ de _____ de _____

Impressão dactiloscópica

Assinatura do responsável legal do participante

Nome do(a) aluno(a) participante

Assinatura da pesquisadora responsável

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar ou enviar e-mail para a pesquisadora: Clebianne Vieira de Araújo, telefone (83) 98124-9306, e-mail: clebianneva@gmail.com.

**APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
PARA PARTICIPANTE MENOR DE IDADE (6 ANOS ACIMA)**

**TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPANTE
MENOR DE IDADE (6 anos acima) BASEADO NAS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO
Nº 510/2016 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS).**

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre “A leitura literária como prática integradora na formação técnica de ensino médio: o leitor em suas múltiplas dimensões”, que está sendo desenvolvida pela pesquisadora Clebianne Vieira de Araújo, aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Campus João Pessoa, sob a orientação da Profa. Dra. Girlene Formiga.

O objetivo geral da pesquisa é desenvolver uma proposta metodológica que contribua para tornar a leitura do texto literário uma prática integradora, no Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Campus João Pessoa, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Pretendemos, com este trabalho, contribuir com o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, assim como com o desenvolvimento profissional e social dos alunos e alunas, tendo em vista que a leitura é uma habilidade necessária para o exercício da cidadania.

Solicitamos sua colaboração para responder um questionário. Também solicitamos a autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Se houver publicação dos resultados, os nomes dos participantes serão mantidos em sigilo absoluto. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos à saúde física ou mental. O único risco que podemos detectar é o desconforto caso o(a) aluno(a) possa sentir se não souber responder alguma questão da temática de compreensão textual ou de ter sua identidade pessoal vinculada aos resultados da pesquisa. Porém, garantimos total esclarecimento das questões e total sigilo dos nomes dos pesquisados, pois em nenhum momento será divulgado qualquer identificação pessoal.

Esclarecemos que a participação do aluno(a) é voluntária e, portanto, você não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, você não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEPIFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se o(a) senhor(a) desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB. Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB.

Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB.
Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br
Horário de atendimento: Segunda à sexta, das 12h às 18h

Declaro que fui informado e concordo em participar da presente pesquisa. Entendi, também, que posso desistir a qualquer momento sem que nada me aconteça.

A pesquisadora tirou minhas dúvidas e solicitou autorização dos meus pais e/ou responsáveis. Li e concordo em participar como voluntário da pesquisa descrita acima. Estou ciente que meus pais e/ou responsável receberão uma via deste documento.

_____, ____ de _____ de _____

Impressão dactiloscópica

Assinatura do participante (menor de idade)

Assinatura da pesquisadora

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar ou enviar e-mail para a pesquisadora: Clebianne Vieira de Araújo, telefone (83) 98124-9306, e-mail: clebiannevcva@gmail.com.

**APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
(PROFESSORES)**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
BASEADO NAS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO Nº 510/2016 DO CONSELHO
NACIONAL DE SAÚDE (CNS).**

Prezados professores,

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre “A leitura literária como prática integradora na formação técnica de ensino médio: o leitor em suas múltiplas dimensões”, que está sendo desenvolvida pela pesquisadora Clebianne Vieira de Araújo, aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Campus João Pessoa, sob a orientação da Profa. Dra. Girlene Formiga.

O objetivo geral da pesquisa é desenvolver uma proposta metodológica que contribua para tornar a leitura do texto literário uma prática integradora, no Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Campus João Pessoa, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Pretendemos, com este trabalho, contribuir com o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, assim como com o desenvolvimento profissional e social dos alunos e alunas, tendo em vista que a leitura é uma habilidade necessária para o exercício da cidadania.

Solicitamos colaboração dos professores a participarem de entrevistas. Também solicitamos a autorização para gravar a entrevista e usar esse material e apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, os nomes dos participantes serão mantidos em sigilo absoluto. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos à saúde física ou mental. O único risco que podemos detectar é o desconforto caso o(a) professor(a) possa sentir se não souber responder alguma pergunta da entrevista ou de ter sua identidade pessoal vinculada aos resultados da pesquisa. Porém, garantimos total esclarecimento das perguntas e total sigilo dos nomes dos pesquisados, pois em nenhum momento será divulgado qualquer identificação pessoal.

Esclarecemos que a participação do(a) professor(a) é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEPIFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se o(a) senhor(a) desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB. Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB.

Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB.
Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br
Horário de atendimento: Segunda à sexta, das 12h às 18h

Declaro que fui informado dos objetivos e relevância da pesquisa proposta e estou ciente de como será a minha participação neste estudo. Além disso, estou ciente que receberei, por e-mail, uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e autorizo a utilização dos dados referentes a minha participação em publicações e /ou eventos científicos, desde que seja preservada a sua identificação.

_____, ____ de _____ de _____

Impressão dactiloscópica

Nome do(a) professor(a) participante

Assinatura da pesquisadora responsável

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar ou enviar e-mail para a pesquisadora: Clebianne Vieira de Araújo, telefone (83) 98124-9306, e-mail: clebianneva@gmail.com.

APÊNDICE E – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: QUESTIONÁRIO

Questionário

Prezado(a) participante,

Você foi convidado(a) a responder este breve questionário, para colaborar com a pesquisa intitulada “A leitura literária como prática integradora na formação técnica de ensino médio: o leitor em suas múltiplas dimensões”, que será aplicado por meio de link do Google Forms, enviado durante aula síncrona no Google Meet, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- IFPB, Campus João Pessoa. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela pesquisadora Clebianne Vieira de Araújo, aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Campus João Pessoa, sob a orientação da Profa. Dra. Girlene Formiga.

Este questionário só deve ser respondido se os seus pais ou responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e se você assinou o Termo de Assentimento para participante menor de idade.

Em caso de dúvidas contate imediatamente a Clebianne Vieira de Araújo, telefone (83) 98124-9306, e-mail: clebiannevcva@gmail.com. ou o Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB. Endereço: Av. João da Mata, nº 256 - Jaguaribe - Edifício Coriolano de Medeiros. CEP 58.015-020, João Pessoa, PB, Brasil; Telefone: (83) 3612-9725 Email: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

Código de identificação _____ Assinatura da pesquisadora _____

Dados de identificação:

Qual o seu nome completo?

Sexo

Masculino

Feminino

Qual a cidade que você reside? _____

Com quem você reside?

(responda marcando com um X)

Com meus pais

Com outras pessoas

Você estudou o Ensino Fundamental em que tipo de escola?

(responda marcando com um X)

Somente pública

Maior parte pública

Somente particular

- Maior parte particular
- Metade pública e a outra metade particular
- Não sei responder no momento

Por favor, responder as seguintes perguntas:

1- Você gosta de ler?

- Sim
- Não

2 Você acha que a leitura é importante para sua vida?

- Muito importante
- Pouco importante
- Não é importante

3 – Quem mais lhe influenciou a lê livros:

- Família
- Professores
- Amigos
- Outros

4 Com qual frequência você costuma ver alguém da sua família, ou que mora com você, lendo livros?

- Nunca vi
- Às vezes eu vejo
- Vejo sempre

5 – Qual o formato de leitura de sua preferência:

- Leitura em papel
- Leitura por meio digital
- Leitura em audiolivros

6 – Qual o tipo de leitura que você mais tem interesse (você pode marcar até três alternativas):

- Livros de literatura
- Jornais
- Revistas
- Conteúdos de redes sociais
- Nenhuma das opções
- Não me interessa por leitura
- Não sei responder no momento

7 – Quanto a literatura, qual ou quais leituras você prefere (você pode marcar até três alternativas)?

- Narrativas longas, a exemplo do gênero romance
- Poesia
- Literatura de Cordel
- História em quadrinhos
- Peças teatrais
- Outros

8 – Se você respondeu “outros” na pergunta anterior, cite quais são esses outros tipos de leitura literária de sua preferência.

9 – Qual a forma mais frequente que você tem acesso aos livros de literatura?

- Empréstimo na biblioteca da escola
- Empréstimo com colegas ou professores
- Por meio virtual (Exemplo: bibliotecas virtuais, plataformas de leituras ou downloads na internet)
- Comprando

10 – Você já leu um livro de literatura no formato digital?

- Sim
- Não

11 - Você conhece sites que disponibilizam livros de literatura de domínio público (gratuitos e de livre acesso)?

- Sim
- Não

12 - Se você respondeu “sim” na pergunta anterior cite quais são esses sites que você conhece.

13 – Como você analisa seu desempenho em relação a leitura quanto a compreensão/ interpretação de texto?

- Bom
- Razoável
- Ruim

14 – Quais são as dificuldades quando você não compreende algum texto ou enunciado de questão (você pode marcar até três alternativas)?

- Falta de interesse pelo assunto
- Quero terminar logo e leio muito rápido
- Não tenho paciência para ler

- Leio muito devagar
- Não tenho dificuldades
- Outro motivo _____

15 – A sua escola tem desenvolvidos atividades que estimulem a leitura literária?

- Sim
- Não
- Não sei responder no momento

16 - Você já participou de clubes de leitura, café literário, sarau literário ou evento semelhante na sua escola?

- Sim
- Não

17- Caso queira, escreva aqui sua opinião sobre o que a escola deveria fazer para incentivar a leitura literária:

—

—

—

APÊNDICE F – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ENTREVISTA**ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PROFESSORES****Dados de Identificação**

Código do informante:

Sigla de Identificação ou Cargo: _____ Idade: _____

Comente resumidamente um pouco sobre sua trajetória anterior ao ingresso no IFPB e o que motivou sua vinda como profissional da educação do IFPB – Campus João Pessoa.

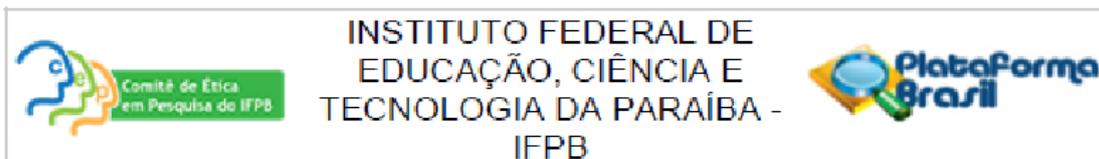
Dados Relativos à formação:

Formação: Graduação () Curso?

Roteiro

- 1) Em seu exercício profissional da educação, como visualiza a aplicação prática da educação integral dentro dos princípios que norteiam a EPT?
- 2) A respeito dos documentos normativos e legais que regem o IFPB João Pessoa, você sabe o que esses documentos trazem sobre a leitura e a leitura literária?
- 3) Quais as competências profissionais e para a vida do aluno que a leitura literária pode trazer no processo formativo?
- 4) Os seus alunos demonstram interesse por leitura literária?
- 5) Quais os gêneros literários que eles mais demonstram interesse?
- 6) Como você trabalha a leitura literária na sala de aula junto ao componente curricular que ministra?
- 7) Além das leituras obrigatórias, você incentiva o aluno a realizar leituras complementares? Como?
- 8) No novo formato de ensino remoto, o que mudou ao trabalhar a leitura literária com os seus alunos? Quais recursos tecnológicos que você utiliza?
- 9) Você costuma indicar sites de domínio público com livros de literatura no formato digital para seus alunos? Quais?
- 10) Já teve alguma experiência com clubes de leitura ou algo semelhante? Conte-nos a respeito
- 11) Considerando o assunto em pauta, gostaria de acrescentar algo mais?

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A LEITURA COMO PRÁTICA INTEGRADORA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Pesquisador: CLEBIANNE VIEIRA DE ARAUJO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 31810820.6.0000.5185

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.184.125

Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa na área de Língua Portuguesa objetivando a criação de um produto educacional. Pretende-se elaborar uma proposta pedagógica baseada em projeto de leitura multidisciplinar que possa contribuir para tornar a leitura uma prática curricular integradora. O projeto envolve a participação de 40 (quarenta) alunos matriculados no segundo ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFPB-Campus João Pessoa, aos quais será aplicado um questionário. Também participarão da pesquisa 11 (onze) professores de diferentes disciplinas, os quais serão submetidos ao instrumento entrevista.

Objetivo da Pesquisa:

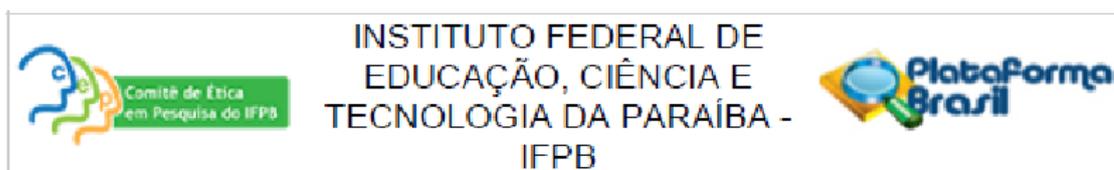
Objetivo Primário:

Compreender a leitura a partir de gêneros discursivos como prática curricular integradora, com contribuição do estudante do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Campus João Pessoa IFPB.

Objetivos Secundários:

- Identificar, a partir dos documentos jurídicos e institucionais, o discurso sobre formação integral subjacente ao referido curso;

Endereço: Avenida João da Mata, 266 - Jaguaribe	CEP: 58.015-020
Bairro: Jaguaribe	Município: JOAO PESSOA
UF: PB	E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br
Telefone: (83)3612-9725	



Continuação do Parecer: 4.184.126

- Analisar o processo de identificação com a formação integral do sujeito-estudante desse curso;
- Elaborar uma proposta pedagógica (projeto de leitura) interdisciplinar que contribua para tornar a leitura uma prática curricular integradora, com vistas à formação integral dos estudantes do Ensino Médio Integrado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

De acordo com a pesquisadora, os participantes poderão sentir desconforto ao responder questões sobre compreensão textual, tendo em vista que eles poderão não saber responder algumas questões e deduzirem que os resultados serão expostos vinculados aos seus nomes.

Para minimizar os riscos, a autora se compromete a sanar as dúvidas referentes a participação dos estudantes na pesquisa e manter seus nomes em sigilo. Além disso, os participantes serão orientados sobre a possibilidade de desistirem da pesquisa a qualquer tempo.

Benefícios:

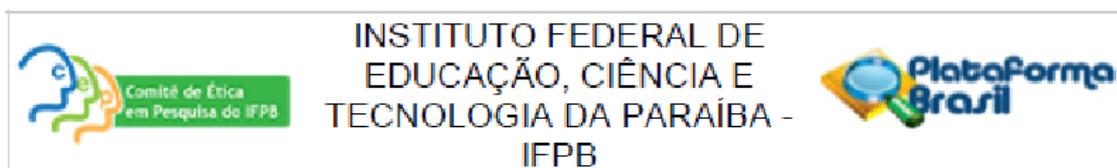
Conforme a autora, os desdobramentos pesquisa possibilitarão para os professores a ampliação dos estudos que contribuirão para promover discussões acerca das práticas educativas em EPT de modo a destacar a pertinência do ensino de literatura, aprofundando discussões acerca das práticas docentes do texto literário em sala de aula, de forma a compor uma análise da educação literária e sua aplicabilidade ao campo social do educando, incluindo o mundo do trabalho.

Além disso, a pesquisa possibilitará conhecer o processo de formação dos alunos com vistas à sua formação leitora não restrita apenas ao espaço institucional da escola, mas também ampliar a compreensão de si e do outro, incluindo o universo do trabalho, ou seja, contribuir para a formação integral o indivíduo. A intenção da pesquisadora é criar um projeto de leitura na qual o estudante enxergue que o incentivo à leitura literária conduz no indivíduo a criticidade e o exercício de seu papel enquanto sujeito atuante junto a sociedade, resistindo e promovendo mudanças reais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, com o objetivo de verificar se os estudantes do

Endereço: Avenida João da Mata, 258 - Jaguaribe	
Bairro: Jaguaribe	CEP: 58.015-020
UF: PB	Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3812-8725	E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 4.184.125

Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFPB-Campus João Pessoa compreendem a leitura a partir de gêneros discursivos e refletir sobre as possibilidades deste objeto ser utilizado como prática curricular integradora.

O projeto envolve a participação de 40 alunos matriculados no segundo ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFPB-Campus João Pessoa, aos quais será aplicado um questionário, e 11 professores de diferentes disciplinas, que serão submetidos ao instrumento entrevista.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Folha de rosto apresentada, assinada pelo Diretor Geral do Campus;
- Informações básicas: preenchidas na Plataforma Brasil;
- Projeto detalhado: apresentado;
- Cronograma de execução: apresentado e compatível com a pesquisa;
- Orçamento: apresentado e compatível com a pesquisa;
- Instrumento de coleta de dados: apresentados (questionário e roteiro de entrevista) e adequados aos objetivos da pesquisa;
- TCLE: apresentado;
- TALE: Apresentado;
- Carta resposta: Apresentada

Recomendações:

Diante do atual cenário de pandemia da COVID-19, durante a coleta de dados devem ser observadas as orientações sanitárias vigentes e adotados procedimentos para minimizar riscos a saúde dos participantes ou pesquisadores.

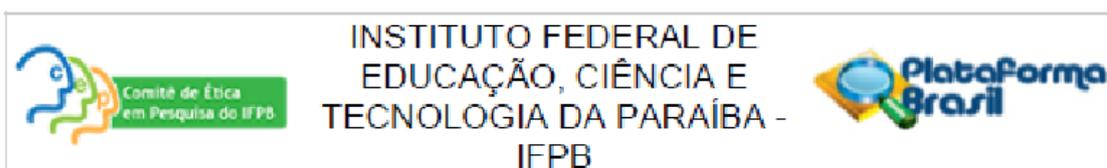
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após avaliação do parecer apresentado pelo relator, o Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB discutiu sobre os diversos pontos da análise ética que preconiza a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e deliberou o parecer de APROVADO para o referido protocolo de pesquisa.

Informamos ao pesquisador responsável que observe as seguintes orientações:

- 1- O participante da pesquisa tem o direito de desistir a qualquer momento de participar da

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe
 Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
 UF: PB Município: JOAO PESSOA
 Telefone: (83)3612-9725 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 4.184.125

pesquisa, sem qualquer prejuízo; (Res. CNS 510/2016 – art. 9º - Item II).

2- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por parte do CEP que aprovou, aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano ao participante.

3- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, quando for do tipo escrito, deve ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinaturas estar na mesma folha. Em ambas as vias deverão constar o endereço e contato telefônico ou outro, dos responsáveis pela pesquisa e do CEP local e da CONEP, quando pertinente e uma das vias entregue ao participante da pesquisa.

4- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo.

5- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

6- Deve ser apresentado, ao CEP, relatório final até 30/07/2021.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1521014.pdf	07/07/2020 00:28:10		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_AS_PENDENCIA S.docx	27/06/2020 20:24:12	CLEBIANNE VIEIRA DE ARAUJO	Aceito
Outros	ANEXO_V_Roteiro_de_entrevista_Clebianne.docx	27/06/2020 20:22:59	CLEBIANNE VIEIRA DE ARAUJO	Aceito
Outros	ANEXO_IV_Questionario_Clebianne.docx	27/06/2020 20:22:22	CLEBIANNE VIEIRA DE ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_e_Assentimento_clebianne.doc	27/06/2020 20:19:35	CLEBIANNE VIEIRA DE ARAUJO	Aceito
Orçamento	Cronograma_Financeiro_Clebianne.docx	27/06/2020 20:19:21	CLEBIANNE VIEIRA DE ARAUJO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_DE_ATIVIDADE_Clebianne.docx	27/06/2020 20:19:05	CLEBIANNE VIEIRA DE ARAUJO	Aceito

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe

Bairro: Jaguaribe

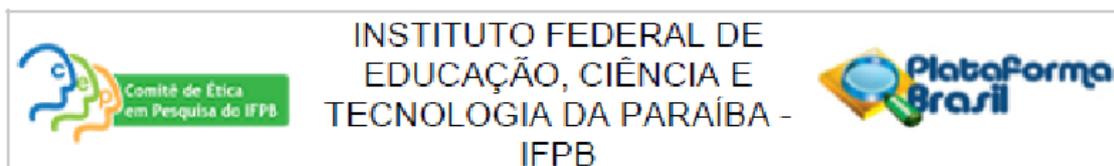
CEP: 58.015-020

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3812-9725

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 4.184.125

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP_detalhado_Clebianne.docx	27/06/2020 20:18:39	CLEBIANNE VIEIRA DE ARAUJO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_CLEBIANNE.pdf	06/05/2020 15:15:20	CLEBIANNE VIEIRA DE ARAUJO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 30 de Julho de 2020

Assinado por:

Vilson Lacerda Brasileiro Junior
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida João da Mata, 258 - Jaguaribe

Bairro: Jaguaribe

CEP: 58.015-020

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3612-9725

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br